



**RELATÓRIO
DE GESTÃO**

1. INTRODUÇÃO

1.1 ESTRUTURA /METODOLOGIA

O presente Relatório espelha a Execução do Orçamento da autarquia para 2008, que foi elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro "POCAL", cumprindo o preceituado no n.º 13 do POCAL e n.º 28 das Instruções n.º 1/2001 – 2.ª Secção – Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas e apresenta em documento autónomo os mapas de Prestação de Contas.

O **Relatório de Gestão** apresenta-se decomposto em cinco áreas:



Enquadramento Macroeconómico, de caracterização dos principais indicadores económicos de ordem mundial e nacional;



Enquadramento Institucional, com caracterização da entidade a nível de localização geográfica, caracterização demográfica e económica local, complementada com a identificação do sistema de informação contabilística;



Análise Orçamental, centrada na tesouraria e na execução do orçamento, nomeadamente despesas e receitas;



Dívida Municipal, incluindo uma análise ao endividamento autárquico;



Análise Patrimonial, tendo por base o balanço e a demonstração de resultados, permitindo uma análise da situação económico-financeira relativa ao exercício, avaliando designadamente a situação patrimonial, a evolução dos custos e proveitos.

De forma resumida o Relatório de Gestão disponibiliza elementos relativos à actividade financeira e patrimonial da autarquia evidenciando os aspectos mais importantes, com particular ênfase na análise da execução orçamental das receitas e despesas, relevando os aspectos da execução das Grandes Opções do Plano (doravante GOP's), especificamente no que concerne ao investimento e actividades mais relevantes realizadas; do endividamento da autarquia, identificando os resultados operados no exercício, bem como a apresentação da proposta de aplicação do resultado líquido.

Na metodologia utilizada foram elaborados quadros e gráficos de forma a evidenciar os dados informativos indicados em cada capítulo. Para melhor enquadramento e comparação das variáveis mais significativas da gestão municipal são apresentados, também, elementos relativos à execução dos anos anteriores.

1.2 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

1.2.1 Economia Internacional

O ano de 2008 foi marcado pela intensificação da crise nos mercados financeiros internacionais que teve origem no crédito hipotecário subprime nos Estados Unidos em Agosto de 2007, e caracterizado pelo alastrar da instabilidade a diversos segmentos de mercado, zonas geográficas e sectores económicos.

O que começou como um fenómeno localizado nos Estados Unidos, acabou por se transformar gradualmente num fenómeno mundial que resultou numa crise de confiança generalizada, na contracção económica a nível da maior parte das economias desenvolvidas e num acentuado abrandamento das restantes. Este clima de incerteza e de aversão ao risco, complexo e difícil de eliminar, foi amplificado e propagado, especialmente pelos efeitos da globalização.

No primeiro semestre, a desaceleração económica foi sendo cada vez mais evidente nos EUA, enquanto que a Europa se debatia com o problema da subida da inflação. O segundo semestre, ficou marcado pelos anúncios sucessivos de perdas elevadas por parte das instituições financeiras, provocando uma grande agitação nos mercados financeiros.

Uma acentuada degradação da confiança entre Instituições Financeiras, a volatilidade, o forte incremento da aversão ao risco, a fuga para activos de menor risco, a reduzida disponibilidade de cedência de liquidez e a limitação na obtenção de crédito, atingiram um ponto que levou à quase paralisia dos mercados monetários interbancários e de crédito, obrigando os bancos centrais a tomar medidas excepcionais, que incluíram a criação de novas linhas de financiamento e a flexibilização das regras contabilísticas.

A limitação das condições de financiamento no sistema financeiro teve o seu ponto máximo em Setembro com a declaração de falência do quarto maior banco de investimento norte-americano "Lehman Brothers" e as notícias preocupantes da situação aflitiva em que se encontravam grandes instituições americanas e europeias, que obrigaram a actuações rápidas e continuadas por parte das autoridades monetárias e governamentais de diversos países.

As autoridades políticas durante o ano de 2008 tentaram uma intervenção económica através da via fiscal, com pacotes fiscais de apoio económico, anúncio de planos de investimento público em infra-estruturas, injeção de fundos em Instituições Financeiras, e inclusive, pela nacionalização de algumas dessas Instituições mais debilitadas. Como consequência directa destas acções, verificou-se o agravamento das contas públicas e o aumento do endividamento público.

Para restabelecerem o normal funcionamento dos mercados financeiros e evitarem a sua propagação, mas também como forma de fomentar a actividade económica, os Bancos Centrais procederam a constantes descidas das taxas de referência, bem como a diversas injeções de liquidez no mercado monetário. Estas medidas só foram possíveis face à súbita diminuição das pressões inflacionistas, tendo o BCE abandonado a sua política monetária seguida desde 2005, caracterizada por subidas sucessivas das taxas de referência como instrumento para controlo da taxa de inflação. No final do ano a taxa directora encontrava-se fixada em 2,5% na Zona Euro e entre zero e 0,25% nos EUA.

A inflação registou uma evolução muito divergente em 2008, tendo um aumento muito significativo até ao Verão, em grande medida seguindo a trajectória das commodities, para após este período iniciar uma tendência descendente muito acentuada. No primeiro semestre, o aumento do preço do petróleo provocou um acréscimo nos custos de produção, que teve reflexo directo nos preços de venda dos bens disponibilizados no mercado. A perturbação verificada nos mercados financeiros internacionais teve como consequência uma diminuição dos índices de confiança dos consumidores e empresas, que aliada às constantes subidas do preço dos bens energéticos e da apreciação do euro que se verificou na primeira metade do ano, levou a uma desaceleração da actividade económica. No entanto estima-se que se tenham registado valores de inflação superiores aos de 2007, com uma taxa de 3,6% nas Economias Desenvolvidas e 9,2% nas Emergentes e em Desenvolvimento. No que diz respeito à evolução dos preços na Zona Euro, a taxa homóloga de inflação em Dezembro foi de 1,6%, o que representa um evidente decréscimo em relação aos 4,0% verificados em Julho.

Quanto ao crescimento do PIB estima-se que a União Europeia e a Área Euro tenham registado um crescimento de 0,9% e 0,8%, respectivamente, o que representa uma relevante desaceleração face ao verificado em 2007 (2,9% e 2,6%). Esta redução do PIB foi provocada pelo decréscimo que se verificou no crescimento do investimento e ainda pelo aumento das importações. Os Estados Unidos, epicentro da crise financeira, deverão ter registado uma variação positiva de 1,1%, enquanto que o Japão, com as suas Instituições Financeiras que não pareciam directamente expostas aos activos hipotecários de risco elevado, terá diminuído 0,3%.

O petróleo atingiu o seu máximo histórico em Julho com um valor próximo de 150 dólares/barril. Esta evolução ficou a dever-se à forte procura oriunda dos mercados emergentes, às dificuldades de expansão da oferta global, mas especialmente pelo aumento da procura de natureza especulativa. Face à diminuição da

procura a nível mundial, verificou-se uma forte correcção em baixa do preço do barril, que fechou o ano em valores ligeiramente acima de 40 dólares. Por outro lado e para tentar contrariar esta situação, a OPEP procedeu a diversos cortes na produção, que no entanto, não se revelaram suficientes para inverter a tendência descendente do preço desta matéria-prima.

Como consequência da desaceleração da actividade económica, que teve reflexo na capacidade das empresas manterem o seu nível de liquidez e solvência, o mercado accionista acumulou perdas avultadas em 2008, tendo certos índices regressado a valores de 2003. O aumento da incerteza, o crescente risco e as expectativas de desaceleração da actividade económica originaram quebras significativas nos principais índices accionistas. Nos EUA, os índices Dow Jones, Nasdaq e S&P500 caíram 33,8%, 40,5% e 38,5%, respectivamente. Na Zona Euro, os índices DAX, CAC40, IBEX e PSI-20 caíram, respectivamente, 40,4%, 42,7%, 39,4% e 51,3%.

Também as exportações na Zona Euro exibiram uma trajectória descendente ao longo do ano, sendo penalizadas pela desaceleração do comércio a nível global e pela apreciação do euro face ao dólar (primeira metade do ano), dado que os bens produzidos nesta área tornaram-se relativamente mais caros para os parceiros comerciais. As importações seguiram a mesma trajectória descendente acompanhando a desaceleração da procura interna.

Em 2008, a economia norte-americana perdeu mais de 2,5 milhões de postos de trabalho, o registo mais desfavorável desde a II Guerra Mundial. A taxa de desemprego aumentou de 4,9% para 7,2%. Na Área Euro a taxa de desemprego média anual manteve-se inalterada face à registada em 2007 (7,5%), sendo, no entanto, visível uma trajectória de agravamento na parte final do ano (8,1% no 4º trimestre).

1.2.2 Economia Portuguesa

A economia portuguesa em 2008 apresentou um crescimento nulo do PIB, o que representa uma evidente desaceleração face ao verificado no ano transacto, quando registou um crescimento de 1,9%. Mesmo sem uma exposição directa ao fenómeno do crédito subprime, a economia portuguesa sofreu os impactos da crise de confiança no sistema financeiro internacional, da subida dos preços das matérias-primas no primeiro semestre e da desaceleração da procura externa.

A transmissão da crise dos mercados financeiros à economia real reflecte o agravamento do enquadramento internacional, com os consequentes reflexos verificados na diminuição das exportações nacionais. As exportações sofreram uma forte desaceleração, com o respectivo crescimento anual a descer de 7,5% para 0,4%. A evolução desfavorável da actividade económica nas economias da Zona Euro, com quem Portugal mantém relações comerciais privilegiadas (destino de 75% das vendas portuguesas), está directamente associada às quebras verificadas nas exportações portuguesas.

O crescimento económico nacional tem-se apresentado muito dependente das tendências e das condições externas, decorrente dos níveis de endividamento elevados do sector privado, da folga orçamental reduzida e da elevada dependência energética do exterior.

O indicador de FBCF -Formação Bruta de Capital Fixo acentuou a sua variação negativa, sendo bastante condicionado pelo ambiente monetário e financeiro mais restritivo (subida dos spreads de crédito) e pela deterioração das expectativas de evolução da procura, reflectindo quedas reais em todas as suas componentes, sobretudo a construção.

A taxa de inflação média anual subiu de 2,5% para 2,6% em 2008, mas a variação homóloga dos preços terminou o ano com um registo de apenas 0,8%. Esta evolução foi bastante condicionada pelo aumento dos preços verificado no petróleo e matérias-primas no primeiro semestre, tendo esta tendência sido invertida na segunda parte do ano, fruto da redução da procura a nível mundial e consequente aumento das reservas. Em Julho de 2008 verificou-se também a redução da taxa normal do IVA de 21% para 20%.

Mesmo tendo em conta a tendência negativa registada pelo índice de confiança dos consumidores, as despesas das famílias foram suportadas na segunda metade do ano, essencialmente, pela desaceleração dos preços e pela descida das taxas de juro.

A taxa de desemprego em 2008 apresentou uma ligeira redução dos 8,0% verificados em 2007 para os 7,6%. De registar, no entanto, que o desemprego observou já uma subida pronunciada no último trimestre de 2008 (para 7,8%), em linha com a estagnação da actividade registada na segunda metade do ano. Esta diminuição pode ter como justificação o desfasamento temporal existente entre os resultados económicos e as consequências a nível do mercado de trabalho, devendo apenas ser visível o seu impacto a partir de 2009.

O Banco Central Europeu dando continuidade à sua política de incremento das taxas directoras como forma de garantir um nível de inflação compatível com a estabilidade de preços, durante o mês de Julho procedeu a um aumento na taxa de referência de 25 p.b. No entanto, após esta data, as pressões inflacionistas foram-se reduzindo, face à redução da procura mundial do petróleo e das principais matérias-primas. Desta forma tornou-se possível a autoridade monetária da Zona Euro intervir sobre a taxa directora, baixando a mesma e fixando-a em 2,5%. Face às cada vez mais evidentes dificuldades na economia europeia, e à incerteza e aumento do risco, o mercado monetário e de crédito apresentou sinais de graves dificuldades, o que implicou que o BCE procedesse a diversas injeções de capital, como forma de garantir as necessidades de liquidez dos bancos.

No ano de 2008 a situação no Mercado Accionista agravou-se perante os graves problemas de liquidez e solvência em que se encontravam muitas das grandes instituições financeiras americanas e europeias. Os principais índices bolsistas registaram enormes quebras, voltando nalguns casos a valores de 2003, tendo a partir desta data estabilizado em torno desses mínimos, mas sempre com alguma volatilidade. O índice PSI-20 sofreu uma desvalorização de 51% e o volume de transacções no mercado secundário caiu para metade face a 2007, com o segmento de acções a registar uma queda de 30%.

O défice do Sector Público Administrativo apresentou uma redução em 2008, de 2,6% para 2,2% do PIB, que se encontra em linha com o definido no Relatório sobre a Orientação da Política Orçamental.

2. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE



2.1 IDENTIFICAÇÃO

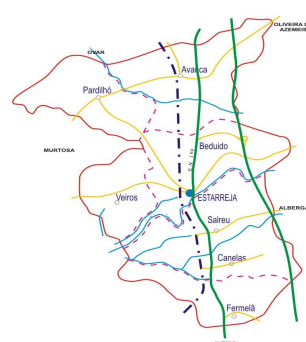
Figura nº1



O concelho de Estarreja pertence administrativamente ao distrito de Aveiro (Beira Litoral). Localiza-se na sub-região do Baixo Vouga e integra-se numa individualidade regional – a ria. Caracteriza-se pela existência de esteiros e canais em todas as freguesias e esta influência marinha contribuiu para se constituir nela, ao seu redor, uma diversidade de biótopos com grande importância do ponto de vista ecológico.

O concelho de Estarreja, possui um total de 28 182 habitantes e estendendo-se por uma área de 108,2 km² abrangendo 7 freguesias: Avanca, Beduído, Canelas, Fermelã, Pardilhó, Salreu e Veiros.

Figura nº2



É limitado a norte pelo município de Ovar, a leste por Oliveira de Azeméis, a leste e a sul por Albergaria-a-Velha e a oeste por Murtosa, sendo servido por uma importante rede viária.

O concelho de Estarreja fica situado num território levemente acidentado a nascente e de planície a poente. É-lhe fronteira a Ria de Aveiro e o seu rio principal é o Antuã, que delimita as freguesias de Beduído, pelo Sul, e de Salreu, pelo Norte.

Atravessam o seu território a linha de caminho de ferro do norte, a A1, a EN109, a A29 e fica-lhe próxima a A25. A posição privilegiada que o concelho de Estarreja ocupa no agrupamento do Baixo Vouga, não só permite a existência de importantes eixos de acessibilidade, como também factores de ordem natural, relativos à proximidade da ria de Aveiro, a aptidão dos solos para a agricultura, a zona industrial, entre outros.

De acordo com os dados estatísticos de 2001 (censos 2001), residiam no concelho de Estarreja 28 182 habitantes, dos quais 22.580 são eleitores (STAPE, Março 2001) e a densidade populacional é de 260,4 habitantes/km². A maior concentração populacional regista-se nas freguesias de Beduído, Avanca, Pardilhó e Salreu, existindo cerca de 11.725 alojamentos familiares totais em todos o concelho, distribuídos em 10.424 edifícios.

De acordo com os dados estatísticos de 2001, dos 28.182 indivíduos residentes no concelho de Estarreja, cerca de 12.135 pessoas encontravam-se empregadas e 878 estavam desempregadas. Confrontando-se os dados de 1991 com os de 2001, pode-se constatar que em Estarreja houve um aumento tanto da população empregada (1991: 10.564 pessoas; 2001: 12.135 pessoas) como da desempregada (1991: 643; 2001: 878)



Quadro nº1

CONCELHO DE ESTARREJA	FREGUESIAS							Total do Concelho
	Avanca	Beduído	Canelas	Fermelã	Pardilhó	Salreu	Veiros	
População Residente HM	6.474	7.794	1.486	1.482	4.175	4.153	2.618	28.182
População Residente H	3.152	3.752	709	719	2.054	1.969	1.284	13.639
População Residente M	3.322	4.042	777	763	2.121	2.184	1.334	14.543
População Presente HM	6.161	7.462	1.464	1.439	4.078	4.062	2.478	27.144
População Presente H	2.977	3.569	693	691	1.993	1.915	1.211	13.049
População Presente M	3.184	3.893	771	748	2.085	2.147	1.267	14.095
Famílias Clássicas Residentes	1.966	2.652	482	487	1.369	1.406	834	9.196
Famílias Institucionais	4	1	0	0	1	2	1	9
Núcleos Familiares Residentes	1.898	2.328	460	441	1.220	1.247	766	8.360
Alojamentos Familiares - Total	2.285	3.357	577	600	1.863	1.859	1.184	11.725
Alojamentos Familiares - Clássicos	2.277	3.334	575	599	1.845	1.853	1.178	11.661
Alojamentos Familiares - Outros	8	23	2	1	18	6	6	64
Alojamentos Colectivos	7	4	0	0	1	4	1	17
Edifícios	2.144	2.409	559	585	1.747	1.816	1.164	10.424

Adaptado : INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

Estarreja é um concelho cuja base económica é liderada pelo Sector Secundário, com 6.011 pessoas empregadas. De 1991 a 2001 o Sector Primário sofreu uma variação bastante significativa – 56,7%. Em contrapartida, o Sector Terciário tem vindo a ganhar cada vez mais, peso na estrutura económica.

É de salientar que as indústrias transformadoras são as principais “responsáveis” pela economia local industrial (33,4%), sendo o ramo das Indústrias Metalúrgicas de Base e Produtos Metálicos o que gera mais emprego (4,9%). Em segundo lugar surge o ramo das Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco com 4,5%.

A Fabricação de Produtos Químicos e de Fibras Sintéticas ou Artificiais foi em tempos (Anos 50/60) o ramo dominador da oferta de emprego no concelho de Estarreja. A atestar a gradual perda de importância que este ramo de actividade tem vindo a sofrer, no âmbito do tecido produtivo local, regista-se o facto, de em 1981, ser o ramo mais importante relativamente à oferta de emprego, e que, volvidos dez anos (2001) constituísse a quarta actividade em termos de criação de emprego (3.7%), realçando-se, mais uma vez, a profunda reestruturação do tecido industrial, que ocorreu no concelho.

Quadro nº2 - Indicadores sobre a estrutura da população activa do concelho de Estarreja - 1991 e 2001

Freguesias	População Empregada		População Desempregada		População por Sector de Actividade						Taxa de Actividade		Taxa de Desemprego	
					I		II		III					
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Avanca	2570	2926	162	194	172	112	1506	1684	892	1130	42,5	48,2	5,9	6,2
Beduido	2780	3513	168	252	106	80	1217	1522	1457	1911	43,8	48,3	5,7	6,7
Canelas	592	557	15	54	145	30	213	223	234	304	40,5	41,1	2,5	8,8
Fermelã	643	631	46	32	97	29	319	312	227	290	43,6	44,7	6,7	4,8
Pardilhó	1506	1680	110	126	155	73	920	1020	431	587	38,2	43,3	6,8	7
Salreu	1653	1703	105	127	312	101	613	651	728	951	42,3	44,1	6	6,9
Veiros	820	1125	37	93	205	91	387	599	228	435	40,5	46,5	4,3	7,6
Concelho	10564	12135	643	878	1192	516	5175	6011	4197	5608	41,9	46,2	5,7	6,7

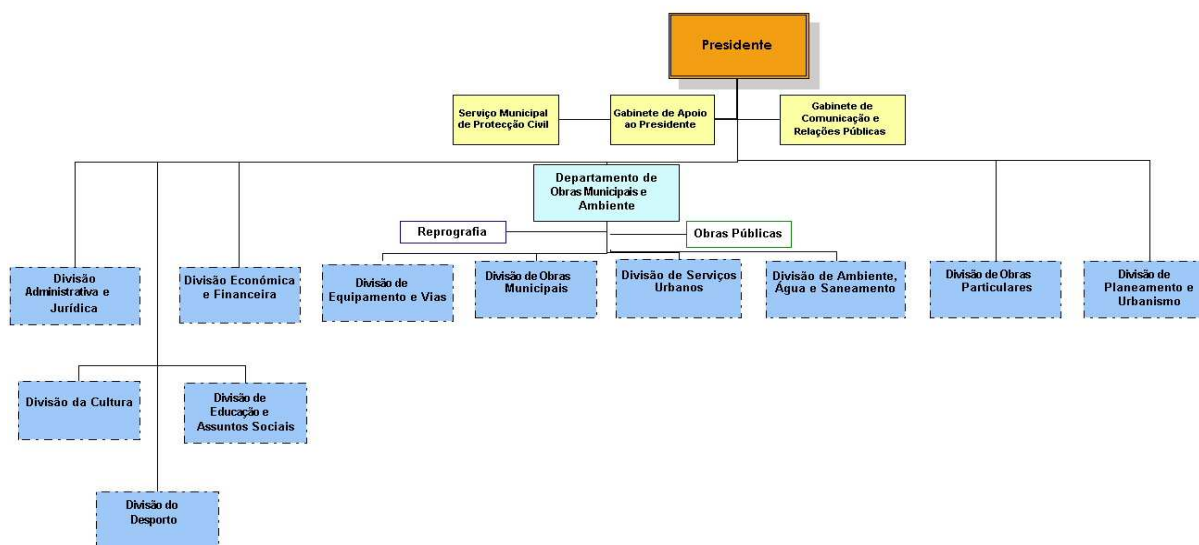
Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População de 1991 e 2001.

2.2 ESTRUTURA ORGÂNICA

O Município de Estarreja é uma pessoa colectiva do direito público –N.P.I.C. 501 190 082 / C.A.E. (ver novo código) -75 113 , exercendo as alterações conferidas por lei das autarquias locais. A Câmara Municipal é o órgão executivo, reunindo-se quinzenalmente no Salão Nobre do Edifício dos Paços de Concelho, estando as suas competências e regime jurídico de funcionamento definidos nos artigos 56º e seguintes da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro.

A macro-estrutura, bem como as atribuições e competências dos serviços municipais encontra-se tipificada em Regulamento Interno dos Serviços, Estrutura Orgânica e Quadro de Pessoal, publicado na II Série do Diário da República de 26 de Maio de 2004, pelo Aviso n.º 3998/2004 (2ª série) – AP.

Figura nº3



2.3 SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA / CONTABILIDADE AUTÁRQUICA

Uma das características da Nova Gestão Pública é a preocupação generalizada com o controlo dos défices orçamentais e do endividamento público, bem como a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial fiável e oportuna, que possibilite a tomada de decisões e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos sempre escassos recursos financeiros.

A nível da administração local, o POCAL (Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais) representa um marco histórico nas finanças e na contabilidade das autarquias locais, permitindo que pela primeira vez estas entidades elaborassem e apresentassem informação financeira e contabilística numa perspectiva não só orçamental e de caixa, mas também económica e patrimonial. Desta forma, o sistema contabilístico das autarquias locais é mais informativo, permitindo obter informação contabilística permanente que constitui um importante instrumento de suporte à tomada de decisão.

De igual modo importante é a recente aprovação da Nova Lei das Finanças Locais – Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro –, em cujo diploma é estabelecido o regime financeiro dos municípios e freguesias, tendo aquela conformado um quadro financeiro dinâmico para as autarquias locais aliado à adopção de medidas de rigor e de consolidação orçamental.

Neste âmbito é reconhecida a necessidade do desenvolvimento de uma estratégia de consolidação orçamental, na área da governação local, consagrando desde logo, medidas tendentes ao controlo do endividamento municipal, designadamente através de previsão de novas regras de cálculo para a respectiva capacidade de endividamento de cada município.

Assim, estabilizou-se a este respeito o conceito de endividamento líquido municipal, compatível com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95). Um conceito amplo de financiamento líquido associado ao volume de dívida relativamente aos activos financeiros das autarquias, bem como limites específicos para a celebração de empréstimos de curto, médio e longo prazo.

Refira-se que pela primeira vez existe um conceito de endividamento municipal que incorpora no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local, as associações de municípios e os serviços municipalizados, na proporção da sua participação.

O sistema contabilístico consiste num conjunto de tarefas, métodos, regras e registos, através do qual se processam as operações como meio de manter a informação financeira e envolve a identificação, a agregação, a análise, o cálculo, a classificação, o lançamento nas contas, o resumo e o relato das várias operações e acontecimentos.

O sistema de informação contabilística das autarquias locais encontra-se regulamentado pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (*Lei das Finanças Locais*) e pelo Decreto-Lei nº54-A/99, de 22/2 (POCAL), alterado pela Lei nº162/99, de 14/9, pelo Decreto-Lei nº315/2000,2/12 e pelo Decreto-Lei nº84-A/2002, de 5/4.

Este sistema contabilístico que segue, no seu essencial, as regras e princípios da contabilidade pública, revelando as operações que decorrem do conjunto de actos administrativos realizados pelo município, como sejam: o tratamento e registo das operações de arrecadação de receitas e a realização de despesas, preparação, controlo, detecção de desvios, elaboração de alterações e revisões, preparação da conta e apuramento do saldo final do exercício, tendo em conta os fins de natureza política e administrativos prosseguidos, não havendo preocupações do lucro mas sim do interesse público.

A principal função da contabilidade pública é garantir o controlo da legalidade, não consistindo apenas no registo dos factos patrimoniais à medida que eles ocorrem, mas também na expressão do conjunto de regras e princípios jurídicos que fundamentam toda a gestão económico-financeira dos organismos públicos.

O novo sistema contabilístico aplicado nas autarquias locais e preconizado pelo POCAL incorpora, de forma integrada, três grandes subsistemas : Contabilidade Orçamental, Contabilidade Patrimonial e Contabilidade de Custos.

Em termos técnicos o sistema informático, utiliza uma rede ETHERNET, com servidor Windows 2003 Server. A aplicação POCAL, funciona em cliente /servidor, estando o programa principal instalado em servidor SUN SOLARIS, com base uma base de dados oracle. Nos postos de trabalho está instalada uma aplicação cliente, funcionando os PC's com sistemas operativos Windows 98, Windows 2000 e Windows XP, Windows Vista.

3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Numa primeira instância procede-se a uma apreciação de âmbito orçamental, inicialmente centrada na execução global do orçamento, seguindo-se uma abordagem do equilíbrio orçamental, designadamente ao nível da poupança corrente, fluxos monetários e das fontes de financiamento do investimento, para por último desenvolver uma análise individual às componentes da Receita e Despesa Municipal.

Os documentos previsionais e de planeamento, concretamente as Grandes Opções do Plano e Orçamento, definiram para 2008, as principais escolhas de política de desenvolvimento para o concelho, identificando os projectos prioritários e mobilizando os recursos técnicos, humanos e financeiros necessários á sua execução.

Em matéria da Contabilidade Orçamental, a prestação de contas é feita em termos de execução dos documentos previsionais " Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2008".

A execução dos documentos orçamentais consubstancia-se no desenvolvimento das acções necessárias à arrecadação de receitas previstas e à realização de despesas inscritas no Orçamento, visando alcançar os objectivos fixados nas Grandes Opções do Plano.

3.1. EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO.

3.1.1 Orçamento Inicial *versus* Final e Executado

Quadro nº 3 – Execução do Orçamento 2008

(unidade monetária : Euros)

Capítulos	Previsão			Execução		Taxas de Execução	
	Inicial (a)	Final (b)	Desvio (b) - (a)	Valor (d)	Desvio (d)-(b)	Exec % (d)/(a)	Exec % (d)/(b)
Receitas							
Receitas Correntes	13.602.001,00	13.602.001,00	0,00	12.804.347,52	-797.653,48	94,14%	94,14%
Receitas de Capital	16.594.814,00	16.594.814,00	0,00	8.282.291,24	-8.312.522,76	49,91%	49,91%
Outras	3.185,00	3.185,00	0,00	1.594,87	-1.590,13	50,07%	50,07%
Total.....	30.200.000,00	30.200.000,00	0,00	21.088.233,63	-9.111.766,37	69,83%	69,83%
Despesas							
Despesas Correntes	12.589.471,68	12.757.856,68	168.385,00	11.662.058,50	-1.095.798,18	92,63%	91,41%
Despesas de Capital	17.610.528,32	17.442.143,32	-168.385,00	9.447.627,16	-7.994.516,16	53,65%	54,17%
Total.....	30.200.000,00	30.200.000,00	0,00	21.109.685,66	-9.090.314,34	69,90%	69,90%

A análise da contabilidade orçamental, permite-nos acompanhar todo o processo de realização de despesas e arrecadação de receitas.

Com o objectivo de avaliar, quer a fiabilidade do orçamento apresentado, quer a capacidade financeira da sua execução em função do montante das receitas efectivamente arrecadadas, bem como da actividade de planeamento, procede-se apresentação do Quadro nº 3, com os valores do orçamento inicial, final e executado, da receita e da despesa, e respectivos desvios.

Este estudo, baseado nos mapas de execução orçamental que fazem parte dos documentos de prestação de contas da Autarquia, visa, numa primeira abordagem, comparar o valor do orçamento inicial e corrigido final, resultado das modificações orçamentais, com os valores da execução orçamental a fim de evidenciar os desvios de execução mais significativos.

Refira-se que, no âmbito da análise deste capítulo, as taxas de execução da despesa, reportam-se a obrigações efectivamente pagas e não a despesa traduzida no total das obrigações assumidas para com terceiros (despesa facturada).

RELATÓRIO DE GESTÃO 2008



Da apreciação do quadro nº3 - Execução do Orçamento 2008 apura-se que do total do Orçamento aprovado para o exercício de 2008, no valor de €30.200.000,00, a receita cobrada ascendeu €21.088.233,63 e o total da despesa executada de €21.109.685,66, o que representa uma taxa de execução de 69,9%.

Confrontando as taxas de execução ao nível das cobranças e dos pagamentos em relação ao ano anterior (comportamento do valor cobrado e pago face ao previsto corrigido), verifica-se que durante o ano de 2008, a execução tanto da receita como da despesa ronda os 69 %, porquanto que no exercício de 2007, este valor foi inferior, apresentando uma execução global do orçamento de 63%, sendo, ainda de referir que em 2006 a taxa de execução foi de 59%.

O orçamento da receita corrente apresenta um elevado grau de execução e conseqüentemente um baixo desvio. O mesmo não acontece com as receitas de capital cuja execução não excedeu os 49,9%, o que penalizou de sobremaneira a execução global das receitas. No entanto, de salientar que se registou um aumento na taxa de execução relativamente ao ano anterior, que registou apenas 43,29%.

No contexto das despesas correntes também são visíveis os bons níveis de execução, com uma taxa de execução de 92,63%, sendo de assinalar o aumento significativo, em comparação com o ano anterior, da execução das despesas de capital ao atingir os 53,65%.

Quadro nº 4 – Execução do Orçamento 2008

(unidade monetária : Euros)

Capítulos	DESPESA 2008				Taxa de Execução		
	Previsão (a)	Comprometida (b)	Facturada (c)	Paga (d)	Desp.Factur (c)/(a)	Desp.Paga (d)/(a)	Desp.Comp (b)/(a)
Despesas Correntes	12.757.856,68	12.055.306,23	11.974.822,86	11.662.058,50	93,86%	91,41%	94,49%
Pessoal	4.954.970,42	4.904.617,87	4.904.367,87	4.866.191,75	98,98%	98,21%	98,98%
Aquisição de Bens e Serviços	5.817.411,26	5.362.012,98	5.250.009,91	4.975.840,34	90,25%	85,53%	92,17%
Juros e Outros Encargos Financeiros	775.300,00	720.499,24	720.499,24	720.283,72	92,93%	92,90%	92,93%
Transferências Correntes	1.151.175,00	1.068.176,14	1.068.176,14	1.068.072,99	92,79%	92,78%	92,79%
Outras Despesas Correntes	59.000,00	0,00	31.769,70	31.669,70	53,85%	53,68%	0,00%
Despesas de Capital	17.442.143,32	13.569.646,46	12.487.265,04	9.447.627,16	71,59%	54,17%	77,80%
Investimentos	15.309.743,32	11.829.946,93	10.747.565,51	7.707.927,63	70,20%	50,35%	77,27%
Transferências de Capital	1.368.400,00	1.008.545,65	1.008.545,65	1.008.545,65	73,70%	73,70%	73,70%
Activos Financeiros	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	757.000,00	731.153,88	731.153,88	731.153,88	96,59%	96,59%	96,59%
Outras Despesas de Capital	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
DESPESAS TOTAIS	30.200.000,00	25.624.952,69	24.462.087,90	21.109.685,66	81,00%	69,90%	84,85%

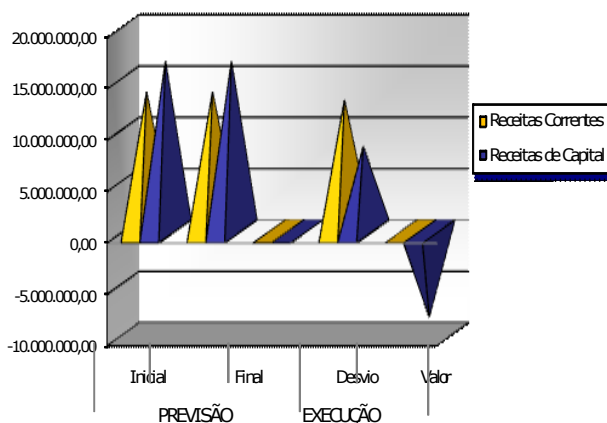
No lado da despesa é importante referir que esta execução, se reporta à relação entre Despesa Paga e Despesa Orçada, quando em rigor o que deveria ser comparado, para avaliar a fiabilidade da Elaboração do Orçamento, deveria ser a relação entre compromissos assumidos no exercício e a despesa orçada, cujo grau de execução da despesa atinge os 85%, traduzindo por inerência baixos desvios e uma performance de execução notoriamente superior. (quadro nº)

A análise detalhada da execução orçamental da receita e despesa será feita oportunamente no seu capítulo próprio e específico.

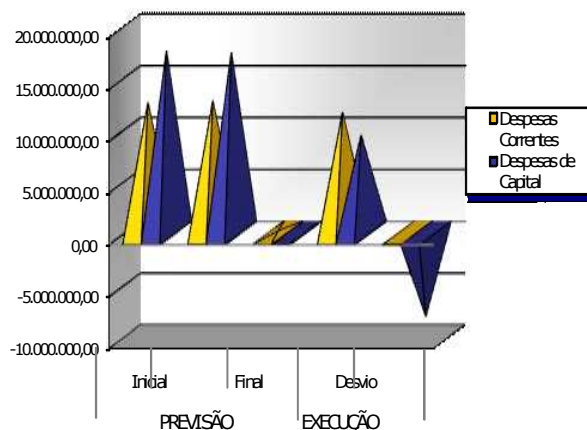
De seguida demonstra-se graficamente as diferenças apuradas entre Orçamento Inicial, Final e Executado, por natureza de rubrica orçamental:

Gráficos nº 1 e 2

Comparação entre Receita Orçamental Inicial, Final e Executada



Comparação entre Despesa Orçamental Inicial, Final e Executada



3.1.2 Modificações aos Documentos Previsionais - Orçamento & GOP

Anualmente são elaboradas, em termos previsionais, modificações ao orçamento que originam correcções aos valores inicialmente previsto através de reforço ou anulação das respectivas dotações. Algumas dessas modificações implicam aumentos da dotação global do orçamento, outras resultam apenas em meros ajustamentos das dotações inter-rubricas, não originando por isso alterações na sua dotação global.

As modificações realizadas no decorrer do ano 2008 reflectem simples reajustamentos entre diferentes rubricas de classificação económica não se tendo operado qualquer aumento do valor global da despesa/receita relativamente ao inicialmente previsto. Deste modo, o aumento/diminuição das dotações orçamentais traduz unicamente movimentação inter-rubricas, em que reforços tiveram como contrapartida anulações, e vice-versa.

O Orçamento 2008 e as GOP's 2008-2012 aprovado pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal em 11 e 26 de Dezembro de 2007, sofreu 12 (doze) modificações orçamentais, nos seguintes termos:

- 🐦 10 (dez) tiveram impacto no Plano Plurianual de Investimentos (PPI);
- 🐦 12 (doze) tiveram impacto no Plano de Actividades Municipais (PAM);

Os quadros que se seguem permitem comparar a estrutura do correspondente orçamento inicial com a do orçamento final, quer em termos relativos quer em termos absolutos, por classificação económica.

Quadro nº 5 – Alterações e Revisões Orçamentais 2008 - DESPESA

(unidade monetária : Euros)

Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Corrigida		Variação	
	Valor	%	Reforços	Deduções	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	12.589.471,68	41,69%	1.025.680,13	857.295,13	12.757.856,68	42,24%	168.385,00	1,34%
Despesas com Pessoal	5.043.788,79	16,70%	137.581,63	226.400,00	4.954.970,42	16,41%	-88.818,37	-1,76%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	5.809.232,89	19,24%	600.573,50	592.395,13	5.817.411,26	19,26%	8.178,37	0,14%
Juros e Outros Encargos	704.600,00	2,33%	71.700,00	1.000,00	775.300,00	2,57%	70.700,00	10,03%
Transferências Correntes	956.350,00	3,17%	214.325,00	19.500,00	1.151.175,00	3,81%	194.825,00	20,37%
Outras Despesas Correntes	75.500,00	0,25%	1.500,00	18.000,00	59.000,00	0,20%	-16.500,00	-21,85%
		0,00%						
Despesas de Capital	17.610.528,32	58,31%	1.761.310,00	1.929.695,00	17.442.143,32	57,76%	-168.385,00	-0,96%
Aquisição de Bens de Investimento	15.408.028,32	51,02%	1.683.810,00	1.782.095,00	15.309.743,32	50,69%	-98.285,00	-0,64%
Transferências de Capital	1.469.500,00	4,87%	46.500,00	147.600,00	1.368.400,00	4,53%	-101.100,00	-6,88%
Activos Financeiros	1.000,00	0,00%	0,00	0,00	1.000,00	0,00%	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	726.000,00	2,40%	31.000,00	0,00	757.000,00	2,51%	31.000,00	4,27%
Outras Despesas de Capital	6.000,00	0,02%	0,00	0,00	6.000,00	0,02%	0,00	0,00%
Total da Despesa	30.200.000,00	100,00%	2.786.990,13	2.786.990,13	30.200.000,00	100,00%	0,00	0,00%

Conforme se pode observar, as variações líquidas orçamentais mais significativas, em termos absolutos, ocorreram nas rubricas de Transferências Correntes (€194.825,00) e Juros e Outros Encargos (€70.700,00).

Foram reforçadas as Transferências correntes recaíram essencialmente para transferências para as Instituições Sem Fins Lucrativos (Associações e Colectividades de carácter Recreativo, Desportivo, Social, Cultural e Educativo).

Nas despesas com Juros e Outros Encargos, os reforços do valor orçado deveu-se á conjuntura de aumento de taxas de juro verificada no ano 2008, implicando aumento dos juros remuneratórios dos empréstimos de médio e longo prazo e das operações de locação financeira.

Em termos de reduções orçamentais os montantes mais expressivos foram registados nas despesas com aquisição de bens de investimento e transferências de capital, prende-se com facto de existirem verbas dotadas em excesso, tendo como contrapartida o reforço de outras que se encontram insuficientemente dotadas, não originando aumento da dotação global da despesa do orçamento, mas sendo utilizada como contrapartida das necessidades de cobertura de despesas de natureza corrente.

Nas despesas de capital assistiu-se a um decréscimo global de (- €168.385,00), por contrapartida do reforço de outras rubricas, furto da forte política de contenção de despesas de forma a manter bons níveis de endividamento municipal.

A diminuição das dotações de Outras Despesas Correntes decorreu, essencialmente, da gestão atenta do Município relativamente às operações que conferem direito a dedução de IVA, o que se reflecte no respectivo apuramento (mensal) de imposto a Pagar ou a Recuperar.

As despesas correntes com as devidas alterações e revisões orçamentais apresentaram uma variação positiva de 1,34%, não acontecendo o mesmo com as despesas de capital, uma vez que estas obtêm uma variação negativa de 0,96%.

Neste sentido, podemos constatar que, a dotação das despesas correntes e de capital sofreram alterações significativas com as modificações orçamentais realizadas ao longo do ano de 2008, mas se analisarmos a despesa total, verificamos que a dotação inicial é de €30.200.000,00, valor exactamente igual ao da dotação final, reflexo de que apenas ocorreram movimentações inter-rubricas e que o impacto no orçamento final foi nulo.

Quadro nº 6 – Alterações e Revisões Orçamentais 2008 - RECEITA

(unidade monetária : Euros)

Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Corrigida		Variação	
	Valor	%	Reforços	Deduções	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	13.602.001,00	45,04%	0,00	0,00	13.602.001,00	44,64%	0,00	0,00%
Impostos Directos	3.571.400,00	11,83%	0,00	0,00	3.571.400,00	11,72%	0,00	0,00%
Impostos Indirectos	3.126.600,00	1,04%	0,00	0,00	3.126.600,00	1,03%	0,00	0,00%
Taxas, Multas e Outras Penal	659.950,00	2,19%	0,00	0,00	659.950,00	2,17%	0,00	0,00%
Rendimentos de Propriedade	539.500,00	1,79%	0,00	0,00	539.500,00	1,77%	0,00	0,00%
Transferências Correntes	5.737.851,00	19,00%	0,00	0,00	5.737.851,00	18,83%	0,00	0,00%
Venda de Bens e Serviços Correntes	2.754.500,00	9,12%	0,00	0,00	2.754.500,00			
Outras Receitas Correntes	26.200,00	0,09%	0,00	0,00	26.200,00			
Receitas de Capital	16.594.814,00	54,95%	0,00	0,00	16.594.814,00	54,46%	0,00	0,00%
Venda de Bens de Investimento	4.636.800,00	15,35%	0,00	0,00	4.636.800,00	15,22%	0,00	0,00%
Transferências de Capital	11.802.891,00	39,08%	0,00	0,00	11.802.891,00	38,74%	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	150.123,00	0,50%	0,00	0,00	150.123,00	0,49%	0,00	0,00%
Outras Receitas de Capital	5.000,00	0,02%	0,00	0,00	5.000,00	0,02%	0,00	0,00%
Outras Receitas	3.185,00	0,01%	270.257,93	0,00	273.442,93	0,90%	270.257,93	8485,34%
Reposições Não Abatidas nos Pagam.	3.185,00	0,01%	0,00	0,00	3.185,00	0,01%	0,00	0,00%
Saldo da Gerência Anterior	0,00	0,00%	270.257,93	0,00	270.257,93	0,89%	270.257,93	100,00%
Total da Despesa	30.200.000,00	100,00%	270.257,93	0,00	30.470.257,93	100,00%	270.257,93	0,89%

No decorrer do ano 2008, não foi efectuada qualquer modificação ao Orçamento da Receita, apenas sendo de destacar o reforço natural das receitas por força do Saldo da Gerência Anterior, representando um reforço de €270.257,93 que tem por contrapartida a diminuição das verbas das rubricas que se encontravam excessivamente dotadas.

3.1.3 Resumo da Execução Orçamental

Assistiu-se no ano económico 2008 a um crescimento das receitas arrecadas e das despesas pagas, na ordem dos 10,41% e 11,13% respectivamente.

Comparando com a gerência do ano anterior, temos o seguinte quadro:

Quadro nº 7

(unidade monetária : Euros)

Designação	REALIZADO			ORÇADO (corrigido)	
	2007	2008	Diferença	2007	2008
Receitas Correntes	11.947.531,08	12.804.347,52	856.816,44	13.437.598,00	13.602.001,00
Receitas de Capital	7.152.420,86	8.283.886,11	1.131.465,25	16.522.402,00	16.597.999,00
Receitas Totais	19.099.951,94	21.088.233,63	1.988.281,69	29.960.000,00	30.200.000,00
Despesas Correntes	10.590.535,36	11.662.058,50	1.071.523,14	12.220.986,46	12.757.856,68
Despesas de Capital	8.404.514,65	9.447.627,16	1.043.112,51	17.739.013,54	17.442.143,32
Despesas Totais	18.995.050,01	21.109.685,66	2.114.635,65	29.960.000,00	30.200.000,00

Do quadro apresentado, verifica-se que relativamente ao ano de 2007, a arrecadação de Receitas Correntes aumentou 7,17%, tendo as Receitas de Capital apresentado um acréscimo de 15,82%.

As Despesas Correntes sofreram um acréscimo de 10,12% e as Despesas de Capital um aumento de 12,41% relativamente às realizadas no ano de 2007.

3.1.4 Relação Entre Receita e Despesa

► Evolução dos Fluxos Monetários

Com o objectivo de avaliar uma das possíveis fontes de financiamento do exercício, desenvolve-se uma análise à evolução da variação dos activos que, durante o último quadriénio, tiveram reflexos no saldo final da conta de gerência. Pretende-se, designadamente, relacionar a evolução das despesas e receitas efectivas confrontando-a com o desenvolvimento, quer do saldo corrente do exercício (receita corrente – despesa corrente), quer do capital (receita de capital – despesa de capital), com o objectivo de avaliar uma possível fonte de financiamento da gerência seguinte.

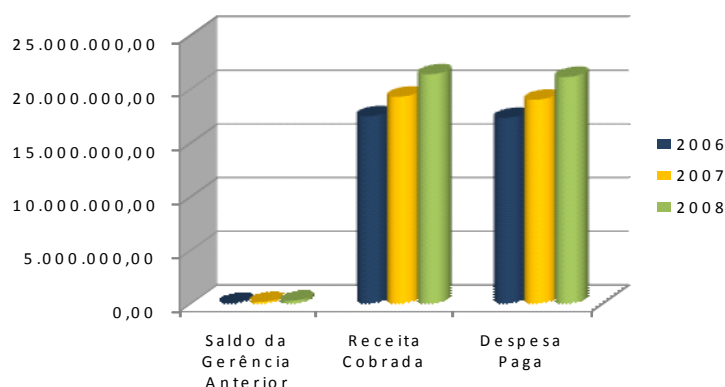
Quadro nº 8 – Evolução dos Fluxos Financeiros

(unidade monetária : €uros)

	2006			2007			2008		
	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença
Saldo da Gerência Anterior	61.261,72		61.261,72	165.356,00		165.356,00	270.257,93		270.257,93
Corrente	11.043.491,03	9.899.520,89	1.143.970,14	11.947.531,08	10.590.535,36	1.356.995,72	12.804.347,52	11.662.058,50	1.142.289,02
Capital	6.350.458,83	7.392.351,55	-1.041.892,72	7.151.341,19	8.404.514,65	-1.253.173,46	8.282.291,24	9.447.627,16	-1.165.335,92
Outras	2.016,86		2.016,86	1.079,67		1.079,67	1.594,87		1.594,87
TOTAL	17.457.228,44	17.291.872,44	165.356,00	19.265.307,94	18.995.050,01	270.257,93	21.358.491,56	21.109.685,66	248.805,90

Gráfico nº 3

Evolução dos Fluxos Monetários



Ao longo dos últimos três anos o montante de receitas correntes cobradas é superior ao montante de despesas pagas, o que traduz saldos correntes positivos, a designada poupança corrente bruta. A relação inversa é estabelecida quanto às rubricas de natureza de capital, originando saldos de capital negativos.

Deste modo, pode-se concluir que parte importante das despesas de capital pagas neste últimos três anos foram financiadas, quer pela poupança corrente geradas no exercício, quer pelo saldo transitado da gerência anterior.

► Equilíbrio Orçamental

O POCAL consagra no ponto 3.1.1 do POCAL, o princípio do equilíbrio orçamental para as autarquias locais, ao estabelecer que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesa correntes .

Esta norma, em termos de execução orçamental, funciona como forma de contenção do déficit orçamental e, simultaneamente, de formação da poupança corrente, com vista à sua aplicação na despesa de investimento.

Com este princípio orçamental, pretende-se afectar ao investimento a globalidade da receita de capital e ainda uma percentagem da receita denominada Poupança Corrente.

A execução do orçamento da autarquia cumpre este princípio orçamental, com formação da poupança corrente a financiar as despesas de capital.

A poupança corrente bruta no exercício 2008 foi de €1.142.289,02, superior em €298.144,70 (35,3%) relativamente ao previsto. O Orçamento da autarquia previa uma poupança corrente bruta de cerca de €844.144,32.

Quadro nº 9 - Evolução da Poupança corrente do Exercício

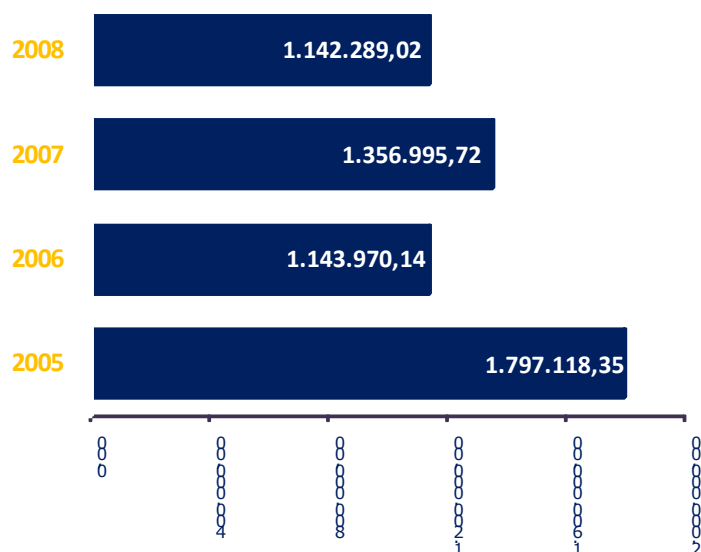
(unidade monetária : €uros)

	2006	2007	Variação	2008	Variação
Receita Corrente Prevista	11.691.756,00	13.437.598,00	14,93%	13.602.001,00	1,22%
Despesa Corrente Prevista	11.232.503,63	12.220.986,46	8,80%	12.757.856,68	4,39%
Poupança Corrente Prevista	459.252,37	1.216.611,54	164,9%	844.144,32	-30,62%
Receita Corrente Executada	11.043.491,03	11.947.531,08	8,19%	12.804.347,52	7,17%
Despesa Corrente Executada	9.899.520,89	10.590.535,36	6,98%	11.662.058,50	10,12%
Poupança Corrente Executada	1.143.970,14	1.356.995,72	18,6%	1.142.289,02	-15,82%
Variação Prevista/Executada	684.717,77	140.384,18		298.144,70	
% Variação	149,1%	11,5%		35,3%	

A Poupança Corrente ao exercício económico 2008 diminuiu cerca de 15,8% em relação ao registado no ano anterior.

Gráfico nº 4

Poupança Corrente



Fontes de Financiamento do Investimento

Com o objectivo de avaliar quais foram as fontes de financiamento do investimento municipal realizado durante o exercício de 2008 e não esquecendo o princípio da não consignação, previsto na alínea g) do ponto 3.1.1. do Decreto-Lei nº54-A/99, de 22 de Fevereiro, segundo o qual as receitas especificadas no orçamento quando liquidadas e arrecadadas não se destinam a solver um determinado compromisso, antes constituirão um único fundo que servirá de cobertura a todas as despesas da Autarquia, com excepção de determinados casos previstos na lei, como por exemplo as despesas suportadas por recursos financeiros provenientes de empréstimos, contratos programa ou participações de fundos comunitários já contratualizados, e por isso, cujas contrapartidas foram contabilizadas para o efeito da obtenção das receitas orçamentais, insere-se um quadro com os valores apurados nas diferentes rubricas que contribuiram para esse efeito.

Pela análise do quadro nº10, podemos verificar que o Investimento absorveu cerca de 89,89% das receitas provenientes das diversas fontes de financiamento, sendo que a Venda de Bens de Investimento, o Fundo de Equilíbrio Financeiro (parte de Capital), os Fundos Comunitários e a Poupança Corrente aparecem com os maiores contributos.

Quadro nº 10 – Investimento e suas Fontes de Financiamento (unidade monetária : €uros)

Designação	2007		2008 Valor	2009 Valor	Variação
	Valor	Peso			
Investimento (a)	7.730.993,93		8.716.473,28		985.479,35
1 - Receitas de Capital	7.151.341,19	82,44%	8.282.291,24	85,42%	1.130.950,05
Vens de Bens de Investimento	2.998.187,24	34,56%	936.218,00	9,66%	-2.061.969,24
FEF (Capital)	2.255.222,00	26,00%	2.373.191,00	24,47%	117.969,00
Fundos Comunitários	1.280.134,58	14,76%	2.837.312,85	29,26%	1.557.178,27
Outras Transferências de Capital	479.582,37	5,53%	2.085.569,39	21,51%	1.605.987,02
Recurso ao Crédito	138.215,00	1,59%	50.000,00	0,52%	-88.215,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
2 - Poupança Corrente	1.356.995,72	15,64%	1.142.289,02	11,78%	-214.706,70
3 - Reposições não abatidas nos pagamentos	1.079,67	0,01%	1.594,87	0,02%	515,20
4 - Saldo da gerência anterior	165.356,00	1,91%	270.257,93	2,79%	104.901,93
Total Fontes de Financiamento(1+2+3+4)	8.674.772,58	100,00%	9.696.433,06	100,00%	1.021.660,48
					11,78%
Investimento / Fontes de Financiamento	89,12%		89,89%		

(a) Investimento directo + indirecto (transferências de capital para outras entidades)

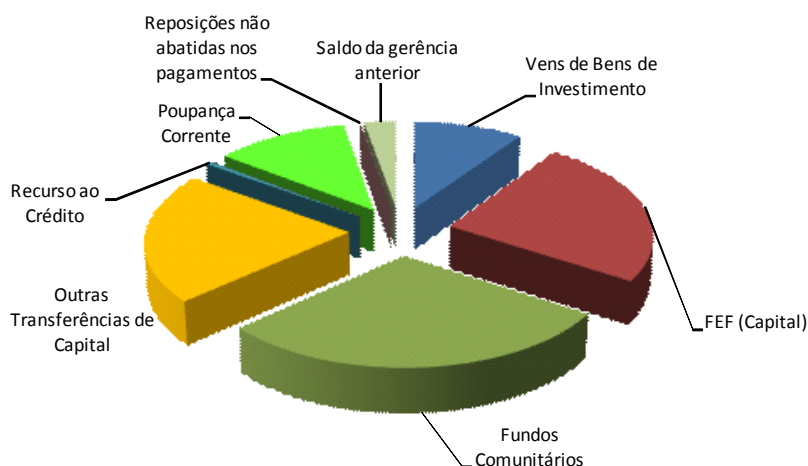
No entanto, no ano 2008, as receitas provenientes do Orçamento de Estado via Fundos Municipais, Fundos Comunitários e Cooperação Técnica e Financeira constituíram os maiores tributos para a realização do investimento municipal.

De realçar, o contributo da Poupança corrente gerada no exercício ao financiar cerca de 12% do investimento realizado.

No entanto, é talvez importante lembrar que o investimento directo e indirecto não traduz a globalidade dos esforços realizados pela autarquia local nesta área, uma vez que não reflecte, nomeadamente as verbas despendidas através de obras de administração directa.

O próximo gráfico ilustra o coeficiente de importância das diversas fontes de financiamento do investimento deste município no ano económico de 2008.

Gráfico nº 5



3.1.5 Movimentos de Tesouraria

► Fluxos de Caixa

O valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos de gerência anterior, permitem obter o valor do saldo a transitar para a gerência seguinte.

O mapa de fluxos de caixa funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental, articulando e equilibrando recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações de tesouraria.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos durante a gerência de 2008, aparece descrito no Quadro nº 11, verificando-se que as entradas de fundos correspondem a cerca de 22,57 milhões de euros – 21,08 milhões euros provenientes de receitas orçamentais e cerca de 1 milhão de operações de tesouraria, mais 2,184 milhões de euros do que o ano 2007.

Da análise dos movimentos financeiros ocorridos no ano 2008 verifica-se que a despesa global paga foi superior à receita global cobrada em €10.466,14. No entanto, se a este valor se acrescentar o saldo inicial de €412.308,65, o saldo transitado para a gerência seguinte será de €401.842,51. Este saldo da gerência 2008 é composto por €248.805,90 de saldo de operações orçamentais e €153.036,61 do saldo de operações de tesouraria.

Quadro nº 11– Resumo dos Fluxos de Caixa

(unidade monetária : Euros)

Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
(1) Saldo transitado de 2007	270.257,93	142.050,72	412.308,65
(2) Receitas Arrecadadas	21.088.233,63	1.069.265,40	22.157.499,03
(3) Despesas Pagas	21.109.685,66	1.058.279,51	22.167.965,17
Saldo a transitar para 2009 (1+2-3)	248.805,90	153.036,61	401.842,51

Esta informação é complementada com os fluxos de caixa que, através de mapa constante dos documentos de Prestação de contas, discrimina a natureza e origem e aplicações de fundos.

As Operações de Tesouraria são as cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros. São operações de entrada e saída de fundos à margem do Orçamento, sendo apenas objecto de movimentação no sistema de contabilidade patrimonial (DOC -11/TC).

► Contas de Ordem

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar os factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo. São objecto de registo nestas contas: garantias e/ou cauções tituladas a favor da autarquia; as garantias tituladas pela autarquia a favor de terceiros; e a cobrança de receita virtual (os chamados recibos para cobrança).

O Quadro nº12 reflecte os movimentos ocorridos nas contas de ordem, durante o ano em análise.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2008



Quadro nº 12 – Resumo das contas de Ordem

(unidade monetária : Euros)

Saldo da Gerência Anterior	81.105,92	Garantias e Cauções Accionadas	0,00
Garantias e cauções	63.435,50	Garantias e Cauções Devolvidas	2.728,23
Recibos para cobrança	17.670,42	Receita Virtual Cobrada	1.135,59
		Receita Virtual Anulada	0,00
Garantias e Cauções Prestadas	0,00		
Receita Virtual Liquidada	40.593,19	Saldo para a Gerência Seguinte	117.835,29
		Garantias e Cauções	60.707,27
		Recibos para cobrança	57.128,02
TOTAL	121.699,11	TOTAL	121.699,11

No início do ano de 2008, a autarquia detinha cerca de €17.670,42 recibos de cobrança (receita virtual), a que cresceu durante o ano o montante de €40.593,19. No entanto, €1.1335,59 foram transformados em receita efectiva e nenhum foi anulado, pelo que transitou para 2008 um valor de débitos ao tesoureiro que totaliza o montante de €57.128,02.

Por outro lado, para 2008 transita um valor de fundos caucionados na ordem dos €60.707,27, resultante de um saldo inicial de €63.435,50, a que deduziram da libertação de cauções em €2.728,23.

3.2 RECEITA

3.2.1 Execução Orçamental da Receita

Com base no quadro nº13, comparando o valor orçado das Receitas Totais (€30.200.000,00), com o efectivamente arrecadado (€21.088.233,63) no ano económico em análise, obtém-se uma taxa de execução a nível das receitas de 69,83 %, ou seja, o valor da cobrança efectiva foi inferior ao inicialmente previsto em €9.211.889,37.

Quadro nº13 - Execução das Receitas

(unidade monetária : Euros)

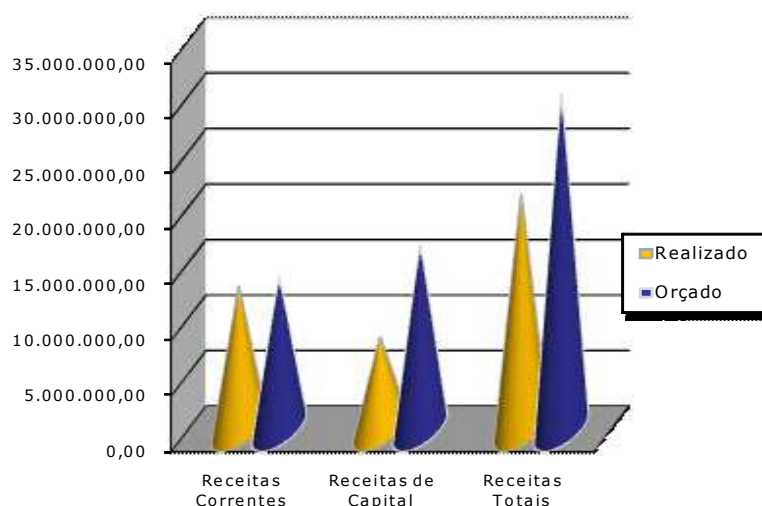
Capítulos	Previsão		Valor da Execução (c)	Desvio (c)-(b)	Taxas de Execução	
	Inicial (a)	Final			Exec % (c)/(a)	Exec % (c)/(b)
Receitas Correntes	13.602.001,00	13.602.001,00	12.804.347,52	-797.653,48	94,14%	94,14%
Impostos Directos	3.571.400,00	3.571.400,00	3.281.239,34	-290.160,66	91,88%	91,88%
Imposto municipal sobre Imóveis	1.526.000,00	1.526.000,00	1.591.876,29	65.876,29	104,32%	104,32%
Imposto Único de Circulação	309.500,00	309.500,00	333.205,98	23.705,98	107,66%	107,66%
Imposto municipal s/ transmissões onero:	518.400,00	518.400,00	371.987,56	-146.412,44	71,76%	71,76%
Derrama	1.160.000,00	1.160.000,00	969.793,05	-190.206,95	83,60%	83,60%
Impostos abolidos	56.500,00	56.500,00	14.376,46	-42.123,54	25,45%	25,45%
Impostos Directos Diversos	1.000,00	1.000,00	0,00	-1.000,00	0,00%	0,00%
Impostos Indirectos	312.600,00	312.600,00	391.077,82	78.477,82	125,10%	125,10%
Taxas, Multas e Outras Penal.	659.950,00	659.950,00	470.625,05	-189.324,95	71,31%	71,31%
Rendimentos de Propriedade	539.500,00	539.500,00	639.919,55	100.419,55	118,61%	118,61%
Transferências Correntes	5.737.851,00	5.737.851,00	5.087.550,16	-650.300,84	88,67%	88,67%
Venda de Bens e Serviços Correntes	2.754.500,00	2.754.500,00	2.872.422,86	117.922,86	104,28%	104,28%
Outras Receitas Correntes	26.200,00	26.200,00	61.512,74	35.312,74	234,78%	234,78%
Receitas de Capital	16.594.814,00	16.594.814,00	8.282.291,24	-8.412.645,76	49,91%	49,91%
Venda de Bens de Investimento	4.636.800,00	4.636.800,00	936.218,00	-3.700.582,00	20,19%	20,19%
Transferências de Capital	11.802.891,00	11.802.891,00	7.296.073,24	-4.506.817,76	61,82%	61,82%
Passivos Financeiros	150.123,00	150.123,00	50.000,00	-100.123,00	33,31%	33,31%
Emp. Contraídos a M/L Prazo	150.123,00	150.123,00	50.000,00	-100.123,00	33,31%	33,31%
Outras Receitas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	-5.000,00	0,00%	0,00%
Outras Receitas	3.185,00	3.185,00	1.594,87	-1.590,13	50,07%	50,07%
Reposições Não Abatidas nos Pagam.	3.185,00	3.185,00	1.594,87	-1.590,13	50,07%	50,07%
Total da receita	30.200.000,00	30.200.000,00	21.088.233,63	-9.211.889,37	69,83%	69,83%

Relativamente às Receitas Correntes, verificou-se que a totalidade das receitas, efectivamente cobradas, é inferiores às orçadas, em € 797.653,48, correspondendo a uma taxa de execução do orçamento das receitas correntes de 94,14%.

Da análise do quadro, acima apresentado, denota-se que no geral as Receitas de Capital cobradas foram inferiores às orçadas, em € 8.412.645,76, correspondendo a uma taxa de execução de 49,91%.

Em termos globais, a taxa de execução das Receitas Totais apresenta um acréscimo de cerca de 6,08 pontos percentuais, relativamente ao verificado no ano anterior. No entanto, se optarmos, por decompor a Receita nos seus principais itens – Receitas Correntes e Receitas de Capital – podemos constatar que o seu desempenho foi bastante semelhante face ao ano anterior. Ambas tiveram uma execução superior à do ano 2007, tendo as primeiras um acréscimo de 5,23 p.p., enquanto que as segundas assistiram a uma execução bastante superior de cerca de 6,62 p.p..

Gráfico nº6



A análise da execução das Receitas Correntes permite-nos apreciar a excelente performance a nível dos Impostos Directos, Rendimentos de Propriedade, Transferências e Venda de Bens e Serviços Correntes, todas elas com taxas de execução próximas ou superiores a 100%.

As Receitas de Capital apresentaram uma melhoria na taxa de execução, devido fundamentalmente ao recebimento das participações financeiras de Fundos Comunitários (III QCA) e contratos-programa no âmbito da Cooperação Técnica e Financeira.

3.2.2 Estrutura e Evolução da Receita

Com base nos valores descritos no quadro nº14 e atendendo à estrutura primária das receitas, verifica-se que no exercício económico de 2008, o Município de Estarreja arrecadou €12.804.347,52 de Receitas Correntes, €8.282.291,24 de Receitas de Capital e €1.594,87 de Outras Receitas, perfazendo um total de €21.088.233,63 de Receitas Municipais. Relativamente ao ano anterior, verifica-se um acréscimo de receitas arrecadadas de 10,41%.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2008



Quadro nº 14

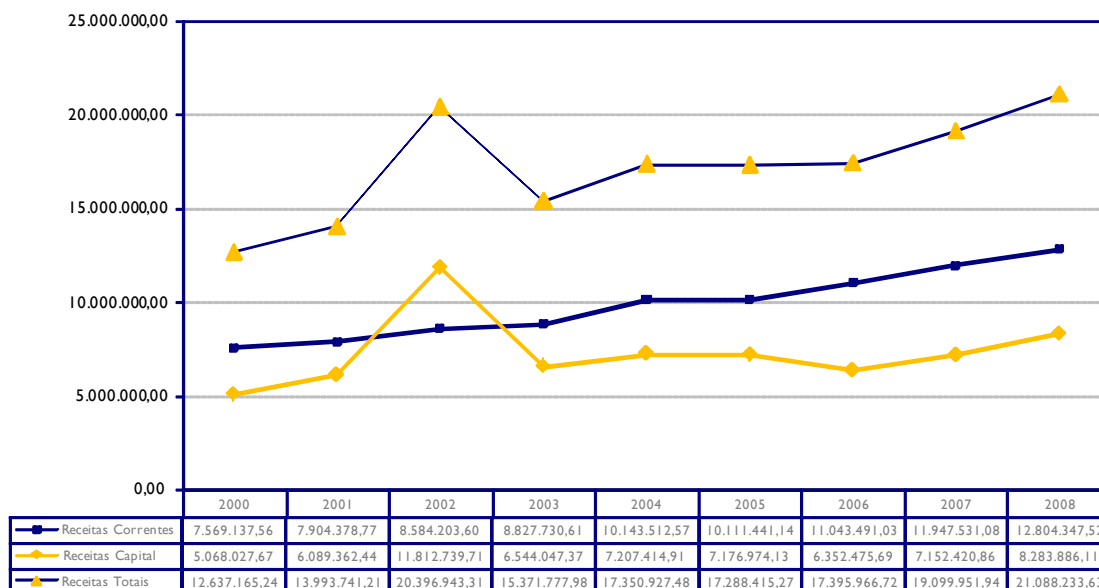
(unidade monetária : €uros)

Receitas	2007	2008	%	Desvio	Tx Crec.
Receitas Correntes	11.947.531,08	12.804.347,52	60,72%	856.816,44	7,17%
Receitas de Capital	7.151.341,19	8.282.291,24	39,27%	1.130.950,05	15,81%
Outras Receitas	1.079,67	1.594,87	0,00	515,20	47,72%
Despesas Totais	19.099.951,94	21.088.233,63	99,99%	1.988.281,69	10,41%

Constata-se que 60,72% das Receitas Totais são relativas a receitas de natureza corrente enquanto as receitas de capital representam 39,27% das Receitas Totais arrecadadas pelo município no ano de 2008.

Comparativamente ao ano 2007 verifica-se que as Receitas de Capital cresceram cerca de 15,81%, tendo as Receitas Correntes aumentado 7,17%.

Gráfico nº 7
Evolução das Receitas



Quadro nº 15

(unidade monetária : €uros)

Receitas Correntes			Receitas de Capital / Outras Receitas		
Designação	Valor	%	Designação	Valor	%
Impostos Directos	3.281.239,34	25,63%	Venda de Bens de Investimento	936.218,00	11,30%
Imposto municipal sobre imóveis	1.591.876,29	12,43%	Transferências de Capital	7.296.073,24	88,08%
Imposto Único de Circulação	333.205,98	2,60%	F.E.F.	2.373.191,00	28,65%
Imposto munic s/ transmissões onerosas	371.987,56	2,91%	Outras	4.922.882,24	59,43%
Derrama	969.793,05	7,57%	Passivos Financeiros	50.000,00	0,60%
Impostos abolidos	14.376,46	0,11%	Emp. Contraídos a M/L Prazo	50.000,00	0,60%
Impostos Directos Diversos	0,00	0,00%	Outras Receitas	1.594,87	0,02%
Impostos Indirectos	391.077,82	3,05%	Reposições não abatidas nos pagam.	1.594,87	0,02%
Taxas, Multas e Outras Penal.	470.625,05	3,68%			
Rendimentos de Propriedade	639.919,55	5,00%			
Transferências Correntes	5.087.550,16	39,73%			
F.E.F.+ F.S.M.+ P.F.IRS	4.490.280,00	35,07%			
Outras	597.270,16	4,66%			
Venda de Bens e Serviços Correntes	2.872.422,86	22,43%			
Venda de Bens	14.932,40	0,12%			
Prestações de Serviços	2.839.747,78	22,18%			
Rendas e Alugueres	17.742,68	0,14%			
Outras Receitas Correntes	61.512,74	0,48%			
Totais de Receitas Correntes	12.804.347,52	100,00%	Totais de Receitas de Capital /Outras	8.283.886,11	100,00%

Pela análise dos quadros nº 15 e nº 16 constata-se que as principais fontes de recursos desta Autarquia Local, no ano de 2008, foram compostas, no seu essencial, por Transferências de Capital (34,60%), por Transferências Correntes (24,13%), Impostos Directos (15,56%), por Venda de Bens e Serviços Correntes (13,62%) e por Venda de Bens de Investimento (4,44%).

Os fundos oriundos da cobrança de Impostos Directos, detêm um peso significativo no cômputo geral das receitas angariadas no ano de 2008, representando 25,63% das Receitas Correntes e 15,56% das Receitas Totais.

As Transferências – Correntes e Capital – têm um peso importante na estrutura da Receita, com uma ligeira vantagem das correntes, mostrando uma certa dependência que a autarquia tem perante os Fundos Municipais (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Directa e Variável no IRS). De salientar que a importância destes Fundos Municipais se revela maior nas transferências correntes.

Quadro nº 16 (unidade monetária : Euros)

Receitas Correntes		
Designação	Valor	%
Impostos Directos	3.281.239,34	15,56%
Imposto municipal sobre imóveis	1.591.876,29	7,55%
Imposto sobre veículos	333.205,98	1,58%
Imposto munic sobre transmissões onerosas	371.987,56	1,76%
Derrama	969.793,05	4,60%
Impostos abolidos	14.376,46	0,07%
Impostos Directos Diversos	0,00	0,00%
Impostos Indirectos	391.077,82	1,85%
Taxas, Multas e Outras Penal.	470.625,05	2,23%
Rendimentos de Propriedade	639.919,55	3,03%
Transferências Correntes	5.087.550,16	24,13%
F.E.F. + F.S.M. + P.F.IRS	4.490.280,00	21,29%
Outras Transferências	597.270,16	2,83%
Venda de Bens e Serviços Correntes	2.872.422,86	13,62%
Venda de Bens	14.932,40	0,07%
Prestação de Serviços	2.839.747,78	13,47%
Rendas e Alugueres	17.742,68	0,08%
Outras Receitas Correntes	61.512,74	0,29%
Totais de Receitas Correntes	12.804.347,52	60,72%
Receitas de Capital / Outras Receitas		
Designação	Valor	%
Venda de Bens de Investimento	936.218,00	4,44%
Transferências de Capital	7.296.073,24	34,60%
F.E.F.	2.373.191,00	11,25%
Outras	4.922.882,24	23,34%
Passivos Financeiros	50.000,00	0,24%
Emp. Contraídos a M/L Prazo	50.000,00	0,24%
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00%
Indeminizações	0,00	0,00%
Outras Receitas	1.594,87	0,01%
Totais de Receitas de Capital	8.283.886,11	39,28%
RECEITAS TOTAIS	21.088.233,63	100,00%

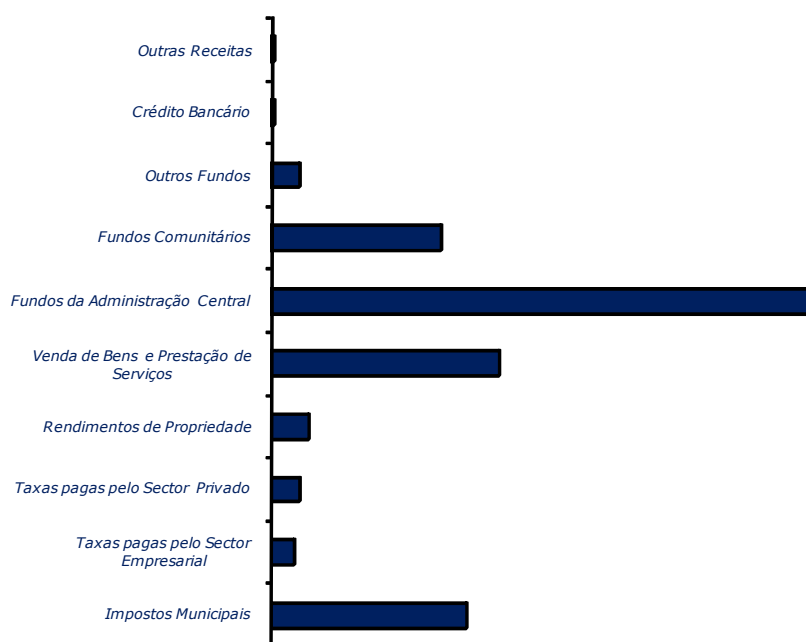
A repartição das receitas globais angariadas no ano 2008 podem ser vistas de outra forma conforme o descrito no gráfico e quadro apresentado de seguida:

Quadro nº 17

(unidade monetária : Euros)

Repartição das Receitas		
Impostos Municipais	3.281.239,34	15,56 %
Taxas pagas pelo Sector Empresarial	391.077,82	1,85 %
Taxas pagas pelo Sector Privado	470.625,05	2,23 %
Rendimentos de Propriedade	639.919,55	3,03 %
Venda de Bens e Prestação de Serviços	3.808.640,86	18,06 %
Fundos da Administração Central	9.055.406,62	42,94 %
Fundos Comunitários	2.837.312,85	13,45 %
Outros Fundos	490.903,93	2,33 %
Crédito Bancário	50.000,00	0,24 %
Outras Receitas	63.107,61	0,30 %
	21.088.233,63	100,00 %

Gráfico nº 8



De seguida, procede-se à apresentação de um conjunto de conceitos importantes para uma percepção mais clara do tipo e natureza de receitas obtidas no ano de 2008:

Quadro nº 18

(unidade monetária : Euros)

RELATÓRIO DE GESTÃO 2008



RECEITA	Valor da Execução (c)	Receita Global	Peso % Receita Própria	Receita Alheia
Própria	8.653.015,36	41,03%	100,00%	
<i>Fiscal</i>	4.142.942,21	19,65%	47,88%	
Impostos Directos	3.281.239,34	15,56%	37,92%	
Impostos Indirectos	391.077,82	1,85%	4,52%	
Taxas, Multas e Outras Penal.	470.625,05	2,23%	5,44%	
<i>Não Fiscal</i>	4.510.073,15	21,39%	52,12%	
Rendimentos de Propriedade	639.919,55	3,03%	7,40%	
Venda de Bens e Serviços Correntes	2.872.422,86	13,62%	33,20%	
Venda de Bens de Investimento	936.218,00	4,44%	10,82%	
Outras Receitas Correntes	61.512,74	0,29%	0,71%	
Alheia	12.435.218,27	58,97%		100,00%
Fundos Municipais (F.E.F.+ F.S.M.+ P.F.IRS)	6.863.471,00	32,55%		55,19%
Outras Transferências	5.520.152,40	26,18%		44,39%
Passivos Financeiros	50.000,00	0,24%		0,40%
Outras Receitas	1.594,87	0,01%		0,01%
Total da receita	21.088.233,63	100,00		

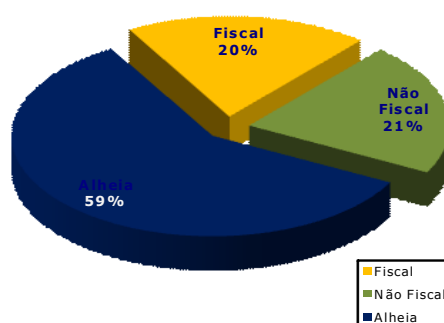
No exercício económico de 2008, é de realçar que 99,76% das Receitas angariadas advêm de **Recursos Próprios** do Município, dentro dos quais se destacam as Transferências (58,86% dos Recursos Próprios e 58,72% das Receitas Totais), as Receitas Fiscais (19,69% dos Recursos Próprios e 19,65% das Receitas Totais) e rendimentos resultantes da alienação de bens próprios e de serviços prestados (inerentes à gestão do património municipal e da cobrança da utilização dos seus serviços).

No Município de Estarreja no ano de 2008 os **Recursos Locais**, constituído por todas as receitas que não sejam Transferências ou Empréstimos, representam 41,04% das Receitas Totais. Importa referir que constituem Recursos Locais todas as receitas que a Autarquia **cobra** no âmbito de prossecução das suas competências e que se encontram previstas na Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais).

No ano de 2008 a Autarquia recorreu a financiamento alheio (crédito bancário) no valor de €50.000,00, representando 0,24% dos recursos arrecadados, verificando-se uma diminuição desta fonte de receita.

Existem análises, em que os Fundos Municipais e outras Transferências são consideradas como Receita Alheia, e neste caso teremos o cenário descrito no gráfico nº8, em que os fundos próprios (Fiscal e Não Fiscal) representam cerca de 41% do total da receita, enquanto que as receitas alheias têm um contributo de 59%, o que revela uma autonomia inconsistente.

Gráfico nº 9



No entanto, é de esclarecer que as Transferências Correntes e de Capital constituem recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, tendo a sua origem em verbas transferidas directamente do Orçamento de Estado para o município (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Directa e Variável no IRS) e em verbas originárias de comparticipações, dotações e subsídios provenientes do Orçamento de Estado (contratos-programa, protocolos, acordos de colaboração) e do Orçamento da Comunidade Europeia (fundos comunitários). Desta forma, este tipo de fundos, dada a sua origem, não é considerado recursos financeiros locais, apesar de constituírem fundos próprios da Autarquia.

Os Fundos Municipais mencionados consubstanciam a participação dos municípios nos impostos do Estado nos termos do artigo 19º da Lei das Finanças Locais.

No cumprimento da norma constitucional da participação nos impostos do Estado, a Lei das Finanças Locais preceitua a participação dos municípios nos impostos (directos e indirectos) do Estado, nos dois impostos directos mais importantes, sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e das pessoas colectivas (IRC) e ainda no principal imposto (indirecto) sobre a despesa, o Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA). Neste sentido, as transferências do Orçamento de Estado para os municípios deixaram de estar indexadas ao aumento percentual do IVA orçado, passando-se a lidar com a cobrança efectiva dos três impostos.

Especificamente, o **Fundo de Equilíbrio Financeiro** (FEF) é repartido da seguinte forma:

- a) 50% como Fundo Geral Municipal (FGM);
- b) 50% como Fundo de Coesão Municipal (FCM).

O **Fundo Geral Municipal** (FGM) procura dar aos municípios um financiamento ao nível das responsabilidades que vinham tendo, "*dotando os municípios de condições financeiras adequadas ao desempenho das suas atribuições, em função dos respectivos níveis de funcionamento e investimento.*" (artigo 22º da Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro).

O **Fundo de Coesão Municipal** (FCM) visa reforçar a coesão municipal, fomentando a correcção de assimetrias, em benefício dos municípios menos desenvolvidos, pretendendo-se, desta forma, realizar um esforço acentuado na eliminação de disparidades.

O **Fundo Social Municipal** (FSM) constitui uma transferência financeira do Orçamento do Estado consignada ao financiamento de despesas determinadas, relativas a atribuições e competências dos municípios associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na acção social.

Os municípios têm direito, em cada ano, a uma **Participação Directa e Variável até 5% no IRS** dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respectiva colecta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS. A participação referida no número anterior depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual deve ser comunicada por via electrónica pela respectiva câmara municipal à Direcção-Geral dos Impostos, até 31 de Dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos. No entanto em 2007 e 2008 a participação dos municípios no IRS é de 5%, ou seja, o reflexo da deliberação, da percentagem de participação directa e variável do município no IRS, tomada em 2007, apenas terá reflexo nas finanças do município em 2009 – ano de apuramento e transferência de receita pelo Orçamento de Estado.

Importa referir que no presente documento, as receitas com a designação "Participação Fixa no IRS", representam contabilisticamente a **Participação Directa e Variável no IRS** acima descrita, conforme indicações da DGAL.

De seguida, efectua-se uma desagregação das rubricas das Receitas Municipais arrecadadas no exercício económico de 2008.

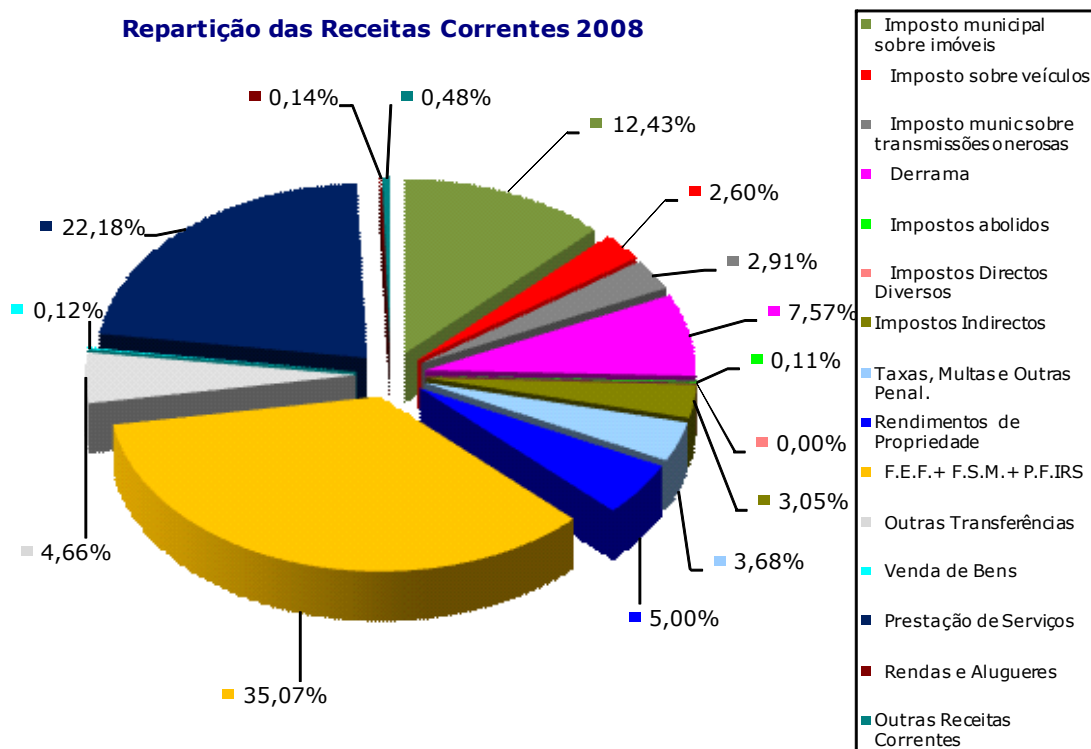
3.2.3 Análise da Receitas Correntes

A repartição das receitas de natureza corrente arrecadas pelo município no ano 2008, encontra-se descrita no gráfico nº 9.

Da análise do gráfico seguinte, destacam-se as receitas provenientes do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Variável no IRS) que constituem 35,07% das Receitas Correntes. De destacar igualmente o somatório dos Impostos Directos (Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Sobre Veículos, Imposto Municipal de sobre Transmissões Onerosas (IMT) e Derrama), que representam 25,63% das Receitas Correntes.

A venda de bens e serviços correntes merece igualmente uma referência, pois conforme se pode verificar, apresenta um peso de 22,43% do total das Receitas Correntes.

Gráfico nº 10



► Impostos Directos

Das Receitas Fiscais arrecadas pelo Município de Estarreja, €3.281.239,34 correspondem a impostos directos (79,20 % das Receitas Fiscais).

Quadro nº 19 - Desagregação dos Impostos Directos

(unidade monetária : Euros)

Designação	2008		2007		Tx Cresc%
	Valor	%	Valor	%	
Imposto Municipal sobre Imóveis	1.591.876,29	48,51%	1.456.967,59	43,46%	9,26%
Imposto Municipal sobre veículos	333.205,98	10,15%	326.794,24	9,75%	1,96%
Imposto Municipal s/ Trans.	371.987,56	11,34%	524.375,36	15,64%	-29,06%
Derrama	969.793,05	29,56%	998.195,55	29,77%	-2,85%
Impostos abolidos	14.376,46	0,44%	42.191,83	1,26%	-65,93%
<i>Contribuição autárquica</i>	4.269,75	0,13%	23.320,42	0,70%	-81,69%
<i>Imp. Sobre Veiculos</i>	3.485,39	0,11%	0,00	0,00%	n.a.
<i>Imp. Munc. SISA</i>	6.621,32	0,20%	18.871,41	0,56%	-64,91%
Impostos Directos Diversos	0,00	0,00%	4.060,00	0,12%	-100,00%
TOTAL	3.281.239,34	100,00%	3.352.584,57	100,00%	-2,13%

Analisando a desagregação dos Impostos Directos, podemos ver que o valor arrecadado diminuiu, face ao ano 2007, em €71.345,23 (2,13%), tendo sofrido diferentes variações em termos do contributo de cada um dos impostos. Neste sentido, podemos constatar que relativamente aos impostos Abolidos (Contribuição Autárquica e SISA) houve um decréscimo de 65,93%. Quanto ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e ao Imposto Municipal sobre Veículos (IMV) estes registaram um aumento de 9,26% e 1,96% para 10,15%, respectivamente, tendo o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) apresentado uma decréscimo na ordem dos 29,06%. De destacar a ligeira diminuição da derrama, contrariando o crescimento verificado no ano anterior.

Gráfico nº11 – Distribuição dos Impostos Directos (Ano 2008)

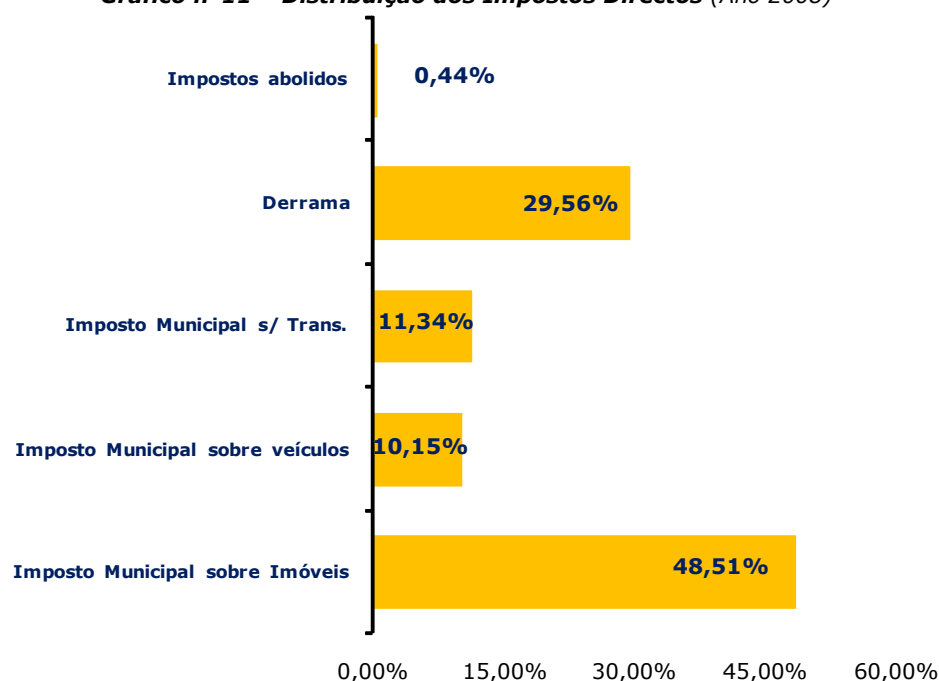
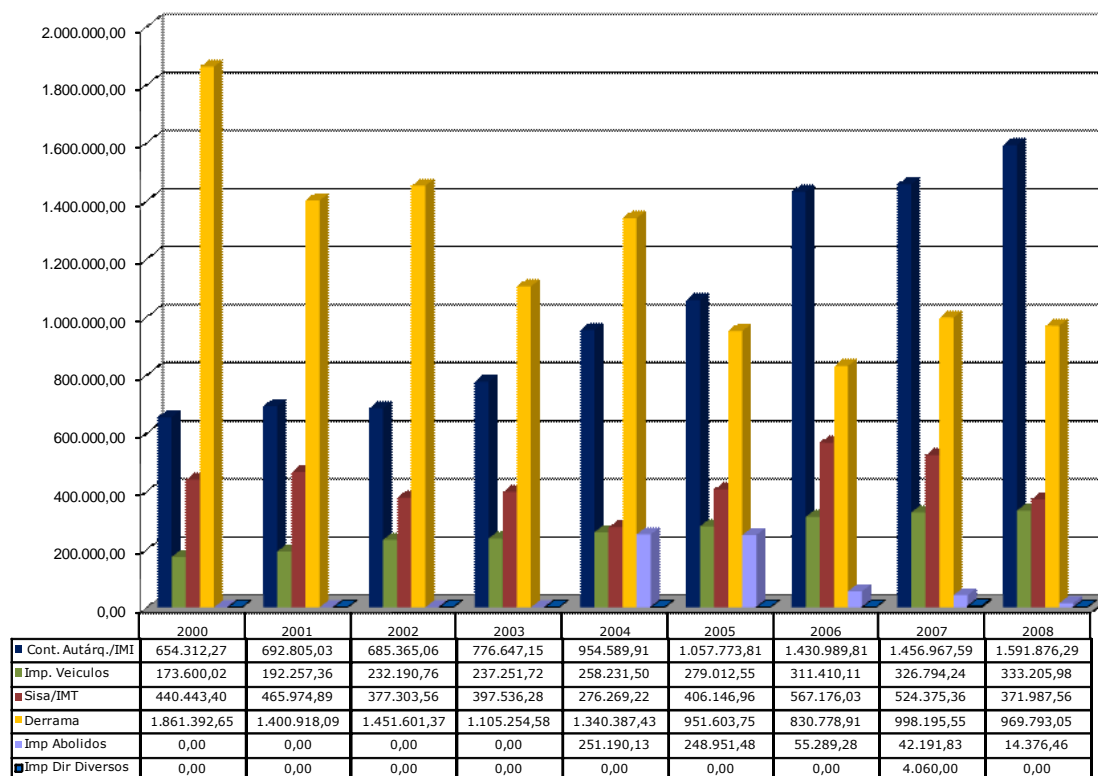


Gráfico nº12 – Evolução dos Impostos Directos (2000-2008)

Evolução dos Impostos Directos



Da análise do gráfico nº 11, podemos verificar que de 2000 a 2004, a derrama era o imposto com maior significado no cômputo geral dos impostos directos arrecadados pelo Município, sendo de realçar que a partir do ano de 2005, a derrama foi “destronada” pelo Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). De referenciar a diminuição registada no Imposto Municipal sobre Transmissões (IMT)

► Impostos Indirectos

Os impostos indirectos são os que recaem exclusivamente sobre o sector produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou utilização de bens e serviços.

Quadro nº 20 - Desagregação dos Impostos Indirectos (unidade monetária : €uros)

Designação	2008		2007		Tx Cresc
	Valor	%	Valor	%	
Impostos Indirectos Específicos das Autarquias					
Mercados e Feiras	153.689,97	39,30%	152.318,91	48,55%	0,90%
Loteamentos e Obras	114.469,15	29,27%	50.659,42	16,15%	125,96%
Ocupação da Via Pública	62.947,96	16,10%	28.812,97	9,18%	118,47%
Publicidade	5.127,98	1,31%	40.923,59	13,04%	-87,47%
Saneamento	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros	54.842,76	14,02%	41.042,02	13,08%	33,63%
Taxas Municipal de Direito de passagem	6.187,82	1,58%	9.191,44	2,93%	-32,68%
Taxas de Depósito da Ficha Técn. Habitação	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros	48.654,94	12,44%	31.850,58	10,15%	52,76%
TOTAL	391.077,82	100,00%	313.756,91	100,00%	24,64%

No ano económico de 2008, os impostos indirectos (receitas provenientes da cobrança de taxas, emolumentos, licenças e outras semelhantes pelo facto de serem pagas pelo sector produtivo) totalizaram €391.077,82 das Receitas Fiscais (9,44%). Destas taxas e serviços gerais pagos por unidades empresariais, a mais relevante foi a registada na sub-rubrica Mercados e Feiras.

Estas receitas tributárias, representam 1,85% das Receitas Totais e 3,05% das Receitas Correntes.

De referir, que no ano 2008 se registou um aumento significativo (125,96%) da receita arrecadada de impostos indirectos da sub-rubrica de Loteamentos e obras, quando comparado com o ano de 2007. Constatou-se ainda um grande acréscimo (118,47%) na cobrança de impostos indirectos da sub-rubrica Ocupação da Via Pública. No entanto na sub-rubrica Publicidade, verificou-se uma enorme diminuição (87,47%) do montante da receita cobrada por aplicação deste imposto.

A **Taxa Municipal de Direito de Passagem**, tem incidência sobre os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal. Esta taxa foi aplicada atentando nos pressupostos inscritos na Lei nº 5/2004 de 10 de Fevereiro, Lei das Comunicações Electrónicas. Este Diploma entrou em vigor no dia 11 de Fevereiro de 2004, embora a aplicação desta taxa municipal só tenha apresentado repercussões na receita do município a partir de 2006.

► Taxas, Multas e Outras Penalidades

Quadro nº 21 - Desagregação das Taxas, Multas e Outras Penalidades (unidade monetária : €uros)

Designação	2008		2007		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Taxas Específicas das Autarquias					
Mercados e Feiras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Loteamentos e Obras	149.563,04	31,78%	304.041,47	59,92%	-50,81%
Ocupação da Via Pública	4.085,13	0,87%	3.792,33	0,75%	7,72%
Caça,Uso e Porte de Armas	287,50	0,06%	617,39	0,12%	-53,43%
Saneamento	269.727,26	57,31%	151.421,57	29,84%	78,13%
Outros	13.561,71	2,88%	15.189,81	2,99%	-10,72%
<i>Taxas de Depósito da Ficha Técn. Habitação</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Outros</i>	13.561,71	2,88%	15.189,81	2,99%	-10,72%
SUBTOTAL	437.224,64	92,90%	475.062,57	93,62%	-7,96%
Multas e Outras Penalidades					
Coimas e penalidades por contra-ordenações	21.690,16	4,61%	16.964,14	3,34%	27,86%
Juros de Mora	6.666,78	1,42%	7.530,64	1,48%	-11,47%
Multas e penalidades diversas	5.043,47	1,07%	7.863,01	1,55%	-35,86%
SUBTOTAL	33.400,41	7,10%	32.357,79	6,38%	3,22%
TOTAL	470.625,05	100,00%	507.420,36	100,00%	-7,25%

Taxas

A cobrança de taxas relativas a serviços prestados pela Autarquia a particulares rendeu €437.224,64, sendo os loteamentos de obras (31,78%) e o saneamento (57,31%), as principais fontes deste tipo de recursos.

A cobrança destas taxas representa 3,41% das Receitas Correntes e 2,07% das Receitas Totais.

Multas e Outras Penalidades

A efectivação de sanções pecuniárias produziu, no exercício de 2008, €33.400,41, traduzindo um acréscimo de 3,22% em relação ao valor verificado no ano anterior. Estas receitas punitivas e compensatórias representam 0,16% das Receitas Totais e 0,26% das Receitas Correntes.

► Rendimentos de Propriedade

As receitas provenientes de rendimentos de activos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos concedidos), terrenos e de activos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros), representam 0,31% das Receitas Totais e 0,52% das Receitas Correntes e as provenientes de rendas – bens de domínio público, representam 2,72% das receitas totais e 4,48% das Receitas Correntes.

Quadro nº 22 - Desagregação dos Rendimentos de Propriedade (unidade monetária : Euros)

Designação	2008		2007		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Juros	63.096,21	9,86%	29.347,40	7,80%	115,00%
<i>Bancos e outras Inst.Financeiras</i>	63.096,21	9,86%	29.347,40	7,80%	115,00%
<i>Companhias de Seguros</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Outros</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Dividendos e outras participações em lucros	3.216,14	0,50%	2.680,27	0,71%	19,99%
<i>Empresas municipais e intermunicipais</i>	3.216,14	0,50%	2.680,27	0,71%	19,99%
<i>Empresas privadas</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Outras</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rendas	573.607,20	89,64%	344.165,37	91,49%	66,67%
<i>Edifícios</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Bens de Domínio Público</i>	573.604,60	89,64%	344.162,77	91,49%	66,67%
<i>Outras</i>	2,60	0,00%	2,60	0,00%	0,00%
TOTAL	639.919,55	100,00%	376.193,04	100,00%	70,10%

Os rendimentos de propriedade obtidos (DOC-OD/D), neste ano económico, dizem respeito, à remuneração de depósitos detidos por esta entidade em Instituições de Crédito, aos rendimentos resultantes da distribuição de dividendos em participações de capital detidas pela Autarquia em outras empresas e sistemas multimunicipais, nomeadamente, na empresa ERSUC, S.A. e à renda de concessão com a empresa EDP. De referir, que por questões de não concordância com a facturação de iluminação pública relativa ao 3º Trimestre de 2007, emitida pela EDP, procedeu-se á respectiva reclamação, junto da referida EDP, não se tendo efectuada o respectivo encontro de contas até resolução do mesmo. Deste modo, a referida renda trimestral apenas foi reconhecida no ano 2008, põe encontro de contas com a respectiva facturação de consumo de electricidade.

► Transferências Correntes

As Transferências Correntes compreendem os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afectação pré-estabelecida.

Os fundos consignados ao Município pelas Transferências Correntes globalizaram, em 2008, os €5.087.550,16, representando 24,13% das Receitas Totais e 39,73% das Receitas Correntes arrecadadas.

No actual enquadramento legal das Finanças Locais, expresso pela Lei nº2/2007 de 15 de Janeiro, a verba inscrita no Orçamento de Estado e transferida para os municípios subdivide-se nos seguintes fundos: Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Directa e Variável no IRS.

No seu conjunto, estas verbas transferidas directamente do Orçamento do Estado para o município de Estarreja contribuíram com cerca de 88,26% do resultado apresentado pelas Transferências Correntes, tendo existido um aumento de €67.605,00 (1,53%) em relação ao transferido no ano económico de 2007.

Na subrubrica Famílias registam-se os pagamentos relativos a passes escolares e prolongamentos de horário do pré-escolar.

No cômputo geral esta rubrica económica apresenta um acréscimo relativamente à execução do ano anterior de 2,05%.

Quadro nº 23 - Desagregação das Transferências Correntes

(unidade monetária : Euros)

RELATÓRIO DE GESTÃO 2008



Designação	2008		2007		Tx Cresc%
	Valor	%	Valor	%	
Sociedades e Quase Soc. Não Financeiras	16.345,00	0,32%	130,00	0,00%	0,00%
Públicas	13.845,00	0,27%	0,00	0,00%	n.a.
Outras	13.845,00	0,27%	0,00	0,00%	n.a.
Privadas	2.500,00	0,05%	130,00	0,00%	1823,08%
Sociedades Financeiras	0,00	0,00%	550,00	0,01%	0,00%
Bancos e Outras Instituições Financeiras	0,00	0,00%	550,00	0,01%	-100,00%
Administração Central	4.976.399,98	97,82%	4.902.623,13	98,34%	1,50%
Estado	4.976.399,98	97,82%	4.902.623,13	98,34%	1,50%
Fundo Equilibrio Financeiro	3.144.481,00	61,81%	3.459.995,00	69,40%	-9,12%
Fundo Social Municipal	742.786,00	14,60%	416.617,00	8,36%	78,29%
Participação Fixa no IRS	603.013,00	11,85%	546.063,00	10,95%	10,43%
Outras	486.119,98	9,56%	479.948,13	9,63%	1,29%
Estado- Participação comunitária	0,00	0,00%	0,00	0,00%	n.a.
Famílias	94.805,18	1,86%	82.079,06	1,65%	15,50%
Resto do Mundo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	n.a.
TOTAL	5.087.550,16	100,00%	4.985.382,19	100,00%	2,05%

De forma discriminativa, no quadro nº24 identifica-se a origem das receitas de transferências correntes da Administração Central /Outras.

Quadro nº 24 - Transferências Correntes da Administração Central / Outras (unid monet. : €uros)

Designação	Valor
Acordo de Colaboração - Expansão da Rede Nacional de Educação Pré-Escolar	
Lei nº5/97 de 10 de Fevereiro e nº4 do artigo 32º do DL 147/97 de 11/06	47.005,24
Centro de Emprego de Aveiro -Inst de Emprego e Formação Profissional	
Programa Ocupacional para Trabalhadores Desempregados	32.411,94
Compensação pelos Encargos com Transportes Escolares	
Decreto-Lei nº 299/84 de 09/05 e Decreto-Lei nº 35/90 de 25/01	37.244,00
Direcção Regional dos Serviços Florestais	
Subsidio para Gabinete Florestal	30.000,00
Direcção Regional de Educação do Centro	
Comparticipação - Auxiliares de Acção Educativa	47.562,56
Contrato-Programa - Fornecimento de Refeições Escolares AI.1ºCiclo	17.498,00
Comparticipação nas Actividades de Enriquecimento Curricular	262.366,52
Instituto de Desenvolvimento Social	
Protocolo de Colaboração para a Comissão de Protecção de Crianças Menores	9.531,72
Participação dos Municípios nos Impostos do Estado - Fundos Municipais	
Fundo de Equilibrio Financeiro	3.144.481,00
Fundo Social Municipal	742.786,00
Participação Fixa no IRS	603.013,00
Diversos - Familias e Donativos	
Diversos - Familias e Donativos	113.650,18
TOTAL	5.087.550,16

Especificamente, as transferências correntes encontram-se descritas no Documento de Prestação de Contas **DOC -21/TC - "Transferências Correntes – Receita"** (Anexo às Demonstrações Financeiras).

► Venda de Bens e Prestações de Serviços Correntes

A venda de bens e prestação de serviços correntes rendeu à autarquia €2.872.422,86, mais €477.335,03 que a receita arrecadada no ano anterior, ou seja, verificou-se um acréscimo de cerca de 19,93% deste tipo de receitas.

Quadro nº 25 - Desagregação da Venda de bens e Prestações de Serviços (unid. monetária : €uros)

Designação	2008		2007		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Venda de Bens	14.932,40	0,52%	36.509,35	1,05%	-59,10%
Publicações e Impressos	11.879,94	0,41%	28.774,60	0,92%	-58,71%
Bens Inutilizados	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Desperdícios, Resíduos e Refugos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Produtos Acabados e Intermédios	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros	3.052,46	0,11%	7.734,75	0,13%	-60,54%
Prestação de Serviços	2.839.747,78	98,86%	2.335.631,49	97,87%	21,58%
Aluguer de Espaços e Equipamentos	1.627,29	0,06%	50,00	0,00%	0,00%
Serviços Sociais, Recreativos, Culturais e D	168.929,25	5,88%	146.503,72	6,97%	15,31%
<i>Serviços Recreativos</i>	787,00	0,03%	1.340,00	0,00%	0,00%
<i>Serviços Culturais</i>	18.760,69	0,65%	19.017,00	0,69%	-1,35%
<i>Serviços Desportivos</i>	149.381,56	5,20%	126.146,72	6,28%	18,42%
Serviços Específicos das Autarquias	2.669.191,24	92,92%	2.189.077,77	90,90%	21,93%
<i>Saneamento</i>	1.074.285,53	37,40%	817.591,38	21,60%	31,40%
<i>Resíduos Sólidos</i>	309.337,65	10,77%	294.207,20	3,54%	5,14%
<i>Trabalho por conta de particulares</i>	95.993,80	3,34%	76.224,73	7,43%	25,94%
<i>Mercados e Feiras</i>	3.251,58	0,11%	4.795,01	0,03%	-32,19%
<i>Distribuição de Água</i>	1.136.342,10	39,56%	945.692,25	55,97%	20,16%
<i>Parques de Estacionamento</i>	12.090,72	0,42%	11.358,10	0,18%	6,45%
<i>Outros</i>	37.889,86	1,32%	39.209,10	2,14%	-3,36%
Rendas e Alugueres	17.742,68	0,62%	22.946,99	1,08%	-22,68%
Edifícios	17.742,68	0,62%	22.946,99	1,08%	-22,68%
TOTAL	2.872.422,86	100,00%	2.395.087,83	100,00%	19,93%

VENDA DE BENS

O produto da venda de bens, permitiu a obtenção de receitas no valor de €14.932,40, sendo a venda de Cadernos de Encargos a principal fonte deste tipo de rendimentos. Quando comparado com o ano anterior verifica-se uma diminuição próxima dos 60,00% deste tipo de receita.

A venda de bens representa 0,12% das Receitas Correntes e 0,07% das Receitas Totais.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A Autarquia presta um conjunto de serviços à comunidade, aos quais se encontra associado um preço, calculado com base nos custos de fornecimento dos diversos serviços.

A venda desse conjunto de serviços atingiu, em 2008, os €2.839.747,78, representando 22,18% das Receitas Correntes e 13,47% das Receitas Totais.

Em relação ao verificado no ano económico anterior, as receitas obtidas pela prestação de serviços registaram um acréscimo de 21,58% o que traduz, em termos absolutos, um aumento de €504.116,29.

As principais fontes de rendimento desta rubrica são a distribuição de água e o serviço de saneamento, que representam 40,02% e 37,83%, respectivamente, das receitas arrecadadas na prestação de serviços.

De destacar o aumento significativo verificado na cobrança de receitas com a gestão exploração do sistema da rede pública de água residuais (saneamento), na rubrica Taxas Específicas das Autarquias Locais/Saneamento registando-se um acréscimo na ordem dos 31,40%, traduzindo-se em termos absolutos na arrecadação adicional de €256.694,15, relativamente ao ano anterior, sendo resultado, essencialmente, da aplicação do novo valor da tarifa fixa e dos novos coeficientes de afluência da rede aprovados.

As receitas derivadas da cobrança de serviços de distribuição de água, registaram uma taxa de crescimento de 20,16% (acréscimo de €190.649,85).

De realçar ainda o valor arrecadado pela recolha de Resíduos Sólidos, que verificou um ligeiro aumento de 5,14%, correspondente ao montante de €15.130,45. Este valor deveu-se à consolidação da cobrança da Tarifa Municipal de Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, aprovada em Reunião de Câmara de 08/08/2006, através da Deliberação nº 210/2006, entrando em vigor a partir de Setembro de 2006. Esta tarifa permite compensar, parcialmente, os encargos anuais que a autarquia detém com a prestação de serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos. Os custos englobam encargos com a subcontratação de serviços de recolha e tratamento, aquisição de contentores molock`s, sacos de lixo, custos com pessoal e manutenção de equipamento de limpeza urbana (ex: varredoras e aspiradoras).

Também é relevante a componente referente à realização de trabalhos requisitados ou da responsabilidade de pessoas singulares ou colectivas, nomeadamente a reconstrução de passeios, demolições e outra obras e serviços, renderam á autarquia €95.993,80 (3,38% do total da Prestação de Serviços).

As receitas resultantes da utilização das piscinas municipais (Piscina M^a de Lurdes Breu - Estarreja e da Piscina Coberta de Avanca), das actividades desenvolvidas no âmbito da Escola Municipal do Desporto, das actividades desenvolvidas no Cine-Teatro de Estarreja e das visitas da Casa Museu Egas Moniz, totalizaram €168.929,25, constituindo cerca de 5,95% das receitas arrecadadas com a Prestação de Serviços.

Na rubrica residual de venda de serviços, encontra-se englobada a receita da venda de refeições na cantina municipal, entre outros.

RENDAS E ALUGUERES

Os rendimentos provenientes do arrendamento de casa ou outros edifícios para fins habitacionais totalizaram €17.742,68 (Urbanização da Teixugueira e da Póvoa de Baixo).

► Outras Receitas Correntes

Quadro nº 26 - Desagregação das Outras Receitas Correntes (unid. monetária : Euros)

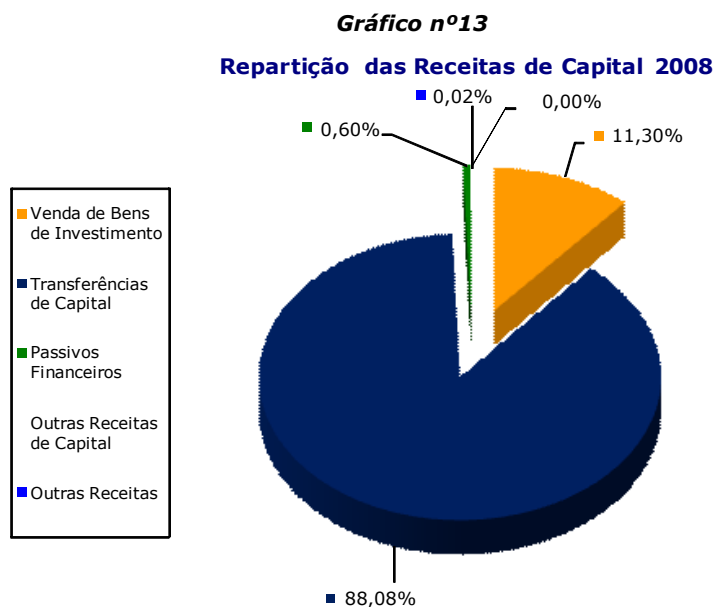
Designação	2008		2007		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Indemnizações - deteiorização, roubo e extravio	120,04	0,20%	639,14	3,74%	-81,22%
Indemnizações - estragos provocados por outrem	18.113,43	29,45%	1.594,15	9,32%	1036,24%
IVA-Reembolsado	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Diversas	43.279,27	70,36%	14.872,89	86,94%	190,99%
TOTAL	61.512,74	100,00%	17.106,18	100,00%	259,59%

O montante proveniente deste tipo de receitas atingiu, em 2008, os €61.512,74, representando 0,48% das Receitas Correntes e 0,29% das Receitas Totais.

De salientar nesta rubrica o recebimento de indemnização, no valor de €21.136,04 por incumprimento de disposições contratuais por parte da ERSUC, especificamente a campanhas de sensibilização não realizadas.

3.2.4 Análise da Receitas de Capital

A repartição das receitas de natureza capital arrecadas pelo município, no ano 2008, encontra-se descrita no gráfico apresentado de seguida:



► Venda de Bens de Investimento

Quadro nº 27 - Desagregação da Venda de Bens de Investimento (unidade monetária : Euros)

Designação	2008		2007		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Terrenos e recursos naturais	932.163,00	99,57%	2.985.485,81	99,58%	-68,78%
Habitacões	0,00	0,00%	12.701,43	0,42%	-100,00%
Edifícios	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Equipamento de transporte	2.305,00	0,25%	0,00	0,00%	n.a.
Maquinaria e Equipamento	1.750,00	0,19%	0,00	0,00%	n.a.
Outros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL	936.218,00	100,00%	2.998.187,24	100,00%	-68,77%

No exercício económico em análise, a venda de bens de investimento rendeu €936.218,00, dos quais €810.123,00 se devem á realização de escrituras de compra e venda de lote de terrenos do Eco-Parque Empresarial de Estarreja, tendo os adquirentes procedido ao pagamento do valor correspondente aos restantes 70% do custo total do lote, visto já terem sido pagos 30% aquando da celebração de contratos de promessa de compra e venda (artigo 12º do Regulamento de venda de Lotes de terreno do Eco-Parque Empresarial de Estarreja. Durante o ano de 2008 foram ainda realizados novos contratos de promessa de compra e venda, que permitiram arrecadar a quantia de €122.040,00.

► Transferências de Capital

As Transferências de Capital, em conjunto com as Transferências Correntes, representam um importante apoio financeiro da Autarquia Local.

As Transferências de Capital compreendem os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.

Quadro nº 28 - Desagregação das Transferências de Capital

(unidade monetária : Euros)

Designação	2008		2007		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Sociedades Quase Soc Não Financ	60.000,00	0,82%	310.000,00	7,72%	0,00%
Privadas	60.000,00	0,82%	310.000,00	7,72%	0,00%
Administração Central	4.079.006,64	55,91%	2.280.080,61	56,79%	78,90%
Estado	4.079.006,64	55,91%	2.280.080,61	56,79%	78,90%
Fundo Equilíbrio Financeiro	2.373.191,00	32,53%	2.255.222,00	56,17%	5,23%
Cooperação Técnica e Financeira	1.705.815,64	23,38%	24.858,61	0,62%	6762,07%
Administração Local	319.753,75	4,38%	144.723,76	3,60%	120,94%
Continente	319.753,75	4,38%	144.723,76	3,60%	120,94%
Resto do Mundo	2.837.312,85	38,89%	1.280.134,58	31,88%	121,64%
União Europeia - Instituições	2.837.312,85	38,89%	1.280.134,58	31,88%	121,64%
TOTAL	7.296.073,24	100,00%	4.014.938,95	100,00%	81,72%

No ano de 2008, entraram nos cofres do município €7.296.073,24 de fundos relativos a verbas transferidas de orçamentos de outras entidades (Administração Central, Administração Local, Comunidade Europeia, empresas e outras), sendo 32,53% desses fundos, originários da verba inscrita no Orçamento de Estado destinada, propriamente, ao município de Estarreja ao abrigo do Fundo de Equilíbrio Financeiro, sendo este constituído em partes iguais pelo Fundo Geral Municipal e Fundo de Coesão Municipal.

As receitas resultantes de transferências da Administração Local, constituíram cerca de 4,38% das receitas arrecadadas com as Transferências de Capital. Este montante deve-se fundamentalmente, a transferências de capital de outros municípios, relativos a projectos de investimento intermunicipal.

Importa ainda salientar, que se assistiu a um acréscimo de cerca de 121,64% nas transferências de capital provenientes do resto do mundo, devido fundamentalmente ao aumento na obtenção de participações financeiras de origem comunitária.

De referir, que, comparativamente com o arrecadado no ano anterior, o valor global deste tipo de receitas obteve um aumento significativo de €3.281.134,29, representando 81,72%, devido essencialmente às participações e apoios financeiros relativamente a projectos co-financiados.

Em termos de apoio financeiros recebidos no âmbito da **Cooperação Técnica e Financeira**, no quadro nº 29 procede-se à discriminação da origem dos valores recebidos em 2008:

Quadro nº 29 – Cooperação Técnica e Financeira

(unidade monetária : Euros)

Designação	Valor
Protocolo nº04/2006 - PRAUD - DGOTDU	
Comparticipação no Projecto "Requalificação Paisagística do Largo de Santo Amaro"	10.000,00
Contrato Programa nº1681/2004 - INAG	
Comparticipação no Projecto "Saneamento de Avanca e Pardilhó"	1.507.765,12
Contrato Programa (despacho 3646/2005) - Estradas de Portugal	
Comparticipação no Projecto "Arruamentos do Concelho"	188.050,52
TOTAL	1.705.815,64

A nível de apoios financeiros de natureza comunitária, no quadro nº 30 procede-se à discriminação da origem dos valores recebidos em 2008:

Quadro nº 30 – União Europeia / Instituições

(unidade monetária : Euros)

Designação do Programa de Apoio	Valor
Programa Operacional da Região Centro	
EIXO I	
Medida I.1	
Remodelação da Rede de Abastecimento de Água na Freguesia de Beduído	5.647,36
Recuperação, Valorização e Enquadramento Paisagístico do Largo de Stº Amaro	5.699,58
Arruamentos na Freguesia de Salreu	44.214,91
Rua Dr. Fernando Gomes - Beduído	106.800,33
Rua Joaquim Maria Resende - Pardilhó	5.131,37
Medida I.2	
Saneamento na Freguesia de Salreu	64.126,98
Medida I.6	
Programa FORAL - Certificação da Qualidade	94.655,49
Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento	
EIXO I	
Medida 1.1	
Espaço Internet de Estarreja- componente FEDER	1.787,66
Medida 1.1 - Aveiro Digital	
Agir para Ligar	656,25
MEMDigital	7.724,30
SIGRia	16.160,01
Ambi-Ria	6.065,40
Secur-Ria	7.164,12
Programa Operacional da Economia	
EIXO I	
Medida I.1	
Eco-Parque Empresarial de Estarreja	2.440.746,60
Programa Operacional do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social	
EIXO V	
Medida 5.1	
Rede Social	18.550,52
Programa Operacional da Cultura	
EIXO II	
Medida 2.1	
Requalificação e Revitalização do Cine-Teatro	12.181,97
TOTAL	2.837.312,85

Especificamente, as transferências de capital encontram-se descritas no Documento de Prestação de Contas **DOC -22/TC – “ Transferências de Capital – Receita”** (Anexo às Demonstrações Financeiras).

► Passivos Financeiros

Segundo a alínea h) do artigo 16º da Lei nº 42/98, de 6 de Agosto, um dos meios de financiamento ao dispor das autarquias locais é constituído pelo "produto de empréstimos,..." , sendo, por lei, permitido aos municípios "...contrair empréstimos e utilizar aberturas de crédito junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito..." (artigo 23º da Lei das Finanças Locais) podendo os empréstimos contraídos pelos Municípios ser de curto prazo ou de médio e longo prazo.

O Município de Estarreja, durante o ano 2008, recorreu à utilização de verbas inerentes a financiamentos bancários de médio e longo prazo que se encontravam ainda em regime de conta-corrente (período de deferimento/utilização).

Quadro nº 31 – Passivos Financeiros

(unidade monetária : Euros)

Finalidade	Contratação		Valor Utilizado	
	Data	Valor	Anos anteriores	Ano 2008
Largo Stº Amaro e Centro Cívico Pardilhó	16-12-05	73.003,00	23.003,00	50.000,00
TOTAL		73.003,00	23.003,00	50.000,00

Pelo descrito, no ano de 2008 a Autarquia Local recorreu a financiamento alheio (crédito bancário), o qual representa 0,24% dos recursos totais arrecadados, de forma a suportar as despesas realizadas.

3.3 DESPESA

3.3.1 Execução Orçamental da Despesa

A análise do quadro nº32 permite-nos avaliar a despesa sob a perspectiva económica, identificando-se, por uma lado, o destino privilegiado das despesas – correntes e capital – e, por outro, a sua natureza – despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências, encargos financeiros, investimento, etc.

Podemos constatar que, a dotação da despesa sofreu alterações significativas com as modificações orçamentais realizadas durante o ano, beneficiando as despesas correntes em detrimento das despesas de capital.

Quadro nº 32 – Execução da Despesa

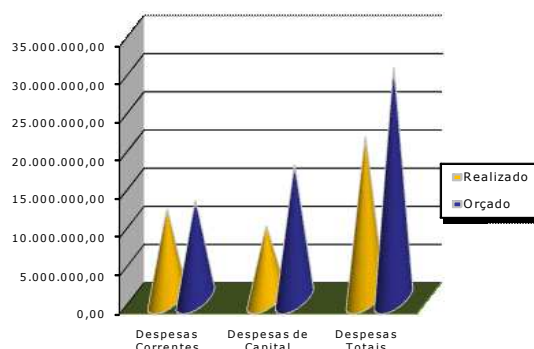
(unidade monetária : Euros)

Capítulos	Previsão		Valor da Execução (c)	Desvio (c)-(b)	% Exec. (c)/(a)	% Exec. (c)/(b)
	Inicial (a)	Final (b)				
Despesas Correntes	12.589.471,68	12.757.856,68	11.662.058,50	-1.095.798,18	92,63%	91,41%
Pessoal	5.043.788,79	4.954.970,42	4.866.191,75	-88.778,67	96,48%	98,21%
Aquisição de Bens e Serviços	5.809.232,89	5.817.411,26	4.975.840,34	-841.570,92	85,65%	85,53%
Aquisição de Bens	767.350,00	711.604,96	509.309,93	-202.295,03	66,37%	71,57%
Aquisição de Serviços	5.041.882,89	5.105.806,30	4.466.530,41	-639.275,89	88,59%	87,48%
Juros e Outros Encargos Financeiros	704.600,00	775.300,00	720.283,72	-55.016,28	102,23%	92,90%
Juros da Dívida Pública	590.000,00	590.000,00	585.039,56	-4.960,44	99,16%	99,16%
Juros de Locação Financeira	27.100,00	26.100,00	16.797,90	-9.302,10	61,98%	64,36%
Juros Tributários	1.000,00	1.000,00	0,00	-1.000,00	0,00%	0,00%
Outros juros	85.500,00	157.200,00	118.446,26	-38.753,74	138,53%	75,35%
Outros encargos financeiros	1.000,00	1.000,00	0,00	-1.000,00	0,00%	0,00%
Transferências Correntes	956.350,00	1.151.175,00	1.068.072,99	-83.102,01	111,68%	92,78%
Administrações públicas	392.850,00	418.825,00	394.569,77	-24.255,23	100,44%	94,21%
Segurança Social	5.000,00	6.000,00	5.536,21	-463,79	110,72%	92,27%
Administrações privadas	510.000,00	670.850,00	619.611,68	-51.238,32	121,49%	92,36%
Famílias	48.500,00	55.500,00	48.355,33	-7.144,67	99,70%	87,13%
Outras Despesas Correntes	75.500,00	59.000,00	31.669,70	-27.330,30	41,95%	53,68%
Despesas de Capital	17.610.528,32	17.442.143,32	9.447.627,16	-7.994.516,16	53,65%	54,17%
Investimentos	15.408.028,32	15.309.743,32	7.707.927,63	-7.601.815,69	50,03%	50,35%
Terrenos	485.500,00	453.050,00	229.582,09	-223.467,91	47,29%	50,67%
Habitações	231.233,75	129.133,75	38.438,80	-90.694,95	16,62%	29,77%
Edifícios	1.276.531,97	847.031,97	189.826,33	-657.205,64	14,87%	22,41%
Construções Diversas	3.955.804,62	3.966.159,62	1.865.133,46	-2.101.026,16	47,15%	47,03%
Equipamento de Transporte	75.500,00	101.700,00	40.163,34	-61.536,66	53,20%	39,49%
Equipamento Informático	102.300,00	80.290,00	19.150,38	-61.139,62	18,72%	23,85%
Software Informático	96.750,00	102.250,00	72.100,48	-30.149,52	74,52%	70,51%
Equipamento Administrativo	122.300,00	106.190,00	21.707,59	-84.482,41	17,75%	20,44%
Equipamento Básico	489.115,00	433.565,00	248.557,21	-185.007,79	50,82%	57,33%
Ferramentas e Utensílios	5.000,00	5.000,00	2.378,50	-2.621,50	47,57%	47,57%
Outros Investimentos	128.300,00	240.975,00	119.267,62	-121.707,38	92,96%	49,49%
Locação Financeira	160.550,62	114.050,62	88.233,83	-25.816,79	54,96%	77,36%
Bens de Domínio Público	8.279.142,36	8.730.347,36	4.773.388,00	-3.956.959,36	57,66%	54,68%
Transferências de Capital	1.469.500,00	1.368.400,00	1.008.545,65	-359.854,35	68,63%	73,70%
Administrações públicas	1.114.500,00	1.011.900,00	786.617,75	-225.282,25	70,58%	77,74%
Administrações privadas	280.000,00	280.000,00	165.742,90	-114.257,10	59,19%	59,19%
Famílias	75.000,00	76.500,00	56.185,00	-20.315,00	74,91%	73,44%
Activos Financeiros	1.000,00	1.000,00	0,00	-1.000,00	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	726.000,00	757.000,00	731.153,88	-25.846,12	100,71%	96,59%
Amort. Emp. Contraídos a M/L Prazo	726.000,00	757.000,00	731.153,88	-25.846,12	100,71%	96,59%
Outras Despesas de Capital	6.000,00	6.000,00	0,00	-6.000,00	0,00%	0,00%
DESPESAS TOTAIS	30.200.000,00	30.200.000,00	21.109.685,66	-9.090.314,34	69,90%	69,90%

Com base no quadro acima, comparando o valor orçado das Despesas Totais (€30.200.000,00), com o efectivamente realizado (€21.109.685,66) no ano económico em análise, obtém-se uma taxa de execução a nível das despesas de 69,90 %, ou seja, o valor efectivo da despesa realizada foi inferior ao inicialmente previsto em €9.090.314,34.

O montante pago em 2008 (€21.109.685,66) foi superior ao de 2007 (€18.995.050,01), assim como a taxa de execução de 2008 de 69,90% comparada com a de 2007, teve um aumento de 6,50%.

Gráfico nº14



Da análise dos dois agregados da despesa, verifica-se que a execução ao nível das despesas correntes foi cerca de 91,41% em contraposição com os 54,17% das despesas de capital. O menor desempenho das despesas de capital ficou-se a dever ao investimento directo, cuja execução se limitou a 50,35%.

Para apreciarmos a evolução da execução da despesa podemos observar o quadro seguinte, constatando que o valor de execução do orçamento tem sucessivamente aumentado, atingindo no ano 2008 um valor próximo dos 70% de execução.

Quadro nº 33 – Evolução da Execução da Despesa

Ano	Natureza	DESPESAS			
		Dotação Inicial	Dotação Final	Execução	Tx Exec (%)
2005	Correntes	10.628.444,00	10.713.824,00	8.314.322,79	77,60%
	Capital	21.275.974,81	21.190.594,81	8.925.917,29	42,12%
	TOTAL	31.904.418,81	31.904.418,81	17.240.240,08	54,04%
2006	Correntes	11.036.615,87	11.232.503,63	9.899.520,89	88,13%
	Capital	18.015.921,13	17.820.033,37	7.392.351,55	41,48%
	TOTAL	29.052.537,00	29.052.537,00	17.291.872,44	59,52%
2007	Correntes	12.081.282,57	12.220.986,46	10.590.535,36	86,66%
	Capital	17.878.717,43	17.739.013,54	8.404.514,65	47,38%
	TOTAL	29.960.000,00	29.960.000,00	18.995.050,01	63,40%
2008	Correntes	12.589.471,68	12.757.856,68	11.662.058,50	91,41%
	Capital	17.610.528,32	17.442.143,32	9.447.627,16	54,17%
	TOTAL	30.200.000,00	30.200.000,00	21.109.685,66	69,90%

3.3.2 Estrutura e Evolução da Despesa Global

► Estrutura da Despesa Global

No presente Relatório de Gestão, optou-se por avaliar não apenas a execução orçamental da despesa em termos de pagamento, mas dar particular relevância à despesa comprometida e facturada. Efectivamente, só uma análise à despesa facturada permite aferir a verdadeira dinâmica sobre a realização de despesa.

No âmbito da análise da estrutura geral da despesa, insere-se um quadro representativo da despesa comprometida, facturada, paga e prevista durante o exercício económico de 2008.

Quadro nº 34 – Diferentes fases da despesa por classificação económica

RELATÓRIO DE GESTÃO 2008



DESpesas	Despesa Orçada 1	Despesa Comprometida 2	Despesa Facturada 3	Despesa Paga 4	Desvio 5=4-1	Taxa de Execução 6=4/1	Realizada e Não Paga 7=3-4
01 Despesa com Pessoal	4.954.970,42	4.904.617,87	4.904.367,87	4.866.191,75	-88.778,67	98,2%	38.176,12
02 Aquisição de Bens e Serviços Corrente	5.817.411,26	5.362.012,98	5.250.009,91	4.975.840,34	-84.1570,92	85,5%	274.169,57
03 Encargos Correntes de Dívida	775.300,00	720.499,24	720.499,24	720.283,72	-55.016,28	92,9%	215,52
04 Transferências Correntes	1.151.175,00	1.068.176,14	1.068.176,14	1.068.072,99	-83.102,01	92,8%	103,15
05 Subsídios	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00
06 Outras Despesas Correntes	59.000,00	31.769,70	31.769,70	31.669,70	-27.330,30	53,7%	100,00
Despesas Correntes	12.757.856,68	12.087.075,93	11.974.822,86	11.662.058,50	-1.095.798,18	91,4%	312.764,36
07 Aquisição de Bens de Capital	15.309.743,32	11.829.946,93	10.747.565,51	7.707.927,63	-7.601.815,69	50,3%	3.039.637,88
08 Transferências de Capital	1.368.400,00	1.008.545,65	1.008.545,65	1.008.545,65	-359.854,35	73,7%	0,00
09 Activos Financeiros	1.000,00	0,00	0,00	0,00	-1.000,00	0,0%	0,00
10 Passivos Financeiros	757.000,00	731.153,88	731.153,88	731.153,88	-25.846,12	96,6%	0,00
11 Outras Despesas de Capital	6.000,00	0,00	0,00	0,00	-6.000,00	0,0%	0,00
Despesas de Capital	17.442.143,32	13.569.646,46	12.487.265,04	9.447.627,16	-7.994.516,16	54,2%	3.039.637,88
TOTAL GERAL	30.200.000,00	25.656.722,39	24.462.087,90	21.109.685,66	-9.090.314,34	69,9%	3.352.402,24

O Orçamento de 2008, teve compromissos que representaram 84,85% do orçamento e uma realização de 81,00%. Relativamente à despesa paga, esta foi de €21.109.685,66, traduzindo uma boa taxa de execução de pagamento ao atingir 69,90%. (quadros nº 4 e nº 35)

Quadro nº 35- Diferentes fases da despesa por classificação económica

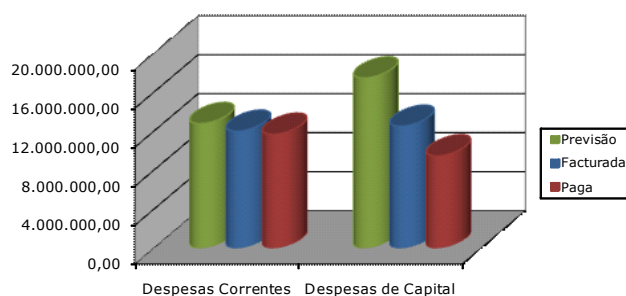
Capítulos	DESPEZA 2008						Taxa de Execução	
	Previsão (a)	Facturada (b)	Peso %	Paga (c)	Peso %	Desvio	Desp Realiz (b)/(a)	Desp. Paga (c)/(a)
Despesas Correntes	12.757.856,68	11.974.822,86	48,95%	11.662.058,50	55,25%	-312.764,36	93,86%	91,41%
Pessoal	4.954.970,42	4.904.367,87	20,05%	4.866.191,75	23,05%	-38.176,12	98,98%	98,21%
Aquisição de Bens e Serviços	5.817.411,26	5.250.009,91	21,46%	4.975.840,34	23,57%	-274.169,57	90,25%	85,53%
Juros e Outros Encargos Financeiros	775.300,00	720.499,24	2,95%	720.283,72	3,41%	-215,52	92,93%	92,90%
Transferências Correntes	1.151.175,00	1.068.176,14	4,37%	1.068.072,99	5,06%	-103,15	92,79%	92,78%
Outras Despesas Correntes	59.000,00	31.769,70	0,13%	31.669,70	0,15%	-100,00	53,85%	53,68%
Despesas de Capital	17.442.143,32	12.487.265,04	51,05%	9.447.627,16	44,75%	-3.039.637,88	71,59%	54,17%
Investimentos	15.309.743,32	10.747.565,51	43,94%	7.707.927,63	36,51%	-3.039.637,88	70,20%	50,35%
Transferências de Capital	1.368.400,00	1.008.545,65	4,12%	1.008.545,65	4,78%	0,00	73,70%	73,70%
Activos Financeiros	1.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	757.000,00	731.153,88	2,99%	731.153,88	3,46%	0,00	96,59%	96,59%
Outras Despesas de Capital	6.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
DESPEAS TOTAIS	30.200.000,00	24.462.087,90	100,00%	21.109.685,66	100,00%	-3.352.402,24	81,00%	69,90%

No ano 2008, a despesa global realizada, situou-se nos €24.462.087,90 e a despesa paga em €21.109.685,66, o que traduz uma taxa de execução de 86,30%.

A elevada taxa de execução da despesa realizada, que ronda globalmente os 81,00%, demonstra o rigor da elaboração do orçamento, sendo ainda mais evidente no caso concreto das despesas correntes, ao atingir os 93,86%.

Gráfico nº15

Estrutura Geral das Despesas



Avaliando a estrutura geral da despesa realizada, apura-se a facturação das despesas de capital têm um peso superior à das despesas correntes, representando no total geral das despesas 51,05%.

Do ponto de vista financeiro, constata-se que o maior esforço de pagamento foi canalizado para as despesas de carácter correntes, ao assumirem cerca de 55,25% do total geral da despesa paga.

► Evolução da Despesa Global

As despesas realizadas pela Autarquia, no ano de 2008, cifram-se em €21.109.685,66 verificando-se um acréscimo de cerca de 11,13% em relação aos gastos efectuados no exercício económico de 2007. Nesta linha, constata-se que as Despesas Correntes aumentaram cerca de 10,12% e as Despesas de Capital diminuíram 12,41%, em relação aos valores registados no exercício económico de 2007.

Quadro nº 36 – (unidade monetária : Euros)

Despesa	2007	2008	%	Desvio	Tx Crec.
Despesas Correntes	10.590.535,36	11.662.058,50	55,25%	1.071.523,14	10,12%
Despesas de Capital	8.404.514,65	9.447.627,16	44,75%	1.043.112,51	12,41%
Despesas Totais	18.995.050,01	21.109.685,66	100,00%	2.114.635,65	11,13%

Em 2008 a despesa facturada aumentou €1.561.688,88 e a despesa paga aumenta €2.114.635,35 face ao ano anterior. Da diferença entre a despesa realizada (facturada) e a despesa paga em 2008 resulta uma dívida total a transitar para o ano 2009 de €3.352.402,24 (quadro nº 37 e 38).

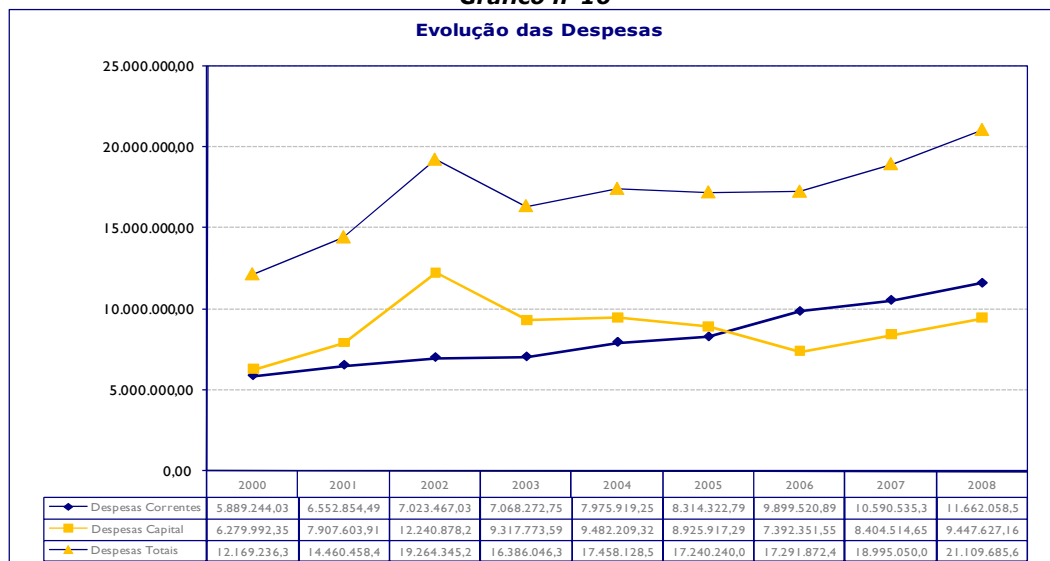
Quadro nº 37 – Evolução da Despesa

(unidade monetária : Euros)

Capítulos	DESPESA 2008									
	Paga 2008		Facturada 2008		Paga 2007		Variação 07-08	Facturada 2007		Variação 07-08
	Valor €	Peso %	Valor €	Peso %	Valor €	Peso %		Valor €	Peso %	
Despesas Correntes	11.662.058,50	55,25%	11.974.822,86	48,95%	10.590.535,36	55,75%	1.071.523,14	11.012.356,64	48,09%	962.466,22
Pessoal	4.866.191,75	23,05%	4.904.367,87	20,05%	4.620.913,25	24,33%	245.278,50	4.657.354,32	20,34%	247.013,55
Aquisição de Bens e Serviços	4.975.840,34	23,57%	5.250.009,91	21,46%	4.467.404,14	23,52%	508.436,20	4.850.780,00	21,18%	399.229,91
Juros e Outros Encargos Financeiros	720.283,72	3,41%	720.499,24	2,95%	580.443,80	3,06%	139.839,92	580.443,80	2,53%	140.055,44
Transferências Correntes	1.068.072,99	5,06%	1.068.176,14	4,37%	904.918,94	4,76%	163.154,05	905.028,86	3,95%	163.147,28
Outras Despesas Correntes	31.669,70	0,15%	31.769,70	0,13%	16.855,23	0,09%	14.814,47	18.749,66	0,08%	13.020,04
Despesas de Capital	9.447.627,16	44,75%	12.487.265,04	51,05%	8.404.514,65	44,25%	1.043.112,51	11.888.042,38	51,91%	599.222,66
Investimentos	7.707.927,63	36,51%	10.747.565,51	43,94%	7.039.980,27	37,06%	667.947,36	10.162.984,42	44,38%	584.581,09
Transferências de Capital	1.008.545,65	4,78%	1.008.545,65	4,12%	691.013,66	3,64%	317.531,99	1.051.537,24	4,59%	-42.991,59
Activos Financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00
Passivos Financeiros	731.153,88	3,46%	731.153,88	2,99%	672.793,26	3,54%	58.360,62	672.793,26	2,94%	58.360,62
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	727,46	0,00%	-727,46	727,46	0,00%	-727,46
DESPESAS TOTAIS	21.109.685,66	100,00%	24.462.087,90	100,00%	18.995.050,01	100,00%	2.114.635,65	22.900.399,02	100,00%	1.561.688,88

Pela análise do quadro nº 35, conclui-se que as Despesas Correntes correspondem a 55,25% das Despesas Totais e as de Capital a 44,75%.

Gráfico nº16



Para uma melhor percepção da repartição das despesas totais realizadas e pagas, durante o ano 2008, procede-se à apresentação dos seguintes quadros e gráfico (quadros nº38, nº 39 e o gráfico nº17):

Quadro nº 38

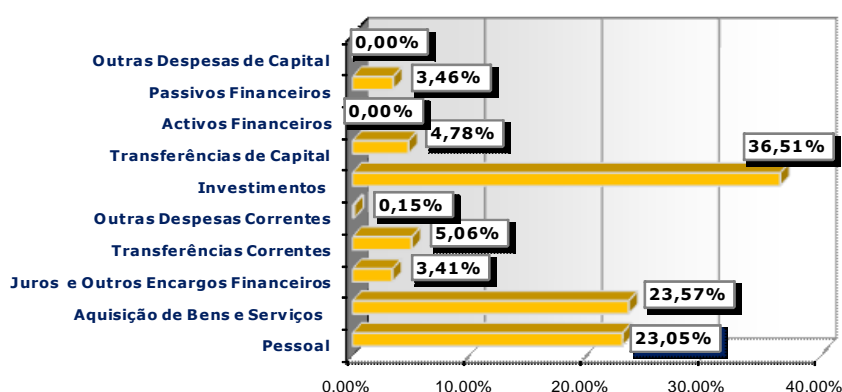
(unidade monetária : Euros)

Capítulos	DESPEZA 2008						Taxa de Execução	
	Previsão (a)	Facturada (b)	Peso %	Paga (c)	Peso %	Desvio	Desp Realiz (b)/(a)	Desp.Paga (c)/(a)
Despesas Correntes	12.757.856,68	11.974.822,86	48,95%	11.662.058,50	55,25%	-312.764,36	93,86%	91,41%
Pessoal	4.954.970,42	4.904.367,87	20,05%	4.866.191,75	23,05%	-38.176,12	98,98%	98,21%
Aquisição de Bens e Serviços	5.817.411,26	5.250.009,91	21,46%	4.975.840,34	23,57%	-274.169,57	90,25%	85,53%
Aquisição de Bens	711.604,96	571.631,41	2,34%	509.309,93	2,41%	-62.321,48	80,33%	71,57%
Aquisição de Serviços	5.105.806,30	4.678.378,50	19,13%	4.466.530,41	21,16%	-211.848,09	91,63%	87,48%
Juros e Outros Encargos Financeiros	775.300,00	720.499,24	2,95%	720.283,72	3,41%	-215,52	92,93%	92,90%
Juros da Dívida Pública	590.000,00	585.039,56	2,39%	585.039,56	2,77%	0,00	99,16%	99,16%
Juros de Locação Financeira	26.100,00	17.013,42	0,07%	16.797,90	0,08%	-215,52	65,19%	64,36%
Juros Tributários	1.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros juros	157.200,00	118.446,26	0,48%	118.446,26	0,56%	0,00	75,35%	75,35%
Outros encargos financeiros	1.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Transferências Correntes	1.151.175,00	1.068.176,14	4,37%	1.068.072,99	5,06%	-103,15	92,79%	92,78%
Administrações públicas	418.825,00	394.569,77	1,61%	394.569,77	1,87%	0,00	94,21%	94,21%
Segurança Social	6.000,00	5.536,21	0,02%	5.536,21	0,03%	0,00	92,27%	92,27%
Administrações privadas	670.850,00	619.611,68	2,53%	619.611,68	2,94%	0,00	92,36%	92,36%
Famílias	55.500,00	48.458,48	0,20%	48.355,33	0,23%	-103,15	87,31%	87,13%
Outras Despesas Correntes	59.000,00	31.769,70	0,13%	31.669,70	0,15%	-100,00	53,85%	53,68%
Despesas de Capital	17.442.143,32	12.487.265,04	51,05%	9.447.627,16	44,75%	-3.039.637,88	71,59%	54,17%
Investimentos	15.309.743,32	10.747.565,51	43,94%	7.707.927,63	36,51%	-3.039.637,88	70,20%	50,35%
Terrenos	453.050,00	229.582,09	0,94%	229.582,09	1,09%	0,00	50,67%	50,67%
Habitacões	129.133,75	38.438,80	0,16%	38.438,80	0,18%	0,00	29,77%	29,77%
Edifícios	847.031,97	261.405,14	1,07%	189.826,33	0,90%	-71.578,81	30,86%	22,41%
Construções Diversas	3.966.159,62	2.578.494,94	10,54%	1.865.133,46	8,84%	-713.361,48	65,01%	47,03%
Equipamento de Transporte	101.700,00	85.264,31	0,35%	40.163,34	0,19%	-45.100,97	83,84%	39,49%
Equipamento Informático	80.290,00	30.690,43	0,13%	19.150,38	0,09%	-11.540,05	38,22%	23,85%
Software Informático	102.250,00	77.257,72	0,32%	72.100,48	0,34%	-5.157,24	75,56%	70,51%
Equipamento Administrativo	106.190,00	24.857,40	0,10%	21.707,59	0,10%	-3.149,81	23,41%	20,44%
Equipamento Básico	433.565,00	278.309,72	1,14%	248.557,21	1,18%	-29.752,51	64,19%	57,33%
Ferramentas e Utensílios	5.000,00	2.378,50	0,01%	2.378,50	0,01%	0,00	47,57%	47,57%
Outros Investimentos	240.975,00	119.267,62	0,49%	119.267,62	0,56%	0,00	49,49%	49,49%
Locação Financeira	114.050,62	89.989,82	0,37%	88.233,83	0,42%	-1.755,99	78,90%	77,36%
Bens de Domínio Público	8.730.347,36	6.931.629,02	28,34%	4.773.388,00	22,61%	-2.158.241,02	79,40%	54,68%
Transferências de Capital	1.368.400,00	1.008.545,65	4,12%	1.008.545,65	4,78%	0,00	73,70%	73,70%
Administrações públicas	1.011.900,00	786.617,75	3,22%	786.617,75	3,73%	0,00	77,74%	77,74%
Administrações privadas	280.000,00	165.742,90	0,68%	165.742,90	0,79%	0,00	59,19%	59,19%
Famílias	76.500,00	56.185,00	0,23%	56.185,00	0,27%	0,00	73,44%	73,44%
Activos Financeiros	1.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	757.000,00	731.153,88	2,99%	731.153,88	3,46%	0,00	96,59%	96,59%
Amort. Emp. Contratados a M/L Prazo	757.000,00	731.153,88	2,99%	731.153,88	3,46%	0,00	96,59%	96,59%
Outras Despesas de Capital	6.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
DESPESAS TOTAIS	30.200.000,00	24.462.087,90	100,00%	21.109.685,66	100,00%	-3.352.402,24	81,00%	69,90%

Apesar de tudo, à semelhança do que tem acontecido nos últimos anos, o contributo mais elevado para a totalidade das despesas pagas é o da Aquisição de Bens de Capital, seguindo-se as Despesas com Pessoal e a Aquisição de Bens e Serviços Correntes.

As transferências correntes e de capital, que têm a ver com participações do Município em investimentos intermunicipais, com transferências para freguesias e para diversas colectividades culturais, desportivas, recreativas e de solidariedade do concelho, continuam a deter um peso significativo na execução orçamental desta autarquia, representando, no ano económico de 2008, 8,19% das Despesas Totais.

Gráfico nº 17– Desagregação das Despesas (Ano 2008)



Os encargos com a amortização de capital de empréstimos de longo prazo contraídos pela autarquia corresponderam a 7,74% das Despesas de Capital e 3,46 % das Despesas Totais.

Quadro nº 39

(unidade monetária : Euros)

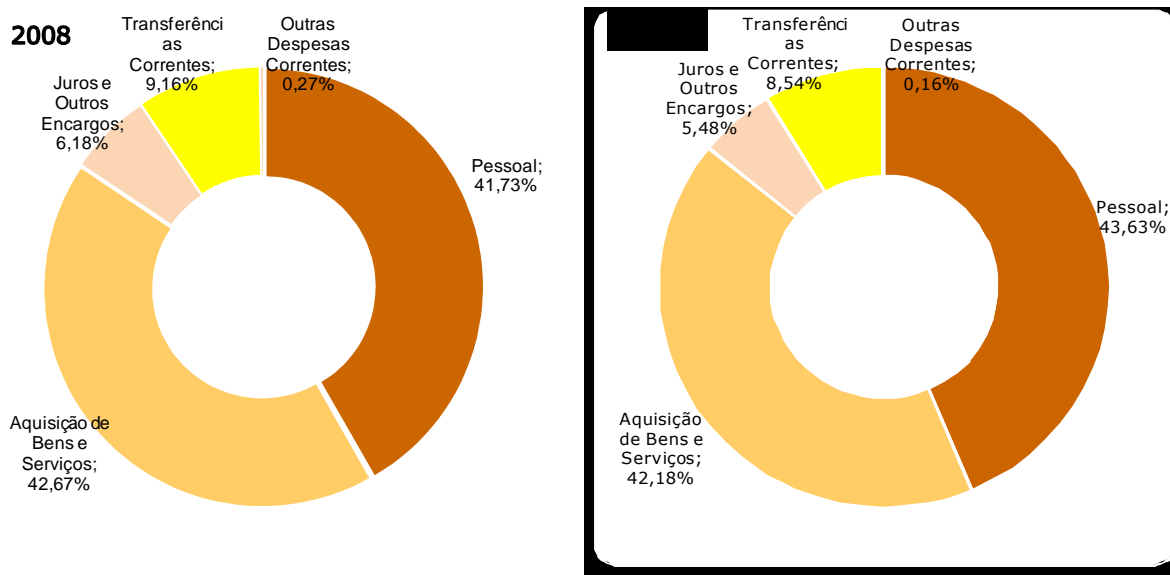
Despesas Correntes			Despesas de Capital		
Designação	Valor	%	Designação	Valor	%
Despesas com Pessoal	4.866.191,75	41,73%	Investimentos	7.707.927,63	81,59%
Aquisição de Bens e Serviços	4.975.840,34	42,67%	Terrenos	229.582,09	2,43%
Aquisição de Bens	509.309,93	4,37%	Habitacões	38.438,80	0,41%
Aquisição de Serviços	4.466.530,41	38,30%	Edifícios	189.826,33	2,01%
Juros e Outros Encargos	720.283,72	6,18%	Construções Diversas	1.865.133,46	19,74%
Juros da Dívida Pública	585.039,56	5,02%	Equipamento de Transporte	40.163,34	0,43%
Juros de Locação Financeira	16.797,90	0,14%	Equipamento Informático	19.150,38	0,20%
Juros Tributários	0,00	0,00%	Software Informático	72.100,48	0,76%
Outros juros	118.446,26	1,02%	Equipamento Administrativo	21.707,59	0,23%
Outros encargos financeiros	0,00	0,00%	Equipamento Básico	248.557,21	2,63%
Transferências Correntes	1.068.072,99	9,16%	Ferramentas e Utensílios	2.378,50	0,03%
Administrações públicas	394.569,77	3,38%	Outros Investimentos	119.267,62	1,26%
Segurança Social	5.536,21	0,05%	Locação Financeira - Mat.Transp	88.233,83	0,93%
Administrações privadas	619.611,68	5,31%	Bens de Domínio Público	4.773.388,00	50,52%
Famílias	48.355,33	0,41%	Transferências de Capital	1.008.545,65	10,68%
Outras Despesas Correntes	31.669,70	0,27%	Administrações públicas	786.617,75	8,33%
			Administrações privadas	165.742,90	1,75%
			Famílias	56.185,00	0,59%
			Activos Financeiros	0,00	0,00%
			Passivos Financeiros	731.153,88	7,74%
			Amort. Emp. Contraídos a M/L Prazo	731.153,88	7,74%
			Outras Despesas de Capital	0,00	0,00%
Totais de Despesas Correntes	11.662.058,50	100,00%	Totais de Despesas de Capital	9.447.627,16	100,00%

3.3.3 Análise da Despesas Correntes

As despesas correntes pagas totalizam €11.662.058,50, registando-se um desvio positivo, em termos absolutos, de €1.071.523,14 em relação ao ano anterior.

A repartição das despesas de natureza corrente efectuadas pelo município, nos anos 2008 e 2007, encontra-se descrita no gráfico apresentado de seguida:

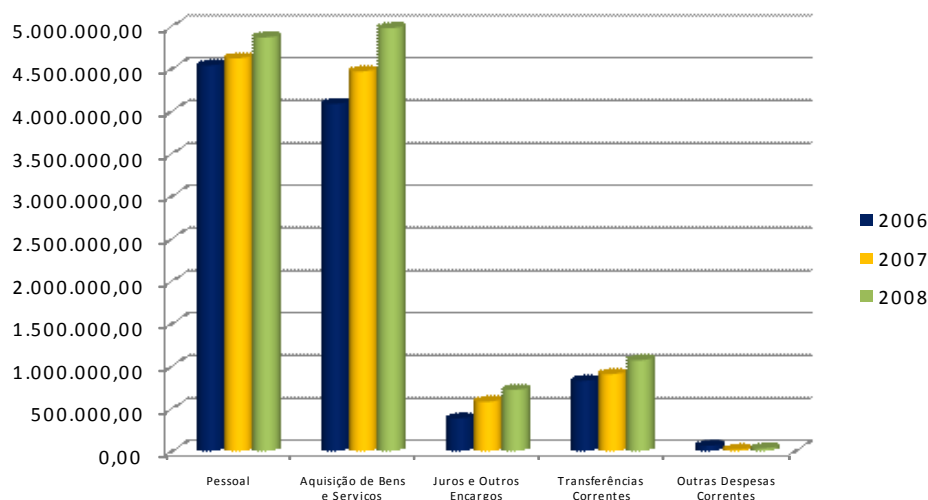
Gráfico nº 18 -



Tratando-se, essencialmente, de despesas fixas de funcionamento, as despesas correntes revelam um comportamento pouco flexível face às pressões que sobre elas possam recair, o que facilmente se verifica pelo forte peso que as despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços assumem no seu valor total. De facto, estas despesas representam 84,39% da execução das despesas correntes.

As Transferências correntes, que acusam 9,16% do valor das despesas correntes, são também espelho do forte empenho da Autarquia no apoio às diversas colectividades do concelho.

Gráfico nº 19 - Evolução das Despesas correntes por classificação económica



► Despesas com Pessoal

Os encargos com o Pessoal constituíram as despesas, de natureza corrente, com maior peso representativo, correspondendo a 41,73% das Despesas Correntes e 23,05% das Despesas Totais.

Perante a apreciação do quadro seguinte, conclui-se que no ano 2008 as despesas com pessoal tiveram um acréscimo de 5,31%, correspondente a €245.278,50.

Quadro nº 40

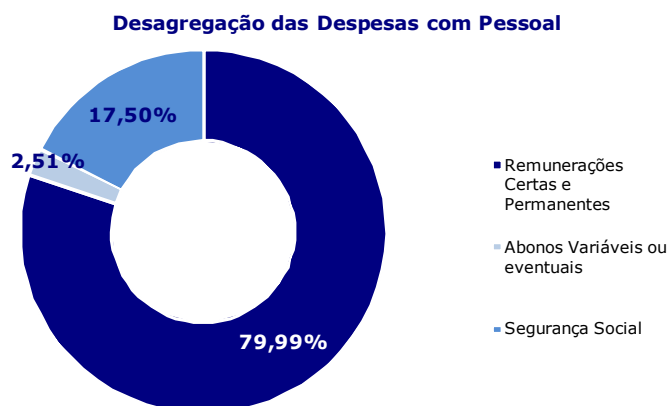
(unidade monetária : Euros)

Designação	2007		2008		Variação 2008/2007	
	Valor	%	Valor	%	Valor	Tx cresc
Remunerações Certas e Permanentes	3.666.182,70	79,34%	3.892.457,36	79,99%	226.274,66	6,17%
Membros de Órgãos Autárquicos	122.997,99	2,66%	136.199,46	2,95%	13.201,47	10,73%
Pessoal do Quadro	2.402.773,13	52,00%	2.495.776,15	54,01%	93.003,02	3,87%
Pessoal Contratado a Termo	29.123,22	0,63%	79.319,97	1,72%	50.196,75	172,36%
Pessoal em Regime de Tarefa/ Avença	306.582,08	6,63%	361.995,16	7,83%	55.413,08	18,07%
Pessoal Aguardando Aposentação	799,61	0,02%	8.196,27	0,18%	7.396,66	925,03%
Pessoal em Qualquer Outra Situação	54.091,29	1,17%	48.051,16	1,04%	-6.040,13	-11,17%
Representação	53.975,82	1,17%	54.581,23	1,18%	605,41	1,12%
Membros de Órgãos Autárquicos	28.170,66	0,61%	30.161,13	0,65%	1.990,47	7,07%
Pessoal dos Quadros	25.805,16	0,56%	24.420,10	0,53%	-1.385,06	-5,37%
Subsídio de refeição	209.404,50	4,53%	213.404,41	4,62%	3.999,91	1,91%
Subsídio de Férias e de Natal	458.018,80	9,91%	485.844,80	10,51%	27.826,00	6,08%
Remunerações p/ Doença /Maternidade/Paternidad	28.416,26	0,61%	9.088,75	0,20%	-19.327,51	-68,02%
Abonos Variáveis ou eventuais	114.513,39	2,48%	122.326,92	2,51%	7.813,53	6,82%
Horas Extraordinárias	71.591,84	1,55%	87.342,39	1,89%	15.750,55	22,00%
Alimentação e alojamento	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Ajudas de Custo	9.953,67	0,22%	8.850,07	0,19%	-1.103,60	-11,09%
Abono para falhas	1.916,52	0,04%	1.953,72	0,04%	37,20	1,94%
Indmnizações por Cessão de Funções	4.182,40	0,00%	0,00	0,00%	-4.182,40	0,00%
Outros suplementos e prémios	26.868,96	0,58%	24.180,74	0,52%	-2.688,22	-10,00%
Segurança Social	840.217,16	18,18%	851.407,47	17,50%	11.190,31	1,33%
Encargos com a saúde	1.058,14	0,02%	698,61	0,02%	-359,53	-33,98%
Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	54.395,80	1,18%	57.536,81	1,25%	3.141,01	5,77%
Outras Prestações Familiares	11.359,50	0,25%	17.067,17	0,37%	5.707,67	50,25%
Contribuições para a Segurança Social	715.534,33	15,48%	747.311,09	16,17%	31.776,76	4,44%
Assist. na doença a funcionários públicos	253.160,75	5,48%	260.547,95	5,64%	7.387,20	2,92%
Seg social de funcionários públicos	429.053,34	9,29%	440.327,63	9,53%	11.274,29	2,63%
Segurança social - Regime geral	33.320,24	0,72%	46.435,51	1,00%	13.115,27	39,36%
Outras Pensões	27.765,42	0,00%	0,00	0,00%	-27.765,42	0,00%
Seguros	30.103,97	0,65%	28.793,79	0,62%	-1.310,18	-4,35%
Outras Despesas de Segurança Social	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL	4.620.913,25	100,00%	4.866.191,75	100,00%	245.278,50	5,31%

O aumento verificado das despesas com pessoal em relação ao ano 2007 é justificado, principalmente, pelo crescimento das despesas com remunerações certas e permanentes e dos encargos com a segurança social.

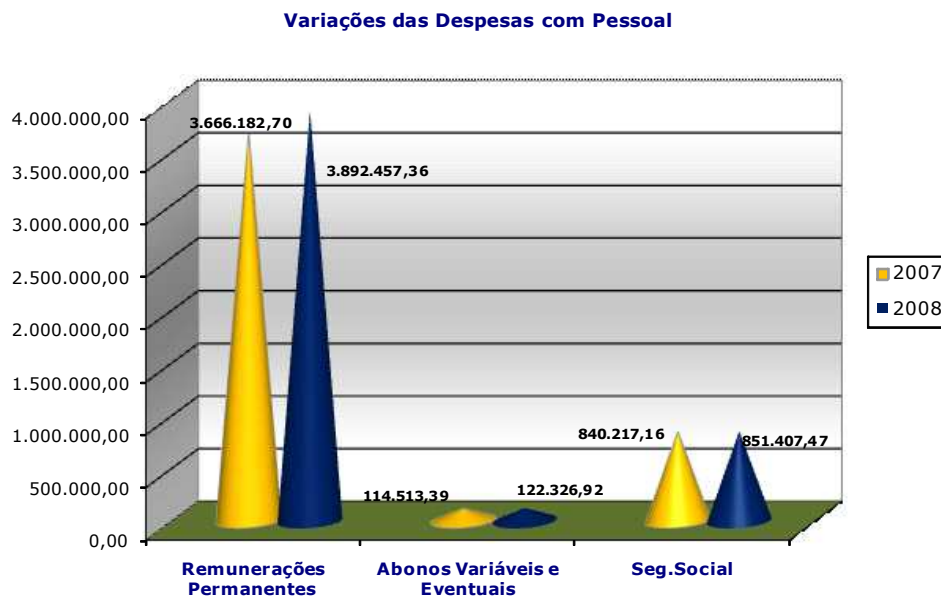
Durante o ano de 2008 os encargos suportados com o Pessoal ascenderam a €4.866.191,75. O grupo mais representativo corresponde a remunerações certas e permanentes (vencimento mensal, subsídios de férias e Natal e despesas de representação) dos eleitos locais, funcionários, agentes e prestadores de serviços do município num total de €3.892.457,36. Segue-se o grupo referente a contribuições e encargos patronais com a segurança social (subsídios e prestações familiares, assistência na saúde, caixa geral de aposentações, regime geral de segurança social e em termos de seguros com pessoal) que totalizou €851.407,47. O remanescente, no valor de €122.326,99, reflecte o conjunto de abonos variáveis e eventuais, tais como horas extraordinárias, ajudas de custo, abonos para falhas e senhas de presença da Assembleia e Câmara Municipais.

Gráfico nº 20



A rubrica de *Remunerações Certas e Permanentes* evidencia um acréscimo relativamente ao ano 2007 de 6,17%, justificado fundamentalmente pela actualização salarial de 2,1% prevista na lei para a função pública, e pelo aumento nas rubricas de pessoal contratado a termo e pessoal contratado em regime de tarefa e avença, em consequência da transferência de competências da administração Central ao nível do Ensino Básico, no âmbito do Programa de Enriquecimento Curricular – Actividades Extra-Curriculares (AEC).

Gráfico nº 21



No que respeita a entradas e saídas de pessoal, no ano 2008 foram registadas 44 saídas e 29 entradas de pessoas com diferente tipologia de relação laboral. A redução verificada de 15 elementos no conjunto dos colaboradores foi repartida da seguinte forma:



A nível do Pessoal do Quadro registou-se uma redução de treze elementos, dos quais seis saíram por aposentação e um por falecimento;



A nível de Pessoal em qualquer outra situação uma redução de um colaborador;



Relativamente a contratados a termo resolutivo certo um aumento de nove elementos;



Contratados a termo resolutivo certo a tempo parcial: registou-se um aumento de dezassete elementos;



Contratos de tarefa uma diminuição de vinte e nove colaboradores;



Contratos de avença um aumento de dois colaboradores.

Numa análise dos contratos de tarefa e avença em vigor no ano 2008 e que geraram despesa, os prestadores de serviços contratados podem se dividir nas seguintes grandes áreas de actividade, sendo de realçar que se assistiu a um acréscimo desta rubrica de despesas de pessoal em 18,07% (€55.413,08):

Quadro nº 41 - Repartição do Pessoal com Contrato de tarefa e Avença

Actividade	2006	2007	2008
Medicina do Trabalho	€8.559,36	€8.559,36	€8.559,36
Advocacia	€14.520,00	€14.520,00	€18.960,00
Arquitectura	€27.562,20	€29.781,20	€29.196,60
Contabilidade	€2.420,00	€0,00	€0,00
Engenharia Civil	€0,00	€7.657,00	€11.489,04
Engenharia Electrónica	€7.260,00	€7.260,00	€7.230,00
Planeamento regional e Urbano	€8.500,00	€9.775,00	€9.916,67
Ambiente	€6.000,00	€6.000,00	€4.000,00
Comunicação Social e Assessoria de Imagem	€7.459,20	€9.503,20	€8.524,80
Espaço Internet	€17.520,00	€20.510,00	€7.200,00
Funções Culturais	€12.000,00	€16.990,00	€22.180,00
Funções Desportivas (inclui AEC 's Desporto)	€57.845,31	€106.299,19	€110.415,01
Funções Educativas	€85.599,60	€57.432,55	€80.814,00
Segurança	€8.000,00	€9.600,00	€18.845,00
Medição de Terrenos	€0,00	€0,00	€3.603,30
Serviços de Limpeza Edifícios Municipais	€0,00	€0,00	€10.632,00
Serviços de apoio ao GAP	€0,00	€0,00	€5.605,00
Serviços administrativos de apoio ao DOP	€0,00	€0,00	€2.020,00
Auxiliar de Limpeza -Mercado	€2.527,05	€2.694,58	€2.804,38
TOTAL.....	€266.122,72	€306.582,08	€361.995,16

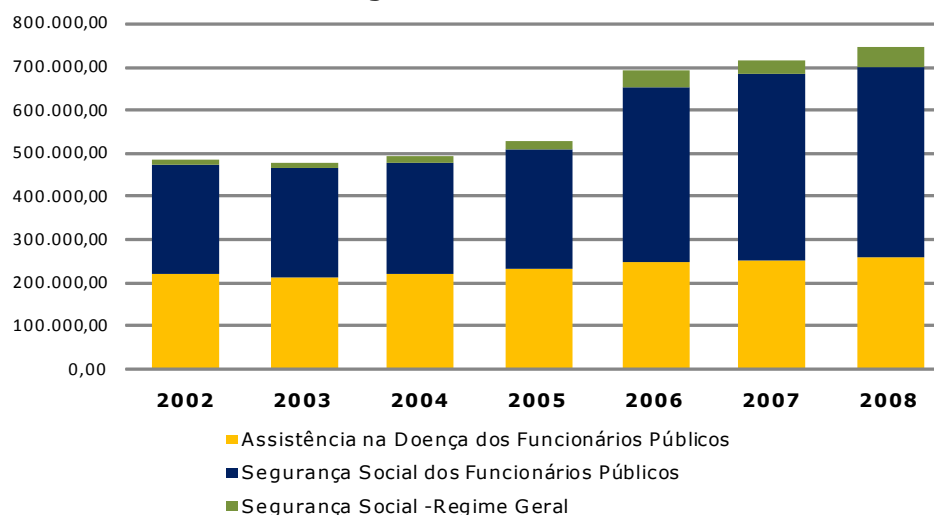
Os *Abonos Variáveis e Eventuais*, representam 2,5% das despesas com pessoal, cabendo-lhes o valor de €122.326,92. Apresentam em relação ao exercício de 2007, um acréscimo de 6,82%, que se deveu fundamentalmente ao aumento registado no pagamento de horas extra.

A *Segurança Social*, absorve 17,50% das despesas com pessoal, atingindo um valor de €851.407,47 apresentando em relação ao exercício de 2007, um acréscimo de 1,33%, justificada fundamentalmente, pelo pagamento de outras prestações familiares; pelo aumento da contribuição mensal para a Segurança Social fruto do aumento da base de cálculo e das elevadas taxas aplicadas aos vencimentos dos funcionários inscritos no regime geral da Segurança Social, que se traduziu num acréscimo real de €27.451,33, aumento da comparticipação paga aos Serviços Sociais dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Estarreja por conta de assistência na doença dos funcionários públicos (aumento de 1,27%) e aumento dos seguros de pessoal.

Quadro nº 42

Ano	Contribuições para a Segurança Social		
	Assistência na Doença dos Funcionários Públicos	Segurança Social dos Funcionários Públicos	Segurança Social -Regime Geral
2002	219.427,30	253.281,40	14.014,06
2003	215.391,60	250.647,89	9.798,23
2004	221.364,40	257.235,08	12.852,85
2005	234.466,60	273.729,90	19.883,01
2006	249.996,65	401.602,01	38.967,11
2007	253.160,75	429.053,34	33.320,24
2008	260.547,95	440.327,63	46.435,51

Gráfico nº 22
Encargos com Pessoal



O Decreto-Lei nº 116/84 de 6 de Abril com a redacção que lhe foi conferida pela Lei nº44/85 de 13 de Setembro, define os limites das despesas com pessoal, estipulando no artigo 10º que as despesas com pessoal do quadro não podem ser superiores a 60% das receitas correntes do ano anterior e as despesas com pessoal em qualquer outra situação não podem ser superiores a 25% dos 60% (ou seja 15%) das receitas correntes do ano anterior. Traduzindo:

Despesas efectuadas com o pessoal do quadro	≤	60 % das Receitas correntes do ano económico anterior
&		
Despesas efectuadas com o pessoal fora do quadro	≤	25% dos 60 % das Receitas correntes do ano económico anterior

Assim, apresenta-se de seguida quadro ilustrativo da posição do Município perante os limites legais estabelecidos:

Quadro nº 43

Limites legais estipulados no art.10º do D.L. nº 116/84 de 06 de Abril, na redacção dada pela Lei nº 44/85 de 13 de Setembro

	Valor	% de utilização das receitas correntes	% do limite legal
Pessoal do quadro			
Receitas correntes 2007	11.947.531,08 €		
60% da Rec Corrente 2007	7.168.518,65 €		
Despesas com Pessoal do Quadro 2008	3.143.109,00 €	26,31%	43,85%
Pessoal Fora do Quadro			
Receitas correntes 2007	11.947.531,08 €		
(25%x60%) 15% da Rec Corrente 2007	1.792.129,66 €		
Despesas com Pessoal Fora do Quadro 2008	523.028,98 €	7,30%	29,18%

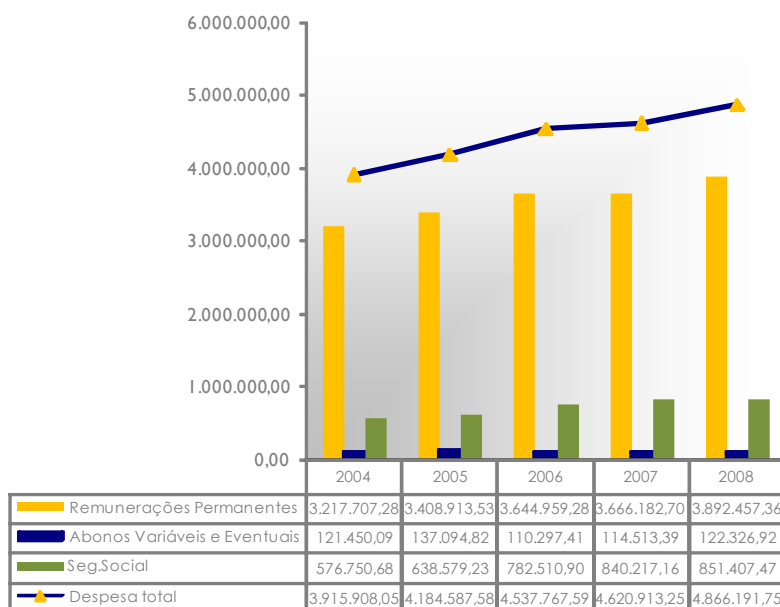
No que respeita ao cumprimento dos limites estabelecidos no artigo Artigo 10º do Decreto-Lei nº 116/84 de 6 de Abril com a redacção que lhe foi conferida pela Lei nº44/85 de 13 de Setembro, importa referir que as despesas com pessoal se encontram longe de atingirem os limites legais, encontrando-se utilizados 43,85% dos limites legais para despesas com Pessoal do Quadro e 29,18% do limite das despesas com Pessoal Fora do Quadro.

Em termos do primeiro limite legal o valor de 2008 foi inferior ao do ano 2007. Nesse ano encontravam-se utilizados 45,69% do limite para despesas com Pessoal do Quadro. No entanto quanto ao segundo limite a percentagem do ano 2008 foi um pouco superior, tendo se verificado, em 2007, 24,21% do limite das despesas com Pessoal Fora do Quadro.

A título complementar, insere gráfico ilustrativo da evolução das despesas com pessoal no último quadriénio.

Gráfico nº 23

Evolução das Despesas de Pessoal



► Aquisição de Bens e Serviços Correntes

Os gastos correntes verificados com a Aquisição de Bens e Serviços, representam 42,67% das Despesas Correntes e 23,57% das Despesas Totais.

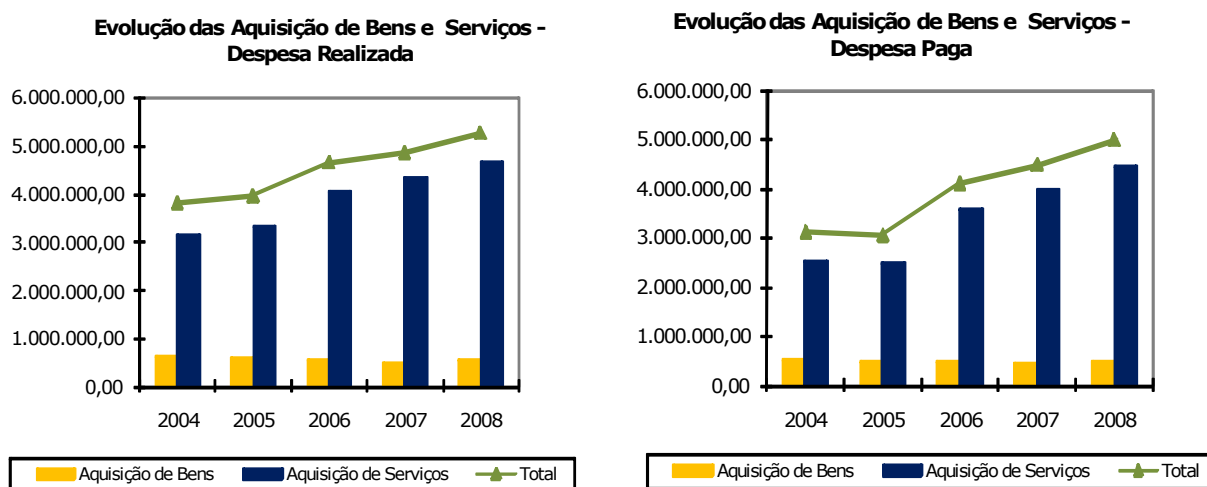
Neste exercício económico as despesas facturadas pela rubrica Aquisição de Bens e Serviços totalizaram o montante de €5.250.009,91, ao que corresponde a uma taxa de execução da despesa realizada de 90,25% e uma taxa de execução de pagamentos de 85,53% (*quadro nº38*).

Seguidamente apresentam-se quadros e gráficos elucidativos da evolução das despesas facturadas e pagas em aquisição de bens e serviços.

Quadro nº 44

EVOLUÇÃO DA DESPESA - AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS							
Designação	2004	2005	2006	2007	2008	Tx Cresc. 2007/2008	Peso
Despesa Realizada							
Aquisição de Bens	647.322,94	614.543,59	574.785,99	514.602,96	571.631,41	11,08%	10,89%
Aquisição de Serviços	3.171.285,43	3.337.883,98	4.064.212,37	4.336.177,04	4.678.378,50	7,89%	89,11%
Total.....	3.818.608,37	3.952.427,57	4.638.998,36	4.850.780,00	5.250.009,91	8,23%	100,00%
Despesas Paga							
Aquisição de Bens	549.213,96	515.920,09	503.039,18	464.523,70	509.309,93	9,64%	10,24%
Aquisição de Serviços	2.547.108,40	2.520.915,04	3.582.687,43	4.002.880,44	4.466.530,41	11,58%	89,76%
Total.....	3.096.322,36	3.036.835,13	4.085.726,61	4.467.404,14	4.975.840,34	11,38%	100,00%

Gráfico nº 24



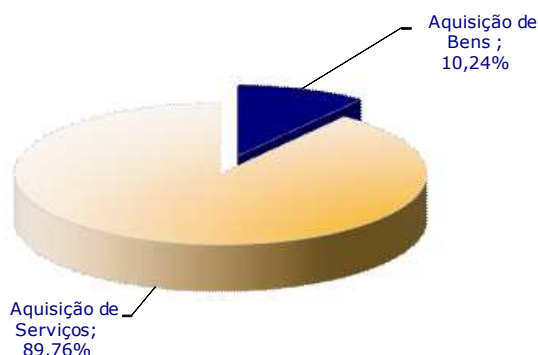
Ao analisar a evolução da despesa realizada com a aquisição de bens e serviços nos últimos anos, conclui-se que desde 2004 esta tem vindo a aumentar, apresentando neste último ano um acréscimo de 8,23%, contribuindo para este aumento a rubrica de serviços.

No que respeita á despesa paga, na aquisição de bens e serviços verificou-se, igualmente, uma taxa de crescimento de 11,38% relativamente ao ano transacto, justificado pelo comportamento dos serviços.

No total da aquisição de bens e serviços, destaca-se sobremaneira, o peso da rubrica serviços, ao absorver cerca de 89,76% daquele total.

Gráfico nº 25

Aquisição de Bens e Serviços



De seguida, apresenta-se uma apreciação detalhada de cada uma das rubricas.

AQUISIÇÃO DE BENS

A Aquisição de Bens no ano de 2008 totaliza € 509.309,93, ou seja 10,24% da Aquisição de Bens e Serviços e 4,37% das Despesas Correntes Totais.

De referir, o acréscimo verificado neste tipo de despesas, atingindo um aumento de 9,64% em relação ao ano anterior. Praticamente todas as subrubricas enquadram-se nesta tendência de acréscimo.

Quadro nº 45 - Aquisição de Bens Correntes

(unidade monetária : €uros)

Designação	2008		2007		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Matérias primas e subsidiárias	91.414,71	17,95%	102.751,32	22,12%	-11,03%
Combustíveis e Lubrificantes	192.009,72	37,70%	166.696,25	35,89%	15,19%
Gasolina	8.861,42	1,74%	7.788,55	1,68%	13,77%
Gasóleo	109.107,68	21,42%	97.831,81	21,06%	11,53%
Outros	74.040,62	14,54%	61.075,89	13,15%	21,23%
Limpeza e Higiene	11.577,43	2,27%	8.228,46	1,77%	40,70%
Vestuário e Artigos Pessoais	10.547,15	2,07%	7.207,26	1,55%	46,34%
Material de Escritório	56.234,65	11,04%	44.487,45	9,58%	26,41%
Produtos Químicos e Farmaceuticos	13.391,43	2,63%	9.451,93	2,03%	41,68%
Material de consumo clínico	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Material de Transporte - Peças	9.893,60	1,94%	19.634,61	4,23%	-49,61%
Outro material - Peças	7.817,78	1,53%	3.185,89	0,69%	145,39%
Prémios, Condecorações e Ofertas	35.747,40	7,02%	35.514,39	7,65%	0,66%
Ferramentas e Utensílios	3.520,12	0,69%	4.300,98	0,93%	-18,16%
Livros e Documentação Técnica	1.380,34	0,27%	1.516,46	0,33%	-8,98%
Artigos Honoríficos e de Decoração	129,00	0,03%	1.072,42	0,23%	-87,97%
Material de Educação, Cultura e Recreio	28.817,90	5,66%	16.522,49	3,56%	74,42%
Outros Bens	46.828,70	9,19%	43.953,79	9,46%	6,54%
Total	509.309,93	100,00%	464.523,70	100,00%	9,64%

Dentro da aquisição de bens mais consumidos nesta Autarquia Local, salientam-se os combustíveis e lubrificantes (37,70%), sendo de referir o consumo de gasóleo, gasolina, óleos e lubrificantes por diversos equipamentos municipais; o consumo de gás natural para o funcionamento da Piscina M^a de Lurdes Breu-Estarreja e do Pavilhão Gimnodesportivo de Estarreja, aquisição de gás propano para a Piscina Municipal de Avanca e outros combustíveis para aquecimento de escolas do concelho e das instalações municipais.

A aquisição de matérias primas e subsidiárias utilizadas em trabalhos de administração directa para obras reparação e conservação do património municipal, representam um peso relativo no computo geral das despesas com aquisição de bens, representando cerca de 17,95% das aquisições de bens.

Outra das componentes com significativa expressão, neste tipo de despesas, é relativa á aquisição de material/consumíveis de escritório, tendo registado no ano 2008 o valor de €56.234,65.

Outra das subrubricas de aquisição de bens que registou diminuição foi a de Prémios, Condecorações e Ofertas, enquadrando-se dentro nesta rubrica gastos com ofertas associadas a diversos eventos culturais, desportivos e recreativos realizados durante o ano 2008.

O material de educação, cultura e recreio integra fundamentalmente a aquisição de fundos para a Biblioteca Municipal e ainda material didáctico para escolas, nomeadamente para as actividades extra-curriculares (AEC's) no ensino básico e prolongamentos escolares do ensino pré-escolar e material de apoio ao desporto, tendo-se assistido a um acréscimo na ordem dos de 74,42% comparativamente ao verificado no ano anterior.

Dentro dos bens de limpeza e higiene temos a mencionar consumíveis relacionados com a recolha de resíduos sólidos urbanos, como sacos do lixo para molocks, sacos do lixo para o Mercado Municipal, redutores de PH e detergentes e outros produtos para limpeza das diversas instalações municipais e consumíveis de higiene. A sub-rubrica Produtos farmacêuticos e químicos, enquadra produtos como desinfectantes, detergentes, redutores PH, para o funcionamento das Piscinas Municipais, digestores de gordura para a rede de saneamento, herbicidas para os espaços verdes,

Especificando alguns dos artigos adquiridos no âmbito da rubrica " Outros Bens", temos aquisição de jornais e revistas, material gráfico para exposições, material eléctrico, tampas para saneamento, garrações de água, artigos para jardins e espaços verdes e outros bens duradouros e não duradouros armazenáveis.

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

A aquisição de serviços por parte da Autarquia originou despesa facturada de €4.678.378,50 e a despesa paga totalizou €4.466.530,41, o que corresponde a 38,30% das Despesas Correntes e 21,16% das Despesas Totais. Em relação ao registado no ano anterior, verifica-se um acréscimo em termos absolutos de €463.649,97, ou seja, em termos relativo um aumento de 11,58%.

Em termos de despesas pagas, as rubricas com maior peso no total das aquisições de serviços são:

- ☐ Outros Trabalhos Especializados - €2.684.315,19, onde se destaca o pagamento com o serviços de tratamento de efluentes e saneamento - SIMRIA, S.A. (€1.138.615,76) e serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos (€605.512,94);
- ☐ Electricidade - Iluminação Pública - €343.890,12;
- ☐ Transportes - €255.152,84;
- ☐ Encargos das Instalações - €229.721,49 relativo a consumo de electricidade das diversas instalações municipais;
- ☐ Encargos com cobrança de receitas - €169.902,44;

O tipo de serviços com maior contributo nas despesas foram os relativos aos "Outros Trabalhos Especializados ", que correspondem a 60,10% da totalidade da rubrica económica " Aquisição de Serviços", incluem os serviços de tratamento de efluentes prestados pela SIMRia, os serviços prestados pela ERSUC na recolha e tratamento de RSU e serviços especializados relacionados com a realização de eventos culturais e desportivos (incluindo programação do Cine-Teatro).

No ano 2008, assistiu-se a um acréscimo da rubrica "Outros Trabalhos Especializados" na ordem dos 13,26%.

Quadro nº 46 - Aquisição de Serviços Correntes

(unidade monetária : €uros)

Designação	2008		2007		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Encargos de Instalações	229.721,49	5,14%	213.864,33	5,34%	7,41%
Limpeza e Higiene	46.159,36	1,03%	24.979,29	0,62%	84,79%
Conservação de Bens	111.761,18	2,50%	99.221,85	2,48%	12,64%
Locação de Edifícios	7.700,00	0,17%	7.163,56	0,18%	7,49%
Locação de Outros Bens	84.486,29	1,89%	103.318,97	2,58%	-18,23%
Comunicações	114.666,67	2,57%	106.941,23	2,67%	7,22%
Transportes	255.152,84	5,71%	235.051,69	5,87%	8,55%
Representação dos Serviços	491,30	0,01%	1.081,49	0,03%	-54,57%
Seguros	69.322,18	1,55%	53.750,16	1,34%	28,97%
Deslocações e Estadas	28.081,47	0,63%	26.264,86	0,66%	6,92%
Estudos, Projectos, Pareceres e Consultadoria	23.083,80	0,52%	47.231,28	1,18%	-51,13%
Formação	37.063,03	0,83%	125.773,75	3,14%	-70,53%
Seminários, Exposições e Similares	0,00	0,00%	0,00	0,00%	n.a
Publicidade	48.895,25	1,09%	51.699,66	1,29%	-5,42%
Vigilância e Segurança	20.808,40	0,47%	45.111,21	1,13%	-53,87%
Assistência Técnica	95.399,48	2,14%	61.772,84	1,54%	54,44%
Outros Trabalhos Especializados	2.684.315,19	60,10%	2.370.034,83	59,21%	13,26%
Serviços de Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos	605.512,94	13,56%	637.391,10	15,92%	-5,00%
Serviços de Alimentação	60.180,90	1,35%	58.746,55	1,47%	2,44%
Serviços de Limpeza Urbana	404,25	0,01%	847,00	0,02%	-52,27%
Serviços de Tratamento de Saneamento	1.138.615,76	25,49%	794.995,49	19,86%	43,22%
Diversos	879.601,34	19,69%	878.054,69	21,94%	0,18%
Encargos de Cobrança de Receitas	169.902,44	3,80%	111.817,29	2,79%	51,95%
Outros Serviços	439.520,04	9,84%	317.802,15	7,94%	38,30%
Emolumentos	28.767,31	0,64%	19.313,47	0,48%	48,95%
Publicações	15.144,57	0,34%	16.325,41	0,41%	-7,23%
Electricidade -Iluminação Pública	343.890,12	7,70%	236.517,69	5,91%	45,40%
Diversos Serviços	51.718,04	1,16%	45.645,58	1,14%	13,30%
Total	4.466.530,41	100,00%	4.002.880,44	100,00%	11,58%

São também de alguma relevância as despesas com **transportes**, que incluem as despesas com os transportes escolares (5,71% da Aquisição de Serviços), os **encargos das instalações** que incluem fundamentalmente o consumo com energia eléctrica das instalações municipais (5,14% da Aquisição de Serviços), as **comunicações** que incluem as despesas com a expedição de correspondência, telefones, telemóveis, serviços de acesso à internet (2,57% da Aquisição de Serviços), a **locação de outros bens** que engloba aluguer de equipamentos para eventos culturais, para trabalhos de administração directa em termos de beneficiação, conservação e limpeza de infra-estruturas básicas, como arruamentos, rede de abastecimento de água, rede de saneamento (1,89% da Aquisição de Serviços), e a **conservação de bens** que inclui principalmente as despesas com a conservação e manutenção das viaturas e outros equipamentos deste Município (2,50% da Aquisição de Serviços).

Os encargos suportados e pagos com os prémios de seguros ascenderam a € 67.430,55, registando-se um aumento de cerca de 28%, sendo de referir que dentro desta rubrica encontram-se registados apenas os seguros de cobertura patrimoniais, mas também seguros de Responsabilidade Civil, com os Bombeiros Municipais, Programa Ocupacionais e com diversos eventos culturais, desportivos e recreativos organizados pelo Município.

Quadro nº 47 - Repartição das Despesas com Serviços de Seguros

Actividade	Despesa Paga 2007
Seguros Patrimoniais	€51.741,75
Seguro Multi-riscos - Património Imóvel	€18.728,10
Seguro Ramo Automóvel	€23.118,67
Seguro de Bens em Locação Financeira	€9.894,98
Seguro de Responsabilidade Civil	€1.001,45
Seguro Bombeiros Municipais	€5.700,73
Seguros Programas Ocupacionais	€1.596,63
Seguros Eventos Desportivos	€3.793,65
Seguros Equipamentos Desportivos	€3.596,34
TOTAL.....	€67.430,55

A rubrica Publicidade engloba, essencialmente, custos com agendas e cartazes associados aos diversos Eventos promovidos no concelho (Carnaval, Festas de Sto António, Fóruns...), Programação do Cine-Teatro e Boletins Municipais

Em termos de Vigilância e Segurança, assistiu-se a uma diminuição devido ao *terminus* do contrato de prestação de serviços de vigilância de edifícios municipais, sendo substituído por contratos individuais de prestação de serviços.

A rubrica de estudos, Projectos, Pareceres e Consultadoria apresentou um aumento associado a todo o processo inerente a expropriações de terrenos do Eco-Parque empresarial de Estarreja (arbitragens, peritagens).

Na rubrica de assistência técnica surgem contratos de assistência e manutenção associados a equipamentos electrónicos, informáticos (incluindo aplicações software) existentes nos diversos serviços e edifícios municipais (exemplo: elevadores, bases de dados e sistemas informáticos, fontes luminosas, ar condicionados, Parques Infantis, fotocopiadoras, etc.), devendo-se o pequeno acréscimo verificado á actualização anual dos referidos contratos.

De referir, que na sub-rubrica " Outros Trabalhos Especializados – Diversos" se encontra englobado o pagamento á Associação de Municípios do Carvoeiro o fornecimento e tratamento de água, o qual no ano 2008 atingiu os €409.266,61 a nível de aquisição de água e €9.452,78 em tratamento. Em termos de facturação anual com aquisição de água para o sistema de distribuição municipal de água, a evolução encontra-se descrita no quadro seguinte:

Quadro nº 48 - Evolução dos custos (facturação) com Aquisição de Água

Custos com Água	2008	2007	2006	2005	2004
Aquisição de Água - AMCarveiro	368.688,90	404.111,53	363.369,57	365.582,91	334.455,97
Tratamento de Água	8.901,09	10.097,66	6.966,45	10.716,34	12.175,89

Relativamente a custos com aquisição de serviços com RSU, apresenta-se o seguinte quadro de análise de evolução de facturação anual:

Quadro nº 49 - Evolução dos custos (facturação) com RSU

Custos com RSU	2008	2007	2006	2005	2004
Recolha de RSU	340.225,44	294.182,84	286.129,43	274.679,33	269.371,24
Tratamento de RSU	176.167,53	164.624,56	179.430,34	167.348,72	152.298,88
Lavagem e Desinfecção de Contentores	24.078,78	50.654,53	44.930,48	45.480,42	10.031,53
Monos/Sucata/Teixteis/ Ramagens/ Embalagens/Resíduos Eléctricos e Electrónicos	2.542,91	1.914,20	1.490,77	1.456,89	960,79
Total....	543.014,66	511.376,13	511.981,02	488.965,35	432.662,44

► Encargos Correntes da Dívida

Analisando o quadro nº 50,conclui-se que os encargos suportados pela Autarquia, com a remuneração de financiamentos contraídos, através de empréstimos de médio e longo prazo, junto do sistema bancário, atingiram, no ano em causa, os €585.039,56 (DOC - 26 /TC – " Mapa de Empréstimos Obtidos").

Quadro nº 50 – Juros e Outros Encargos

(unidade monetária : Euros)

Designação	2008		2007		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Juros da Dívida Pública	585.039,56	81,22%	479.686,99	82,64%	21,96%
Soc Financeiras - Bancos e Outras Instituições					
Empréstimos a médio e longo prazo	585.039,56	81,22%	479.686,99	82,64%	21,96%
Adm. Pública Central - Serv e Fundos Autonomos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	n.a%
Juros de Locação Financeira	16.797,90	2,33%	24.425,22	4,21%	-31,23%
Edifícios	5.610,04	0,78%			100,00%
Material de Transporte	6.658,19	0,92%	3.271,03	0,56%	103,55%
Maquinaria e Equipamento	4.529,67	0,63%	21.154,19	3,64%	-78,59%
Outros Juros	118.446,26	16,44%	76.331,59	13,15%	55,17%
TOTAL.....	720.283,72	100,00%	580.443,80	100,00%	24,09%

Os juros suportados correspondem 6,18% das Despesas Correntes e 3,41% das Despesas Totais.

Na rubrica Encargos Correntes da Dívida encontram-se, também, contabilizados os juros resultantes do financiamento de algumas aquisições de edifícios, equipamento básico e de transporte através de locação financeira (DOC 26- B/TC).

► Transferências Correntes

No âmbito das suas competências, ao nível da educação, acção social, tempos livres e desporto, património, cultura e ciência, o Município atribuiu, ao longo do ano 2008, e com vista ao financiamento das suas despesas correntes, determinados subsídios a organismos e entidades.

Estes apoios financeiros concedidos, deverão ser vistos como uma importante fonte de despesa autárquica, responsáveis em 2008 por 5,06% do total da despesa paga, revelando um elevado grau de intervencionismo com o objectivo de propiciar condições de incremento aos sectores cultural, desportivo, educacional e de acção social.

As importâncias retiradas do rendimento corrente da Autarquia e concedidas, por esta a outras entidades, sem qualquer contrapartida somaram €1.068.072,99, apresentando um acréscimo de €163.154,05 (18,03%), em relação ao verificado no ano anterior.

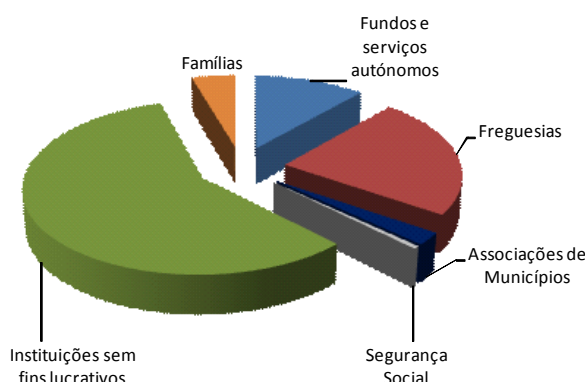
Seguidamente insere-se um quadro, e um gráfico ilustrativo da distribuição das transferências correntes.

Quadro nº 51 – Transferências Correntes (Despesa) (unidade monetária : Euros)

Designação	2008		2007		2006		Tx Cresc 2008/2007
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Administração Central	122.516,27	11,47%	110.103,04	12,17%	132.118,47	15,97%	11,27%
<i>Fundos e serviços autónomos</i>	122.516,27	11,47%	110.103,04	12,17%	132.118,47	15,97%	11,27%
Administração Local	272.053,50	25,47%	249.218,05	27,54%	216.140,08	26,13%	9,16%
<i>Freguesias</i>	246.775,97	23,10%	214.213,95	23,67%	191.000,00	23,09%	15,20%
<i>Associações de Municípios</i>	25.277,53	2,37%	35.004,10	3,87%	25.140,08	3,04%	-27,79%
Segurança Social	5.536,21	0,52%	1.992,43	0,22%	3.537,63	0,43%	177,86%
Instituições sem fins lucrativos	619.611,68	58,01%	518.544,88	57,30%	426.939,82	51,61%	19,49%
Famílias	48.355,33	4,53%	25.060,54	2,77%	48.511,53	5,86%	92,95%
TOTAL.....	1.068.072,99	100,00%	904.918,94	100,00%	827.247,53	100,00%	18,03%
Varição	163.154,05		77.671,41				

No DOC -18/TC – “ Transferências Correntes Despesa” inserido na parte de Documentos de Prestação de Contas, encontram -se discriminadas, de forma detalhada as diferentes transferências efectuadas por este município no ano económico de 2008.

Gráfico nº 26



A atribuição de apoios correntes a entidades e organismos legalmente existentes para a prossecução de actividades de natureza social, cultural, desportivo, recreativo ou outro ascendeu a €619.611,68 (ver documento de prestação de contas DOC-18/TC).

As verbas atribuídas às Juntas de Freguesia, representam 23,10% e enquadram-se fundamentalmente na delegação de competências transferidas para as freguesias no âmbito de limpeza de fossas, manutenção de espaços ajardinados e apoios financeiros para a realização de eventos culturais.

Os valores registados em Fundos e Serviços Autónomos, dizem respeito à atribuição de verbas transferidas, no âmbito das competências das autarquias locais, na área da Educação, para os Agrupamentos de Escolas do 1º e 2º Ciclo e instituições do concelho de Estarreja para apoio a actividades didácticas por estes promovidos e para comparticipação de refeições servidas a crianças em idade escolar do 1º ao 2º ciclo.

As verbas inscritas em Administração Local, às quotas anuais da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Associação de Municípios da Ria (AMRia) e às transferências para as freguesias.

As transferências atribuídas a particulares dizem respeito, fundamentalmente a auxílios económicos atribuídos às diversas escolas de ensino básico do concelho no âmbito do Programa de Desenvolvimento e Expansão da Rede Pré-Escolar e a despesas assumidas pela Câmara na concretização do Programa Ocupacional para Trabalhadores de comprovada Carência Económica.

O total de despesas com transferências de natureza corrente corresponde 9,16% das Despesas Correntes e 5,06% das Despesas Totais.

Posteriormente, apresenta-se um quadro com a explanação da distribuição das transferências correntes que assumem maior importância

Quadro nº 52 – Transferências Correntes

Transferências para Serviços Autónomos	Valor
Funcionamento e Fornecimento de Refeições	94.841,08 €
Comparticipação para o Jornal Escolar	600,00 €
Seguro e Subsídios de Refeição e Transporte - Poc Subsidiado	4.484,19 €
Auxílios Económicos para a Compra de Livros	8.575,00 €
Transferência para DGAL e CCDR	14.016,00 €
Sub-Total	122.516,27 €

Transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos	Valor
Associações Desportivas	199.264,31 €
Associações Culturais e Recreativas	129.285,00 €
Associação Humanitária de Bombeiros	10.500,00 €
Educação / Acção Social Escolar	142.427,52 €
Refeições	52.373,35 €
Associações de Carácter Social	65.761,50 €
Destac - Desenvolvimento Empresarial de Estarreja	20.000,00 €
Sub-Total	619.611,68 €

Transferências para as Juntas de Freguesia	Valor
Acordos de Colaboração de Delegação de Competências	194.850,00 €
Comparticipação para a Manutenção de Espaços Ajardinados	7.680,00 €
Funcionamento e Fornecimento de Refeições	18.303,87 €
Participação das Juntas na Cobrança do IMI - Rústicos	3.092,10 €
Subsídio para as Festas do Padroeiro	4.750,00 €
Comparticipação no âmbito do Projecto "Agir para Ligar"	14.500,00 €
Subsídio para as Iluminações de Natal	3.600,00 €
Sub-Total	246.775,97 €

► Outras Despesas Correntes

O total de despesas consideradas como residuais, não classificáveis nas outras rubricas económicas, ascendeu no exercício de 2008 aos €31.669,70. Estas despesas correspondem a 0,27% das Despesas Correntes e 0,15 % das Despesas Totais.

No ano económico de 2008, denota-se um acréscimo desta rubrica económica de despesas, na ordem dos 87,89%, correspondendo a um aumento de € 14.814,47.

Quadro nº 53 – Outras Despesas Correntes

(unidade monetária : Euros)

Designação	2008		2007		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Diversas	2.832,73	8,94%	4.293,83	25,47%	-34,03%
<i>Impostos e Taxas</i>	2.832,73	8,94%	4.293,83	25,47%	-34,03%
Outras	28.836,97	91,06%	12.561,40	74,53%	129,57%
<i>Restituições</i>	1.952,61	6,17%	1.138,57	6,75%	71,50%
<i>IVA Pago</i>	16.413,86	51,83%	0,00	0,00%	100,00%
<i>Serviços Bancários</i>	2.065,68	6,52%	2.654,11	15,75%	-22,17%
<i>Diversas</i>	8.404,82	26,54%	8.768,72	52,02%	-4,15%
TOTAL.....	31.669,70	100,00%	16.855,23	100,00%	87,89%

Este acréscimo deveu-se essencialmente ao aumento do montante de IVA pago.

Em sede de IVA, o Município de Estarreja é classificado como um sujeito passivo misto, ou seja, realiza operações tributadas com direito à dedução e operações isentas, que conferem o direito à dedução.

Define o nº1 do artigo 23º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA) que os sujeitos passivos mistos podem deduzir o imposto suportado nas aquisições, na percentagem correspondente ao montante anual de operações que dêem lugar a dedução. O nº2 do já referido artigo 23º do CIVA possibilita que, não obstante o disposto no nº1, os sujeitos passivos mistos efectuem a dedução do IVA segundo a **afecção real** de todos ou parte dos bens e serviços utilizados, sendo esta a situação em que se encontra o Município de Estarreja.

A afectação real pressupõe assim, a possibilidade de deduzir a totalidade do imposto suportado na aquisição de bens e serviços destinados a actividades que dêem lugar a dedução, mas impede, ao mesmo tempo, a dedução do imposto suportado por operações que não conferem esse direito.

3.3.4 Análise da Despesas de Capital

As despesas de capital pagas totalizam €9.447.627,16, registando-se um desvio positivo, em termos absolutos, de €1.043.112,51 em relação ao ano anterior.

A repartição das despesas de capital efectuadas pelo município, no ano 2008, encontra-se descrita no gráfico apresentado de seguida:

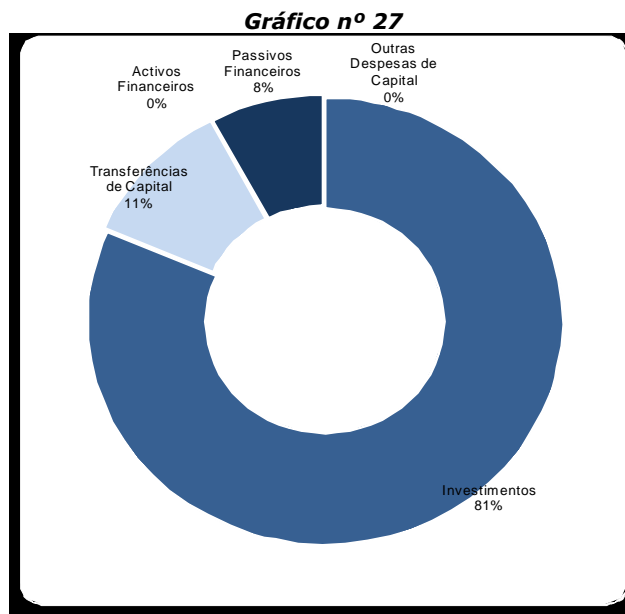
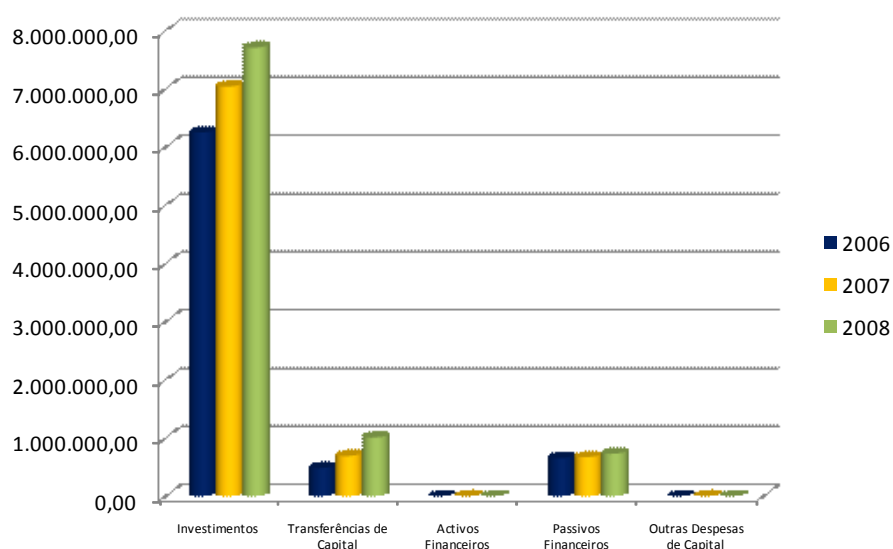


Gráfico nº 28 - Evolução das Despesas de capital por classificação económica



Investimento Global

O investimento global do município é caracterizado nas suas diferentes vertentes pelo Investimento Directo, Transferências de Capital (Investimento Indirecto) e Activos Financeiros.

No próximo quadro podemos observar a desagregação do investimento global e a sua evolução no último quadriénio, assim como o peso de cada uma das rubricas no total da despesa.

Quadro nº 54 – Investimento Global

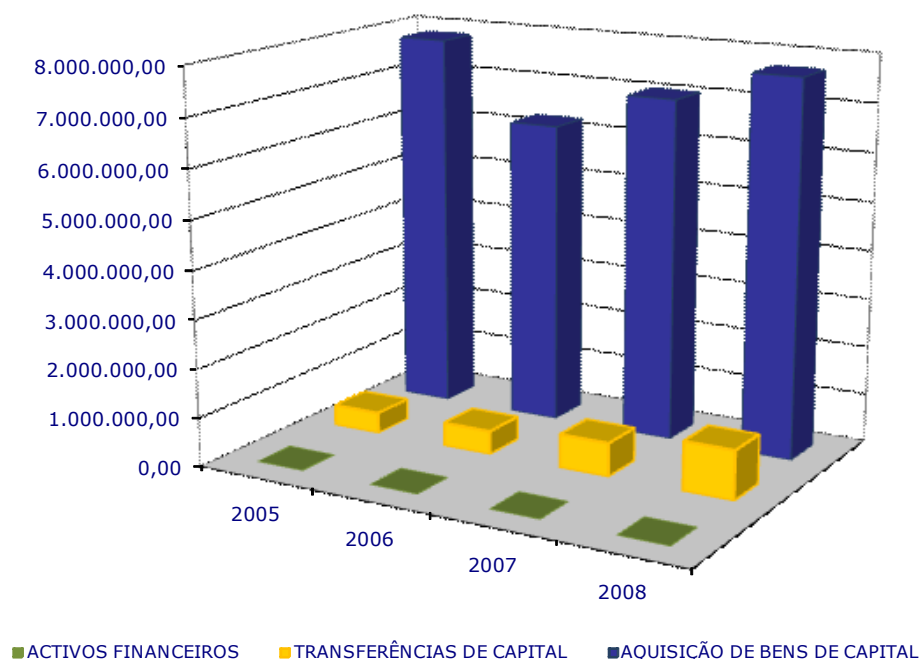
(unidade monetária : Euros)

Designação	2005		2006			2007			2008		
	Valor	% Desp. Total	Valor	% Desp. Total	Tx de Variação	Valor	% Desp. Total	Tx de Variação	Valor	% Desp. Total	Tx de Variação
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	7.822.644,22	45,37%	6.251.643,84	36,15%	-20,08%	7.039.980,27	37,06%	12,61%	7.707.927,63	36,51%	9,49%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	431.204,60	2,50%	483.723,28	2,80%	12,18%	691.013,66	3,64%	42,85%	1.008.545,65	4,78%	45,95%
ACTIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00%	0,00	0,00%	n.a.	0,00	0,00%	n.a.	0,00	0,00%	n.a.
TOTAL.....	8.253.848,82	47,88%	6.735.367,12	38,95%	-18,40%	7.730.993,93	40,70%	14,78%	8.716.473,28	41,29%	12,75%

O total das despesas de capital no montante de € 8.716.473,28, correspondem a despesas de investimento, isto é, despesas com a aquisição de bens de capital e transferências de capital.

O investimento global representa 41,29% do total da despesa, no ano em análise, apresentando um acréscimo de 12,75%, face ao ano anterior.

Gráfico nº 29 – Evolução das Despesas com Investimento



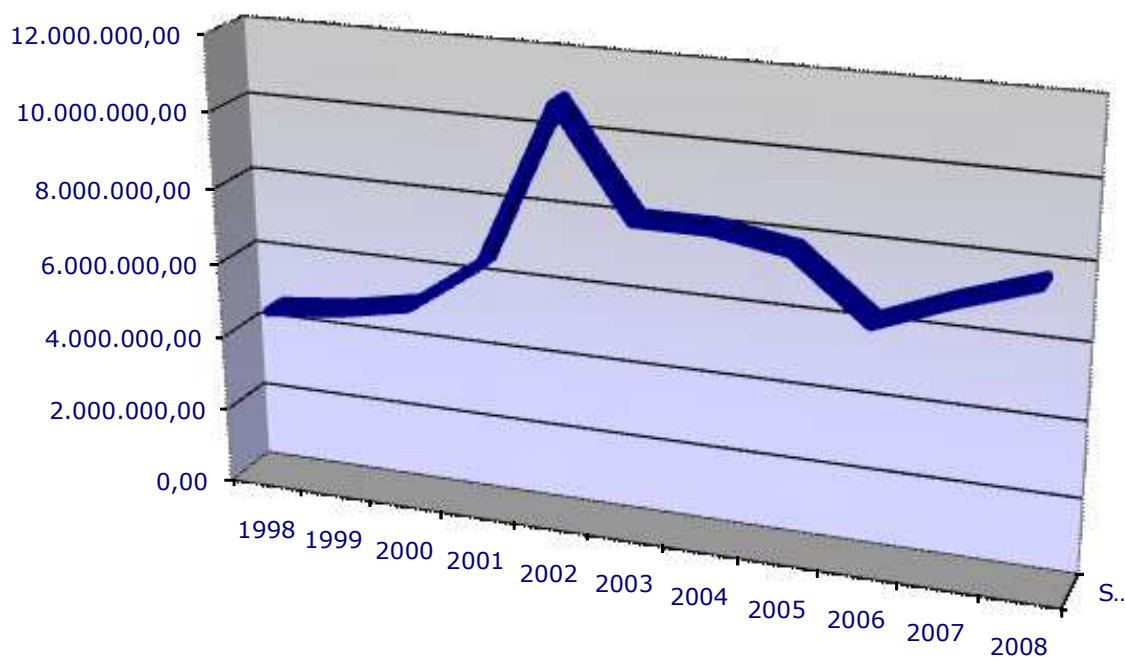
É nas Aquisições de Bens de Capital, que o Investimento do município tem maior expressão, com um peso de 88,43% do Investimento Global. O gráfico acima reproduzido reflecte a evolução do investimento desde 2005, nas suas várias componentes.

Investimento Directo

Estas despesas destinadas a aumentar o capital fixo, quer por meio de aquisição a terceiros, quer por produção própria, englobando a aquisição ou produção de bens duráveis e de melhorias ou modificações que visam aumentar o período de duração desses bens ou a sua produtividade, atingiram os € 7.707.927,63, registrando um aumento de €667.947,36 (9,49%), em comparação com o verificado no ano anterior.

No entanto, as despesas de Investimento continuam a ocupar um lugar de destaque no cômputo geral dos gastos realizados, representando 81,59% das Despesas de Capital e 36,51% das Despesas Totais.

Gráfico nº 30 – Evolução das Despesas com Investimento Directo



Como se pode ver no quadro nº49, foi privilegiada a intervenção nas áreas de Infra-estruturas de Urbanização (comunicações, transportes, viadutos, arruamentos, obras complementares e viação rural), Saneamento Básico (Rede de Esgotos) e manutenção de Escolas e Instalações Desportivas e Recreativas.

A análise mais detalhada da execução da rubrica orçamental "INVESTIMENTOS" encontra-se expressa nos **DOC- 8-B/TC – "Execução do Plano Plurianual de Investimentos"** inserido nos Documentos de Prestação de Contas.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2008



Designação	2007			2008				Tx Variação
	Pago	Dotações Finais	Despesa Realizada	Pago	Tx Execução			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(c)/(b)	(d)/(b)	(d)/(c)	
TERRENOS	140.536,53	453.050,00	229.582,09	229.582,09	50,67%	50,67%	100,00%	63,36%
HABITAÇÕES	114.473,33	129.133,75	38.438,80	38.438,80	29,77%	29,77%	100,00%	-66,42%
Aquisição	43.400,00	35.000,00	30.000,00	30.000,00	85,71%	85,71%	100,00%	-30,88%
Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Reparação e Beneficção	71.073,33	94.133,75	8.438,80	8.438,80	8,96%	8,96%	100,00%	-88,13%
EDIFÍCIOS	338.981,12	847.031,97	261.405,14	189.826,33	30,86%	22,41%	72,62%	-44,00%
Instalações de Serviços	130.140,75	216.300,00	94.112,30	43.715,59	43,51%	20,21%	46,45%	-66,41%
Instalações desportivas e recreativas	70.805,29	159.500,00	25.774,80	7.368,30	16,16%	4,62%	28,59%	-89,59%
Merc. e Instal. de Fiscalidade Sanitária	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	n.a.	n.a.
Escolas	138.035,08	341.231,97	141.518,04	138.742,44	41,47%	40,66%	98,04%	0,51%
Outros	0,00	115.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	n.a.	n.a.
CONSTRUÇÕES DIVERSAS	5.635.150,81	3.966.159,62	2.578.494,94	1.865.133,46	65,01%	47,03%	72,33%	-66,90%
Esgotos	1.217.658,74	1.340.179,62	1.217.695,55	1.052.636,14	90,86%	78,54%	86,44%	-13,55%
Estação de Tratamento de Águas Residuais	937,65	0,00	0,00	0,00	n.a.	n.a.	n.a.	-100,00%
Iluminação pública	58.882,29	82.500,00	13.032,22	13.032,22	15,80%	15,80%	100,00%	-77,87%
Instalações desportivas e recreativas	72.056,75	2.188.975,00	1.145.796,06	629.584,05	52,34%	28,76%	54,95%	773,73%
Captação, tratamento e distribuição de água	403.892,06	232.310,00	173.278,95	143.557,65	74,59%	61,80%	82,85%	-64,46%
Sinalização e Trânsito	37.816,20	72.800,00	28.692,16	26.323,40	39,41%	36,16%	91,74%	-30,39%
Outras	0,00	49.395,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	n.a.	n.a.
MATERIAL DE TRANSPORTE	20.449,12	101.700,00	85.264,31	40.163,34	83,84%	39,49%	47,10%	96,41%
Outros	20.449,12	101.700,00	85.264,31	40.163,34	83,84%	39,49%	47,10%	96,41%
EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	28.911,04	80.290,00	30.690,43	19.150,38	38,22%	23,85%	62,40%	-33,76%
SOFTWARE INFORMÁTICO	54.255,88	102.250,00	77.257,72	72.100,48	75,56%	70,51%	93,32%	32,89%
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	44.361,73	106.190,00	24.857,40	21.707,59	23,41%	20,44%	87,33%	-51,07%
EQUIPAMENTO BÁSICO	221.504,88	433.565,00	278.309,72	248.557,21	64,19%	57,33%	89,31%	12,21%
Recolha de Resíduos	17.345,35	82.400,00	30.303,84	30.303,84	36,78%	36,78%	100,00%	74,71%
Outros	204.159,53	351.165,00	248.005,88	218.253,37	70,62%	62,15%	88,00%	6,90%
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	9.980,51	5.000,00	2.378,50	2.378,50	47,57%	47,57%	100,00%	-76,17%
ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR	0,00	0,00	0,00	0,00	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
OUTROS INVESTIMENTOS	58.905,18	240.975,00	119.267,62	119.267,62	49,49%	49,49%	100,00%	102,47%
LOCAÇÃO FINANCEIRA	372.470,14	114.050,62	89.989,82	88.233,83	78,90%	77,36%	98,05%	-76,31%
Edifícios	5.325,51	16.500,00	16.248,38	16.248,38	98,48%	98,48%	100,00%	205,10%
Material de Transporte	26.806,01	42.482,50	31.858,26	30.102,27	74,99%	70,86%	94,49%	12,30%
Maquinaria e Equipamento Diverso	340.338,62	55.068,12	41.883,18	41.883,18	76,06%	76,06%	100,00%	-87,69%
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	0,00	8.730.347,36	6.931.629,02	4.773.388,00	79,40%	54,68%	68,86%	n.a.
Viadutos, arruamentos obras complementares	2.393.061,54	7.631.917,36	6.425.425,54	4.469.450,23	84,19%	58,56%	69,56%	86,77%
Parques e Jardins	263.617,98	990.180,00	472.057,60	269.953,55	47,67%	27,26%	57,19%	2,40%
Viação Rural	1.187.227,60	77.750,00	34.145,88	33.984,22	43,92%	43,71%	99,53%	-97,14%
Bens de Património Histórico	0,00	30.500,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	n.a.	n.a.
TOTAL.....	7.039.980,27	15.309.743,32	10.747.565,51	7.707.927,63	70,20%	50,35%	71,72%	9,49%

A dotação orçamental do investimento realizado directamente pelo município, estimada para o ano de 2008, totaliza € 15.309.743,32. Esta previsão apresenta uma taxa de execução orçamental em termos de despesa paga, de cerca de 50,35%.

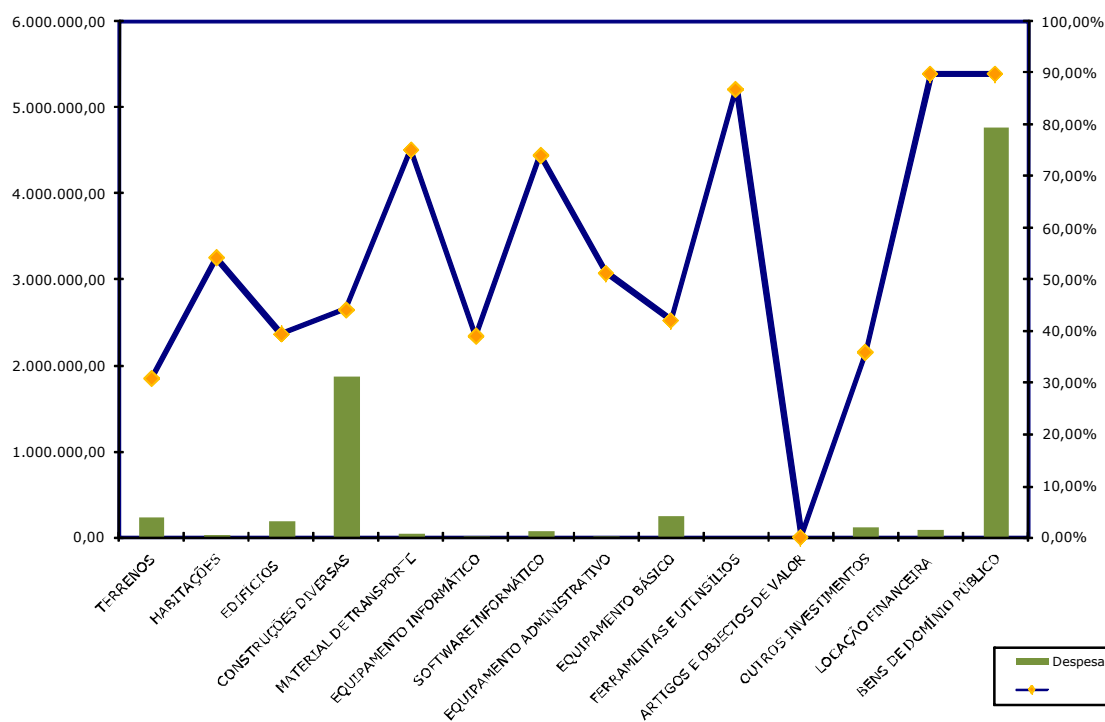
Verifica-se que em relação ao ano de 2007, se registou um aumento 9,49%, referente a despesas de investimento efectivamente pagas.

No quadro e gráfico reproduzidos observa-se, face ao peso relativo de cada uma das componentes que integram a rubrica de aquisição de bens de capital, que a de maior expressividade é a dos Bens de Domínio Público, ao absorver €4.773.388,00, cerca de 61,93% do total das despesas desta rubrica.

Quadro nº 56 – Estrutura do Investimento Directo

Designação	2008	
	Valor	%
TERRENOS	229.582,09	2,98%
HABITAÇÕES	38.438,80	0,50%
EDIFÍCIOS	189.826,33	2,46%
CONSTRUÇÕES DIVERSAS	1.865.133,46	24,20%
MATERIAL DE TRANSPORTE	40.163,34	0,52%
EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	19.150,38	0,25%
SOFTWARE INFORMÁTICO	72.100,48	0,94%
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	21.707,59	0,28%
EQUIPAMENTO BÁSICO	248.557,21	3,22%
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	2.378,50	0,03%
ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR	0,00	0,00%
OUTROS INVESTIMENTOS	119.267,62	1,55%
LOCAÇÃO FINANCEIRA	88.233,83	1,14%
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	4.773.388,00	61,93%
TOTAL.....	7.707.927,63	100,00%

Gráfico nº 31 – Despesas com Investimento Directo



► Transferências de Capital

A atribuição de verbas, pertencentes ao rendimento de capital do município, a outras entidades, sem qualquer contrapartida, totalizou €1.008.545,65, traduzindo um acréscimo de cerca 45,95% (€317.531,99), em relação ao verificado no anterior exercício económico.

Quadro nº 57 – Transferências de Capital (Despesa) (unidade monetária : Euros)

Designação	2008		2007		2006		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Administrações públicas	786.617,75	113,84%	391.262,07	56,62%	111.461,28	16,13%	101,05%
Fundos e serviços autónomos	0,00	0,00%	9.079,86	1,31%	0,00	0,00%	
Administração autárquica	786.617,75	78,00%	382.182,21	55,31%	111.461,28	23,04%	105,82%
Administrações privadas	221.927,90	22,00%	299.751,59	43,38%	372.262,00	76,96%	-25,96%
Instituições particulares	165.742,90	16,43%	238.586,89	34,53%	312.492,92	64,60%	-30,53%
Famílias	56.185,00	5,57%	61.164,70	8,85%	59.769,08	12,36%	-8,14%
TOTAL.....	1.008.545,65	100,00%	691.013,66	100,00%	483.723,28	100,00%	45,95%

O valor registado na rubrica Transferências de Capital – Administração Autárquica encontra-se subdividido em *Municípios*, que totalizou no ano 2008 o valor de €639.507,50 e de *Freguesias* cujas transferências ascenderam a €147.110,25.

As transferências para Municípios dizem respeito á parte de investimento do Município de Estarreja nos projectos de investimento intermunicipais com o Município de Albergaria-a-Velha., nomeadamente no investimento intermunicipal "Beneficiação da EN 1-12 – Albergaria a Nova/Salreu.

Nestes investimentos intermunicipais o município de Albergaria-a-Velha tomou o "papal" de entidade promotora da execução da obra e do sequente do processo de concurso.

Quadro nº 58 – Transferências de Capital

Transferências para Municípios	Valor
Município de Albergaria	639.507,50 €
Sub-Total	639.507,50 €
Transferências para as Juntas de Freguesia	Valor
Comparticipação para a Construção e Beneficiação de Passeios	50.239,19 €
Comparticipação para Demolições	5.000,00 €
Comparticipação para Arranjo Paisagístico da Ribeira da Aldeia	30.000,00 €
Comparticipação da Junta da Nova Sede da Junta de Pardilhó	20.000,00 €
Comparticipação da Junta da Nova Sede da Junta de Veiros	20.000,00 €
Comparticipação para a Construção e Manutenção de Lavadouros	6.871,06 €
Comparticipação para o Alargamento da Rua de S. Sebastião	15.000,00 €
Sub-Total	147.110,25 €
Transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos	Valor
Associações Desportivas	77.060,55 €
Associações Culturais e Recreativas	1.700,00 €
Educação / Acção Social Escolar	150,00 €
Associações de Carácter Social	50.532,35 €
SEMA	36.300,00 €
Sub-Total	165.742,90 €

Na sub-rubrica "Famílias", registaram-se as comparticipações financeiras atribuídas pelo município a familiares no âmbito do Programa Casa Melhor, que tem por objectivo melhorar as condições de habitação das famílias mais carenciadas.

De seguida, apresenta-se um quadro com a explanação da distribuição das transferências de capital que assumem maior importância.

O enquadramento das transferências de capital atribuídas pelo Município de Estarreja, durante o ano de 2006, encontra-se descrito no **DOC-19/TC – "Transferências de Capital – Despesa"** dos Documentos de Prestação de Contas.

► **Activos Financeiros**

O Município de Estarreja tem participado activamente a nível regional em projectos de implementação de serviços básicos de grande importância para a população do concelho, nomeadamente, projectos relativos ao saneamento, águas residuais, distribuição de gás natural e tratamento de resíduos sólidos urbanos.

Dada a dimensão, complexidade e avultado investimento que envolve a execução e manutenção dos referidos projectos, a solução institucional passou pela constituição de sociedades concessionárias de sistemas multimunicipais, que conjugam capitais privados e públicos, as quais garantem a execução global destes projectos de serviços básicos e a sua gestão dinâmica e eficaz.

Neste sentido, o Município de Estarreja participa no capital social das seguintes sociedades concessionárias de exploração de sistemas multimunicipais, conforme **DOC – 39/ OD**, inserido nos Documentos de Prestação de Contas.

No ano 2008, não existiram despesas com activos financeiros conforme descrito no **DOC – 40/OD** inserido nos Documentos de Prestação de Contas.

► **Passivos Financeiros**

Durante o ano económico de 2008, os encargos suportados com o reembolso de capital de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pela autarquia junto de Instituições de Crédito totalizou €731.153,88. (**DOC - 26 /TC – " Mapa de Empréstimos Obtidos"**).

O valor de capital amortizado, no ano de 2007, corresponde a 7,74% das Despesas de Capital e 3,46% das Despesas Totais.

3.3.5 Análise da Despesa na Óptica das Grandes Opções do Plano

A Grandes Opções do Plano traduz-se num instrumento político, corporizando uma sistematização de objectivos e de programas coordenados de acção para os concretizar.

Nas Grandes Opções do Plano encontram-se definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia local, e incluem, designadamente, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Actividades Municipais (PAM).

O **Plano Plurianual de Investimentos**, de horizonte móvel de quatro anos, inclui todos os projectos e acções, que implicam despesas de investimento, a realizar no âmbito dos objectivos da autarquia local e explicita a respectiva previsão de despesa.

A execução anual do Plano Plurianual de Investimentos, encontra-se expressa no Documento de Prestação de Contas – **DOC – 8-B/TC – " Execução do Plano Plurianual de Investimentos "**, apresentando a execução deste documento previsional no ano de 2008, destacando o nível de execução financeira anual e global.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2008



O nível de execução financeira (em termos de pagamentos efectuados) do PPI, no exercício económico de 2008, é de 52,03%.

O **Plano de Actividades Municipais**, inclui projectos e acções de índole corrente a realizar durante um dado ano.

A execução do PAM, encontra-se expressa no Documento de Prestação de Contas - **DOC - 8-C/TC - "Execução do Plano de Actividades Municipais"**, apresentando uma execução de 84,70%.

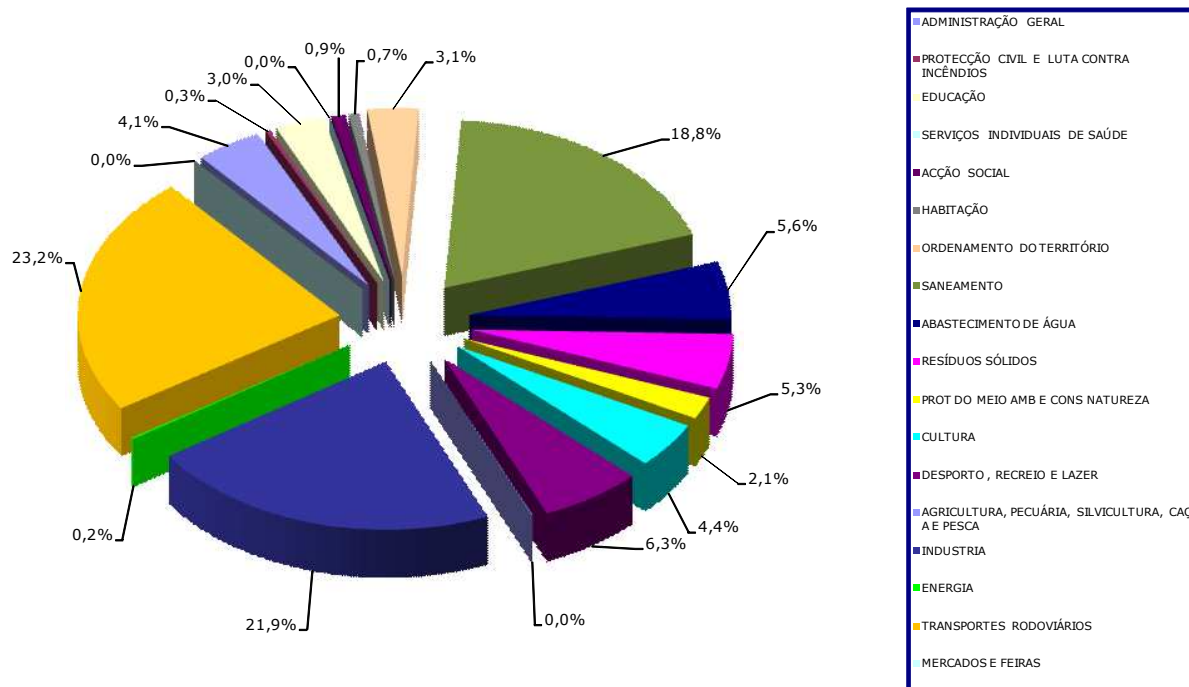
Resumidamente, a execução das Grandes Opções do Plano de 2008, em termos da classificação funcional, é apresentado nos quadros nº 59 e 60.

Quadro nº 59 – Execução das GOP's

(unidade monetária : Euros)

Código	Classificação Funcional	Previsão		Execução Valor (c)	Execução	
		Inicial (a)	Final (b)		Exec % (c) / (a)	Exec % (c) / (b)
GOP 2008						
1	FUNÇÕES GERAIS	1.323.403,51	1.053.055,29	529.041,27	39,98%	50,24%
1.1.0	Serviços Gerais de Administração Pública					
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.231.953,51	992.749,24	493.946,20	40,09%	49,76%
1.2.0	Segurança e Ordem Públicas					
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	91.450,00	60.306,05	35.095,07	38,38%	58,19%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	11.148.155,34	10.515.076,93	6.053.856,47	54,30%	57,57%
2.1.0	Educação					
2.1.1	ENSINO NÃO SUPERIOR	829.531,97	723.331,97	366.556,30	44,19%	50,68%
2.2.0	Saúde					
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
2.3.0	Segurança e Acção Sociais					
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	159.300,00	125.800,00	103.203,48	64,79%	82,04%
2.4.0	Habituação e Serviços Colectivos					
2.4.1.	HABITAÇÃO	241.233,75	184.133,75	82.003,80	33,99%	44,53%
2.4.2	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	1.637.770,00	1.236.805,00	378.422,41	23,11%	30,60%
2.4.3	SANEAMENTO	2.631.679,62	2.608.079,62	2.262.811,22	85,98%	86,76%
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	891.250,00	857.750,00	672.369,94	75,44%	78,39%
2.4.5	RESÍDUOS SÓLIDOS	882.850,00	823.013,37	636.822,05	72,13%	77,38%
2.4.6	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	704.000,00	625.830,00	257.318,02	36,55%	41,12%
2.5.0	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos					
2.5.1	CULTURA	981.850,00	775.543,22	533.025,70	54,29%	68,73%
2.5.2	DESPORTO , RECREIO E LAZER	2.188.690,00	2.554.790,00	761.323,55	34,78%	29,80%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	8.311.152,36	8.943.572,36	5.447.020,90	65,54%	60,90%
3.1.0	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca					
3.1.2	DEFESA DA FLORESTA	21.000,00	12.700,00	4.589,24	21,85%	36,14%
3.2.0	Indústria e Energia					
3.2.1	INDUSTRIA	2.366.500,00	4.158.060,00	2.631.054,09	111,18%	63,28%
3.2.2	ENERGIA	152.900,00	89.600,00	18.062,89	11,81%	20,16%
3.3.0	Transportes e Comunicações					
3.3.1	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	5.695.752,36	4.668.212,36	2.793.314,68	49,04%	59,84%
3.4.0	Comércio e Turismo					
3.4.1	MERCADOS E FEIRAS	75.000,00	15.000,00	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL		20.782.711,21	20.511.704,58	12.029.918,64	57,88%	58,65%

Gráfico nº 32 - Execução das GOP's



Quadro nº 60 – Evolução das GOP's

(unidade monetária : Euros)

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	2008		2007		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Grandes Opções do Plano					
ADMINISTRAÇÃO GERAL	493.946,20	4,1%	670.447,45	6,7%	-26,3%
PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	35.095,07	0,3%	11.649,71	0,1%	201,3%
EDUCAÇÃO	366.556,30	3,0%	256.454,18	2,6%	42,9%
SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	0,00	0,0%	0,00	0,0%	n.a.
ACÇÃO SOCIAL	103.203,48	0,9%	52.426,04	0,5%	96,9%
HABITAÇÃO	82.003,80	0,7%	132.238,03	1,3%	-38,0%
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	378.422,41	3,1%	1.465.147,42	14,7%	-74,2%
SANEAMENTO	2.262.811,22	18,8%	2.092.679,71	21,0%	8,1%
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	672.369,94	5,6%	446.027,47	4,5%	50,7%
RESÍDUOS SÓLIDOS	636.822,05	5,3%	669.519,62	6,7%	-4,9%
PROT DO MEIO AMB E CONS NATUREZA	257.318,02	2,1%	115.452,27	1,2%	122,9%
CULTURA	533.025,70	4,4%	809.953,76	8,1%	-34,2%
DESPORTO , RECREIO E LAZER	761.323,55	6,3%	168.789,55	1,7%	351,0%
AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	4.589,24	0,0%	2.303,83	0,0%	99,2%
INDUSTRIA	2.631.054,09	21,9%	1.282.598,62	12,9%	105,1%
ENERGIA	18.062,89	0,2%	58.882,29	0,6%	-69,3%
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	2.793.314,68	23,2%	1.718.088,45	17,3%	62,6%
MERCADOS E FEIRAS	0,00	0,0%	0,00	0,0%	n.a.
TOTAL	12.029.918,64	100,0%	9.952.658,40	100,0%	20,9%

RELATÓRIO DE GESTÃO 2008



Quadro nº 61 – Estrutura das GOP's

(unidade monetária : Euros)

Código	Classificação Funcional	GOP 2008					
		PPI		PAM		Total	
		Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
1	FUNÇÕES GERAIS	298.058,93	3,50%	230.982,34	6,56%	529.041,27	4,40%
1.1.0	Serviços Gerais de Administração Pública	278.386,04	3,27%	215.560,16	6,13%	493.946,20	4,11%
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	278.386,04	3,27%	215.560,16	6,13%	493.946,20	4,11%
1.2.0	Segurança e Ordem Públicas	19.672,89	0,23%	15.422,18	0,44%	35.095,07	0,29%
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	19.672,89	0,23%	15.422,18	0,44%	35.095,07	0,29%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	2.784.896,86	32,64%	3.268.959,61	92,89%	6.053.856,47	50,26%
2.1.0	Educação	146.147,04	1,72%	220.409,26	6,26%	366.556,30	3,05%
2.1.1	ENSINO NÃO SUPERIOR	146.147,04	1,72%	220.409,26	6,26%	366.556,30	3,05%
2.2.0	Saúde	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
2.3.0	Segurança e Acção Sociais	0,00	0,00%	103.203,48	2,93%	103.203,48	0,86%
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	0,00	0,00%	103.203,48	2,93%	103.203,48	0,86%
2.4.0	Habituação e Serviços Colectivos	1.843.005,59	21,57%	2.446.741,85	69,53%	4.289.747,44	35,60%
2.4.1.	HABITAÇÃO	82.003,80	0,96%	0,00	0,00%	82.003,80	0,68%
2.4.2	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	352.938,78	4,06%	25.483,63	0,72%	378.422,41	3,09%
2.4.3	SANEAMENTO	1.097.230,69	12,89%	1.165.580,53	33,12%	2.262.811,22	18,81%
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	130.329,64	1,53%	542.040,30	15,40%	672.369,94	5,59%
2.4.5	RESÍDUOS SÓLIDOS	30.303,84	0,36%	606.518,21	17,23%	636.822,05	5,29%
2.4.6	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUR	150.198,84	1,76%	107.119,18	3,04%	257.318,02	2,14%
2.5.0	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	795.744,23	9,35%	498.605,02	14,17%	1.294.349,25	10,76%
2.5.1	CULTURA	66.585,42	0,78%	466.440,28	13,25%	533.025,70	4,43%
2.5.2	DESPORTO , RECREIO E LAZER	729.158,81	8,57%	32.164,74	0,91%	761.323,55	6,33%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	5.427.774,59	63,78%	19.246,31	0,55%	5.447.020,90	45,28%
3.2.0	Indústria e Energia	2.634.459,91	30,95%	14.657,07	0,42%	2.649.116,98	22,02%
3.2.1	INDUSTRIA	2.621.427,69	30,80%	9.626,40	0,27%	2.631.054,09	21,87%
3.2.2	ENERGIA	13.032,22	0,15%	5.030,67	0,14%	18.062,89	0,15%
3.3.0	Transportes e Comunicações	2.793.314,68	32,82%	0,00	0,00%	2.793.314,68	23,22%
3.3.1	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	2.793.314,68	32,82%	0,00	0,00%	2.793.314,68	23,22%
3.4.0	Comércio e Turismo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
3.4.1	MERCADOS E FEIRAS	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL		8.510.730,38	99,91%	3.519.188,26	100,00%	12.029.918,64	99,94%

4. ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

4.1 ENQUADRAMENTO

Dentro das características da Nova Gestão Pública é de destacar a preocupação generalizada com o controlo dos défices orçamentais e do endividamento público e a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial fiável e oportuna que possibilite a tomada de decisões e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos sempre escassos recursos financeiros.

As restrições legais impostas às autarquias locais em relação ao seu endividamento, encontram-se enquadradas nas novas exigências de boa gestão financeira e orçamental, decorrentes do Pacto de Estabilidade e Crescimento (Resolução do Conselho Europeu sobre o Pacto de Estabilidade e Crescimento, de 17 de Junho de 1997, JOC 236, de 2 de Agosto de 1997).

A Lei nº91/2001, de 20 de Agosto introduziu perante o anterior regime (resultante da Lei nº6/91, de 20 de Fevereiro) uma importante reforma no domínio do enquadramento orçamental, de todas as pessoas colectivas de população e território e não apenas o Estado *sensu stricto*.

Esta reforma no sentido de coordenação das finanças locais com as finanças estaduais, tem especialmente em conta o desenvolvimento de todo o País e a necessidade de atingir os objectivos e metas orçamentais traçados no âmbito das políticas de convergência a que Portugal se tenha obrigado no seio da União Europeia.

Neste espírito, a Lei Orgânica nº2/2002, de 28 de Agosto, veio definir novos limites de endividamento, permitindo à lei do Orçamento estabelecer limites específicos de endividamento anual da Administração Central do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais, compatíveis com o saldo orçamental calculado para o conjunto do sector público administrativo (cálculo do stock de endividamento líquido e do limite deste stock).

Efectivamente, a partir de 2002 e no quadro destas medidas de estabilidade orçamental, não foi permitido qualquer acréscimo de endividamento líquido ao conjunto total das autarquias.

Desde então, anualmente e para cada município, o governo calcula e fixa o respectivo limite de acréscimo de endividamento.

Com a aprovação da Lei das Finanças Locais (LFL) – Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro – em cujo diploma é estabelecido o regime financeiro dos municípios e freguesias, introduziu uma importante reforma ao reconhecer a necessidade do desenvolvimento de uma estratégia de consolidação orçamental, na área da governação local e ao consagrar desde logo, medidas tendentes ao controlo do endividamento municipal, designadamente através de previsão de novas regras de cálculo para a respectiva capacidade de endividamento de cada município.

Assim estabilizou-se a este respeito o conceito de endividamento líquido municipal, compatível com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e regionais (SEC95).

De acordo com o estabelecido no artigo 36º da LFL o endividamento líquido municipal é igual à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros.

A presente lei estabelece dois tipos de limites: o limite de **endividamento líquido municipal** e o **limite geral de empréstimos dos municípios**. Para efeitos de cálculo destes limites, o conceito de endividamento líquido total inclui: o endividamento líquido e os empréstimos das associações de municípios e das entidades que integram o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio das contas previstas no regime jurídico do SEL – Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro -, proporcional à participação do município no seu capital social.

Relativamente ao limite de **endividamento líquido municipal** (LELM), o montante do endividamento líquido total (ELT) do município, em 31 de Dezembro de cada ano, encontra-se definido no artigo 37º da Lei das Finanças Locais - LFL (Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro), sendo que este não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do SEL, relativas ao ano anterior.

Já quanto ao **limite geral dos empréstimos de médio e longo prazo**, o montante da dívida do município referente a empréstimos desta natureza não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, o montante das receitas referidas no parágrafo anterior.

No entanto, nos artigos 39º e 61º da nova Lei das Finanças Locais, estão definidos os empréstimos que ficam excluídos dos limites de endividamento referidos anteriormente, nomeadamente: empréstimos anteriormente contraídos ao abrigo de disposições legais que os excepcionavam dos limites de endividamento; empréstimos destinados ao financiamento de programas de reabilitação urbana; empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento de projectos com comparticipação de fundos comunitários, desde que o montante máximo do crédito não exceda 75% do montante da participação pública nacional; empréstimos destinados ao financiamento de investimentos na recuperação de infraestruturas municipais afectadas por calamidade pública; entre outros.

Refira-se ainda que, por efeito do não cumprimento dos limites específicos de endividamento definidos, prevê a Lei de Estabilidade Orçamental, que a Lei do Orçamento de Estado pode determinar a redução na proporção do incumprimento, das transferências a efectuar para as autarquias locais.

Face ao exposto, a análise desta matéria, assume grande relevância.

Numa primeira fase avalia-se a evolução global da dívida do município, seguindo-se uma apreciação mais pormenorizada de cada uma das suas componentes e, por último, comenta-se o enquadramento do município ao nível do endividamento líquido.

4.1.1 Dívida Total

Resumidamente a estrutura de dívida municipal no ano de 2008 é a descrita no quadro apresentado de seguida:

Quadro nº 62– Evolução da dívida do Município (2007 e 2008) (unidade monetária : Euros)

ANO 2008	01-Jan-2008	31-Dez-2008	Peso
Dívida de Médio e Longo Prazo	14.909.856,58	14.211.517,51	70,67%
Fornecedores Conta Corrente	2.011.273,63	2.077.909,61	10,33%
Fornecedores de Imobilizado	355.692,84	274.599,90	1,37%
Empréstimos de M/L Prazo	12.479.454,61	11.798.300,73	58,67%
Outros Credores	63.435,50	60.707,27	0,30%
Dívida de Curto Prazo	6.607.533,65	5.898.264,26	29,33%
Fornecedores Conta Corrente	983.731,47	1.557.517,53	7,75%
Fornecedores C/C - Fact. em Recepção e Conf.	1.146.013,27	463.026,78	2,30%
Fornecedores de Imobilizado	3.122.074,55	3.021.262,76	15,02%
Fornecedores de Imobilizado - Fact em Recepção e Conf.	16.052,46	26.713,87	0,13%
Estado e Outros Entes Públicos	93.686,14	133.461,26	0,66%
Outros Credores	390.364,70	28.618,00	0,14%
Adiantamento por Conta de Vendas	855.611,06	667.664,06	3,32%
TOTAL	21.517.390,23	20.109.781,77	100,00%

Variação	-1.407.608,46
Tx Crescimento	-6,54%

Em 31 de Dezembro de 2008 a dívida global do Município de Estarreja totaliza €20.109.781,77, deste valor respeita a natureza de médio e longo prazo 70,67% e 29,33% de curto prazo.

De notar que este passivo apresenta um decréscimo de (-) 6,54% em relação ao ano anterior, devido, principalmente, à diminuição das dívidas de curto prazo, sendo de realçar o esforço realizado na gerência de 2008 na redução da dívida global.

Uma breve análise ao quadro acima apresentado, permite-nos concluir que 58,67% da dívida municipal resulta de empréstimos de médio e longo prazo, correspondendo estes a 83 %da dívida de natureza de médio e longo prazo.

De referir ainda, que o valor expresso, em 31/12/2008, em "Fornecedores de Imobilizado - Médio e Longo Prazo" - €274.599,90 € é composto pela dívida respeitante aos contratos de locação financeira em vigor.

A parcela correspondente aos Fornecedores de Imobilizado de natureza de curto prazo (€3.021.262,76), representa 15,02% da dívida do município e corresponde a 51,22 % da dívida de curto prazo.

Quadro nº 63- Evolução da dívida total (2004 e 2008)

(unidade monetária : Euros)

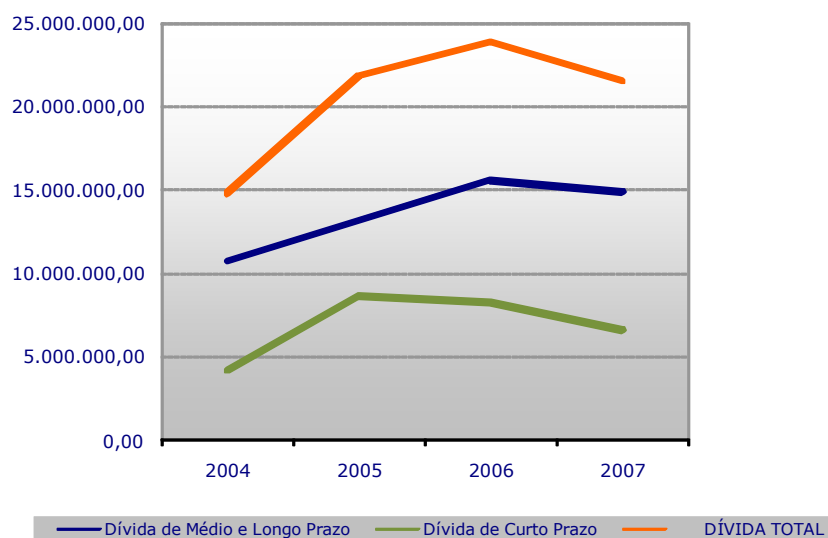
Designação	2004	2005	2006	2007	2008
Dívida de Médio e Longo Prazo	10.673.627,14	13.076.830,24	15.564.756,67	14.909.856,58	14.211.517,51
Dívida de Curto Prazo	4.141.921,13	8.656.908,58	8.232.344,43	6.607.533,65	5.898.264,26
DÍVIDA TOTAL	14.815.548,27	21.733.738,82	23.797.101,10	21.517.390,23	20.109.781,77
Taxa de crescimento da Dívida					
Médio e Longo Prazo		22,52%	19,03%	-4,21%	-4,68%
Curto Prazo		109,01%	-4,90%	-19,74%	-10,73%
TOTAL		46,70%	9,49%	-9,58%	-6,54%

No período compreendido entre 2004 a 2008 o total da dívida aumentou cerca de €5.294.233,50, o que representa em termos relativos um aumento de 36%. No entanto, é de sobrelevar, no presente exercício económico, a inversão desta tendência de crescimento da dívida total

Para melhor dimensionar o comportamento da dívida global do município ao longo do último quadriénio, apresenta-se o seguinte gráfico.

Gráfico nº 33

Evolução da Dívida Total



4.1.2 Dívida de Médio e Longo Prazo

No âmbito das suas atribuições e competências, e não obstante os escassos recursos financeiros disponíveis, para o desenvolvimento das suas actividades, nomeadamente para o cumprimento do Plano Plurianual de Investimentos, desde 2005 que o Município tem diminuído o recurso à contratação e/ou utilização de empréstimos de médio e longo prazo.

No quadro nº 56 e gráfico nº30, apresenta-se a evolução da dívida de médio e longo prazo no último quadriénio:

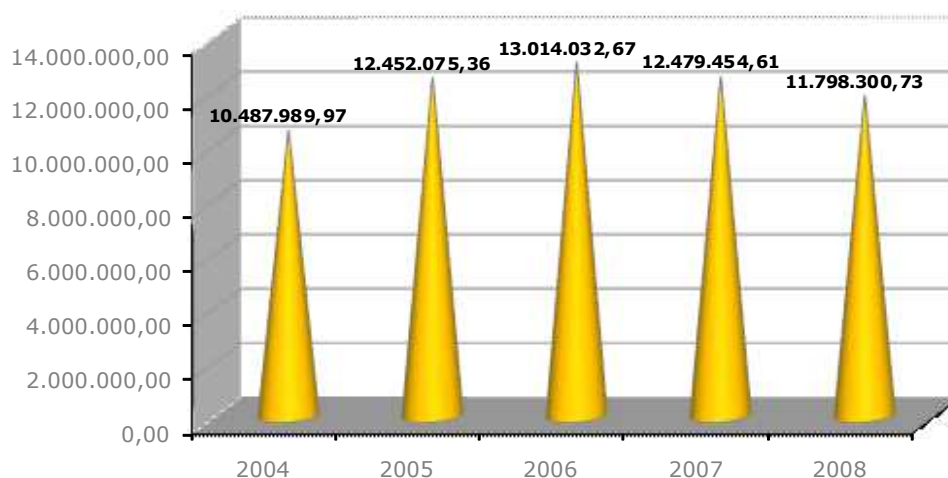
Quadro nº 64– Evolução do Stock da Dívida

(unidade monetária : Euros)

	2004	2005	2006	2007	2008
(1) Dívida no início do período	8.869.278,09	10.487.989,96	12.452.075,36	13.014.032,87	12.479.454,61
(2) Empréstimos contraídos e utilizados no período	2.350.161,80	2.635.487,37	1.218.817,41	138.215,00	50.000,00
(3) Juros Capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(4) Amortizações do Período	731.449,92	671.401,97	656.860,10	672.793,26	731.153,88
Dívida no Final do Período (1+2+3-4)	10.487.989,97	12.452.075,36	13.014.032,67	12.479.454,61	11.798.300,73
Taxa de crescimento da Dívida		15,77%	4,51%	-4,11%	-5,46%

Gráfico nº 34

Evolução da Dívida de Empréstimos M/L Prazo



Do observado no quadro anterior verifica-se que desde 2005 tem havido um esforço do município para reduzir o endividamento de médio e longo prazo, sendo ao ano da gerência em análise um marco importante. Efectivamente, em relação ao ano anterior, a dívida de médio e longo prazo, diminui (-) 681.153,88, o que , em termos relativos, representa um decréscimo de 5,46%

Parte significativa desta redução ocorre no decurso do ano 2008, resultado do volume de reembolsos de capital em dívida (amortizações) de €731.153,88, acompanhado por novas utilizações de empréstimos pendentes no valor de €50.000,00.

4.1.3 Serviço de Dívida

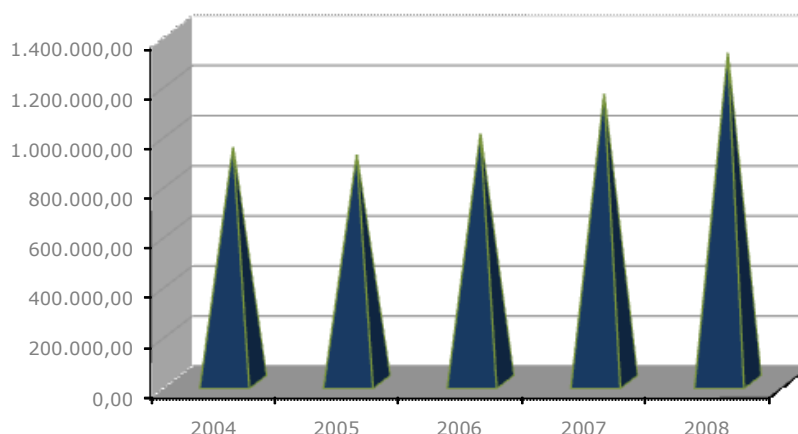
O quadro seguinte apresenta a evolução do serviço de dívida no último quadriênio, considerando unicamente os montantes de juros e amortizações de empréstimos contratualizados pela autarquia.

Quadro nº 65

	2004	2005	2006	2007	2008
Empréstimos que revelam para a capacidade de endividamento	605.735,24	560.941,69	633.152,38	766.614,37	910.205,11
Amortizações	500.441,30	420.217,49	406.271,77	430.655,45	490.449,90
Juros	105.293,94	140.724,20	226.880,61	335.958,92	419.755,21
Empréstimos que não revelam para a capacidade de endividamento	335.211,73	348.777,59	360.329,37	385.865,88	405.988,33
Amortizações	231.008,62	251.184,48	250.588,33	242.137,81	240.703,98
Juros	104.203,11	97.593,11	109.741,04	143.728,07	165.284,35
Total do Serviço de Dívida	940.946,97	909.719,28	993.481,75	1.152.480,25	1.316.193,44
Amortizações	731.449,92	671.401,97	656.860,10	672.793,26	731.153,88
Juros	209.497,05	238.317,31	336.621,65	479.686,99	585.039,56
Taxa de crescimento da Dívida		-3,32%	9,21%	16,00%	14,21%
Amortizações		-8,21%	-2,17%	2,43%	8,67%
Juros		13,76%	41,25%	42,5%	22,0%

Gráfico nº 35

Evolução do Serviço da Dívida



No ano de 2008, verifica-se relativamente aos anos anteriores um aumento do peso do serviço de dívida, explicado essencialmente por dois factores:



Pelo incremento de 8,67% no pagamento de reembolso de capital, dado o início de amortização de empréstimos verificado no final do ano 2007 e que teve expressão mais acentuada no ano 2008.



Pelo incremento de 22,0% no pagamento de juros, facto devido ao crescimento verificado ao nível das taxas de juros, tendência que performance na presente conjuntura macroeconómica.

4.1.4 Composição da Capital Bancário em Dívida no Fim da Gerência

Apresenta-se de seguida, um quadro resumo dos empréstimos existentes à data de 31 de Dezembro de 2008, diferenciando-os consoante relevam ao não para o cálculo da capacidade de endividamento, para uma visão mais detalhada da estrutura do endividamento de médio e longo prazo.

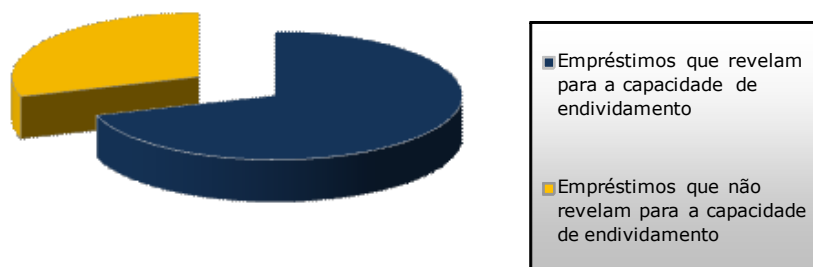
Quadro nº 66

Capítal em Dívida em 31/12/2008		
	Montante	% do total
Empréstimos que revelam para a capacidade de endividamento	8.257.463,08	69,99%
Intempéries - DL 47/96 (1995/96-parte Não Bonificada)	55.153,21	0,47%
Diversos Investimentos - PA 1997	1.047.574,10	8,88%
Diversos Investimentos - PA 1998	565.237,91	4,79%
Parque Industrial - PA 2000	3.541.465,27	30,02%
Medida 1.7. do PORCentro - Praça Município	350.921,44	2,97%
Medida 1.7. do PORCentro - URBCOM	162.208,48	1,37%
Diversos Investimentos - PPI 2004	720.961,68	6,11%
Diversos Investimentos - PPI 2005	755.948,29	6,41%
PPI/2005 - Largo Sto Amaro e Centro C Pardilhó	70.975,14	0,60%
Parque Industrial - PPI/2006	936.805,56	7,94%
Parque Desportivo Municipal	50.212,00	0,43%
Empréstimos que não revelam para a capacidade de endividamento	3.540.837,65	30,01%
Construção Arrendamento Social-INH	476.416,14	4,04%
Intempéries - DL 47/96 (1995/96 - parte Bonificada)	37.999,18	0,32%
Saneamento Básico - PA 2000	2.986.495,86	25,31%
Intempéries 2000/2001	39.926,47	0,34%
Total da dívida de médio e longo prazo	11.798.300,73	100,00%

Face aos valores apresentados e em conformidade com o definido na Lei das Finanças Locais, constata-se que do total dos empréstimos contraídos, 30,01% estão excluídos do cálculo da capacidade de endividamento.

Gráfico nº 36

Relevância em termos de capacidade de endividamento



4.1.5 Limites de endividamento

Aplicando as disposições legais constantes da Lei das Finanças Locais (LFL – Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro) os limites de endividamento do município e o seu cálculo são os seguintes:

Quadro n.º 67		BASE DE CÁLCULO	VALOR (€)
TOTAL GLOBAL (A)			9.888.574,57
Fundos Municipais - OE 2008			6.535.990,00
	Fundo de Equilíbrio Financeiro		5.932.977,00
	Participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		603.013,00
Impostos Municipais - Receita de 2007			3.352.584,57
010202	Imposto Municipal sobre Imóveis		1.456.967,59
010203	Imposto Municipal sobre Veículos		330.854,24
010204	Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis		524.375,36
010205	Derrama		998.195,55
010207	Impostos Abolidos (Contribuição Autárquica e SISA)		42.191,83
Participação no Sector Empresarial Local - Receita de 2007			0,00
LIMITES AO ENDIVIDAMENTO DO MUNICÍPIO			
Limite ao Endividamento de Curto Prazo 10% de Total Global			988.857,46
Limite ao Endividamento de Médio e Longo Prazo 100% de Total Global			9.888.574,57
Limite ao Endividamento Líquido 125% de Total Global			12.360.718,21

LIMITES AO ENDIVIDAMENTO DO MUNICÍPIO		Quadro n.º 68
Limite ao Endividamento de Curto Prazo	988.857,46	
Limite ao Endividamento de Médio e Longo Prazo	9.888.574,57	
Limite ao Endividamento Líquido	12.360.718,21	
Avaliação do Cumprimento		31/12/2008
Capital em Dívida de Médio e Longo Prazos	11.798.300,73	
Endividamento Líquido	15.707.748,21	
Capital em Dívida Excepcionado dos Limites de Endividamento	3.540.837,65	
Dívidas à EDP 1998	0,00	
Capital em Dívida de Médio e Longo Prazos a Considerar	8.257.463,08	
Endividamento Líquido a Considerar	12.166.910,56	
Montantes em excesso		
Endividamento a Médio e Longo Prazos	n/a	
Endividamento Líquido	n/a	
Montantes Não Tomados		
Dentro do Limite de Endividamento de M/L Prazo	1.631.111,49	
Dentro do Limite de Endividamento Líquido	193.807,65	
Rácios de Análise		
Cobertura do Limite de Endividamento de M/L Prazo	83,51%	
Cobertura do Limite de Endividamento Líquido	98,43%	

Assim, aplicando as regras, no ano 2008, o Município tem capacidade de endividamento de médio e longo prazo, não tendo tomado cerca de 16,49% do limite legal que lhe é imposto, ou seja, poderá contrair dívida (empréstimos) de médio e longo no valor de €1.631.111,49.

A nível de endividamento líquido o Município de Estarreja tem ainda uma margem de capacidade de endividamento de cerca de €193.807,65, não tendo tomado 1,57% do limite de endividamento líquido municipal imposto para esta autarquia local.

5. ANÁLISE PATRIMONIAL

EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

5.1 Análise do Balanço

Um dos documentos mais importantes no âmbito da análise financeira de uma entidade é o Balanço, na medida em que apresenta a sua situação patrimonial reportada a determinado momento.

Por se tratar de um documento estático, apenas a comparação entre balanços sucessivos permite obter uma ideia dinâmica da evolução da posição financeira do Município. Neste sentido, o próximo quadro reflecte a estrutura do Balanço em 31/12/2008 e período homólogo do ano anterior, evidenciando as variações apuradas.

Quadro nº 69

Balanço						
Designação	2008		2007		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<i>(em euros)</i>						
Activo						
Imobilizado	87.297.975,53	94,76%	82.382.106,43	90,00%	4.915.869,10	5,97%
<i>Bens de Domínio Público</i>	40.070.778,61	43,50%	38.678.063,92	42,25%	1.392.714,69	3,60%
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	135.299,40	0,15%	134.524,33	0,15%	775,07	0,58%
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	46.492.408,76	50,47%	42.970.029,42	46,94%	3.522.379,34	8,20%
<i>Investimentos Financeiros</i>	599.488,76	0,65%	599.488,76	0,65%	0,00	0,00%
Circulante	4.828.139,71	5,24%	9.158.445,04	10,00%	-4.330.305,33	-47,28%
<i>Existências</i>	275.192,71	0,30%	262.983,87	0,29%	12.208,84	4,64%
<i>Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	2.077.909,61	2,26%	2.011.273,63	2,20%	66.635,98	n.a.
<i>Dívidas de Terceiros - Curto Prazo</i>	1.958.307,31	2,13%	6.242.437,05	6,82%	-4.284.129,74	-68,63%
<i>Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa</i>	401.842,51	0,44%	412.308,65	0,45%	-10.466,14	-2,54%
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	114.887,57	0,12%	229.441,84	0,25%	-114.554,27	-49,93%
TOTAL DO ACTIVO	92.126.115,24	100,00%	91.540.551,47	100,00%	585.563,77	0,64%
Capital Próprio e Passivo						
Fundos Próprios	40.530.449,12	100,00%	39.216.319,20	100,00%	1.314.129,92	3,35%
<i>Património</i>	30.979.537,04	76,44%	30.816.232,30	78,58%	163.304,74	0,53%
<i>Reservas Legais</i>	682.427,86	1,68%	553.860,77	1,41%	128.567,09	23,21%
<i>Doações</i>	19.407,38	0,05%	19.407,38	0,05%	0,00	0,00%
<i>Resultados Transitados</i>	7.629.325,31	18,82%	5.255.476,97	13,40%	2.373.848,34	45,17%
<i>Resultado Líquido do Exercício</i>	1.219.751,53	3,01%	2.571.341,78	6,56%	-1.351.590,25	-52,56%
Passivo	51.595.666,12	100,00%	52.324.232,27	100,00%	-728.566,15	-1,39%
<i>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	13.039.045,65	25,27%	14.183.993,79	27,11%	-1.144.948,14	-8,07%
<i>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</i>	7.070.736,12	13,70%	7.333.396,44	14,02%	-262.660,32	-3,58%
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	31.485.884,35	61,02%	30.806.842,04	58,88%	679.042,31	2,20%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	92.126.115,24		91.540.551,47		585.563,77	0,64%

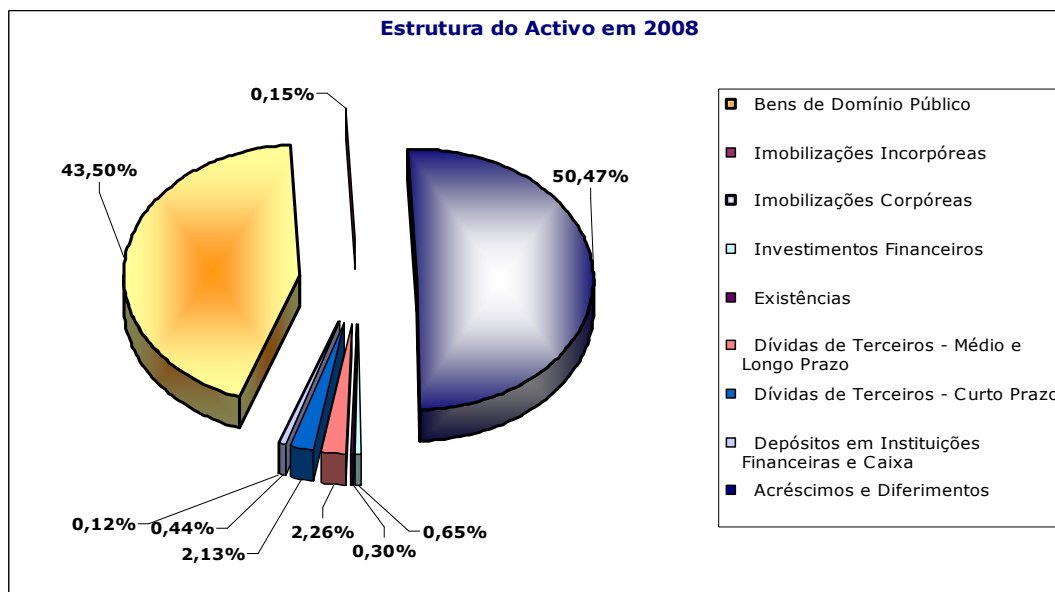
Com vista a proporcionar uma mais clara análise dos valores apresentados, são apresentados de seguida alguns dados que permitem a analisar as variações ocorridas.

► ESTRUTURA DO ACTIVO

Estruturalmente, o Balanço do Município em 31/12/2008 apresenta-se ligeiramente diferente relativamente ao ano anterior. Da análise do quadro anterior conclui-se que o peso do Activo Fixo relativamente ao Activo Total aumentou de 90 % para 94,76 %.

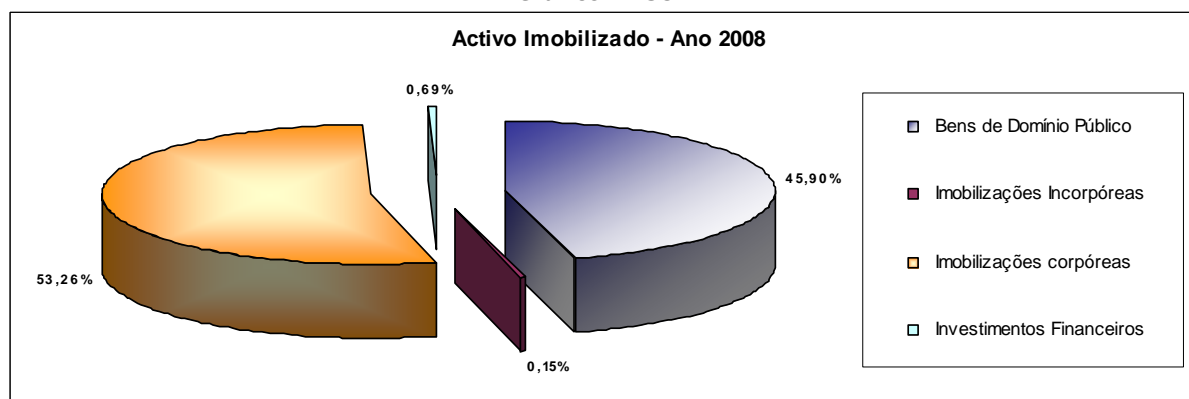
Analisando detalhadamente as parcelas que compõem o activo da entidade, obtemos a seguinte distribuição gráfica.

Gráfico nº 37



Relativamente à estrutura do imobilizado, não se verificaram alterações significativas no que respeita ao contributo de cada uma das parcelas que compõem essa massa patrimonial, sendo a sua distribuição a apresentada no gráfico seguinte:

Gráfico nº 38



Comparativamente ao exercício económico 2007, verificou-se um aumento do Imobilizado Líquido no valor de 4.915.869,10 €. Para este aumento contribuíram, de forma mais expressiva, os aumentos verificados nos Bens de Domínio Público e Imobilizações Corpóreas. Os incrementos verificados ao nível das parcelas identificadas têm essencialmente origem nas contas relativas à construção de viadutos, arruamentos e obras complementares.

Quadro n.º 70

Imobilizado						
Designação	2008		2007		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
	(em euros)					
Imobilizado	87.297.975,53	100,00%	82.382.106,13	100,00%	4.915.869,40	5,97%
<i>Bens de Domínio Público</i>	40.070.778,61	45,90%	38.678.063,62	46,95%	1.392.714,99	3,60%
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	135.299,40	0,15%	134.524,33	0,16%	775,07	0,58%
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	46.492.408,76	53,26%	42.970.029,42	52,16%	3.522.379,34	8,20%
<i>Investimentos Financeiros</i>	599.488,76	0,69%	599.488,76	0,73%	0,00	0,00%

No que respeita ao Activo Circulante, relativamente ao exercício anterior, verificou-se uma diminuição no valor de 4.330.305,33 €. Este decréscimo está essencialmente relacionado com a alteração de políticas contabilísticas descritas no ponto n.º 2 das Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

Quadro n.º 71

Activo Circulante

Designação	Ano 2008	100%	Ano 2007	100%	Variação
Circulante	4.828.139,71	100%	9.158.445,04	100%	-4.330.305,33
<i>Existências</i>	275.192,71	5,70%	262.983,87	2,87%	12.208,84
<i>Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	2.077.909,61	43,04%	2.011.273,63	21,96%	66.635,98
<i>Dívidas de Terceiros - Curto Prazo</i>	1.958.307,31	40,56%	6.242.437,05	68,16%	-4.284.129,74
<i>Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa</i>	401.842,51	8,32%	412.308,65	4,50%	-10.466,14
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	114.887,57	2,38%	229.441,84	2,51%	-114.554,27

Da análise dos gráficos seguintes podemos observar claramente a alteração estrutural que ocorreu ao nível do activo circulante entre os anos 2007 e 2008.

Gráfico n.º 39

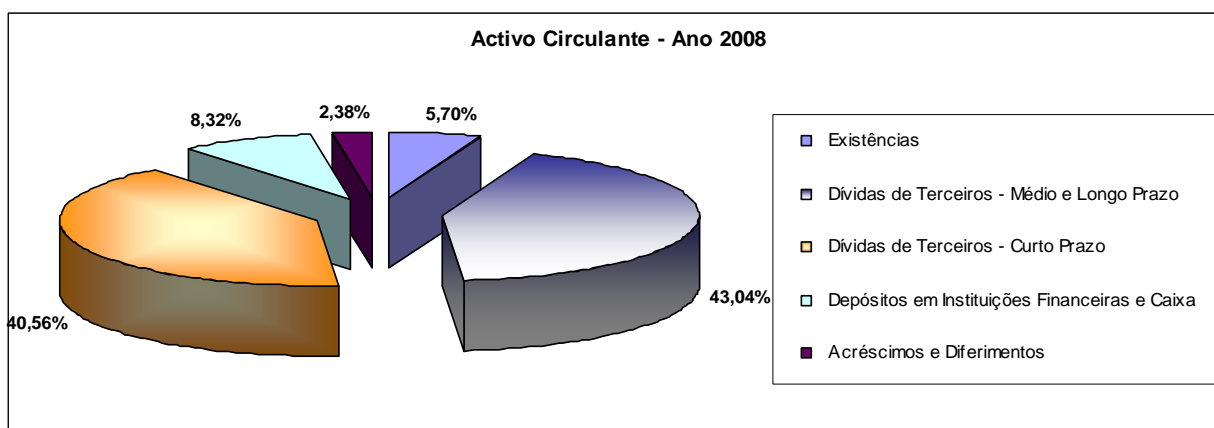
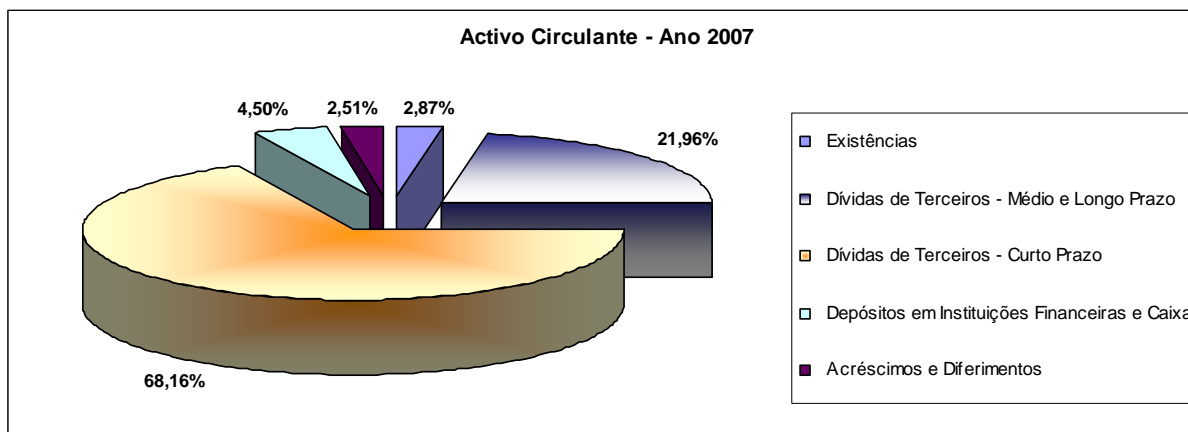


Gráfico n.º 40



ESTRUTURA DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

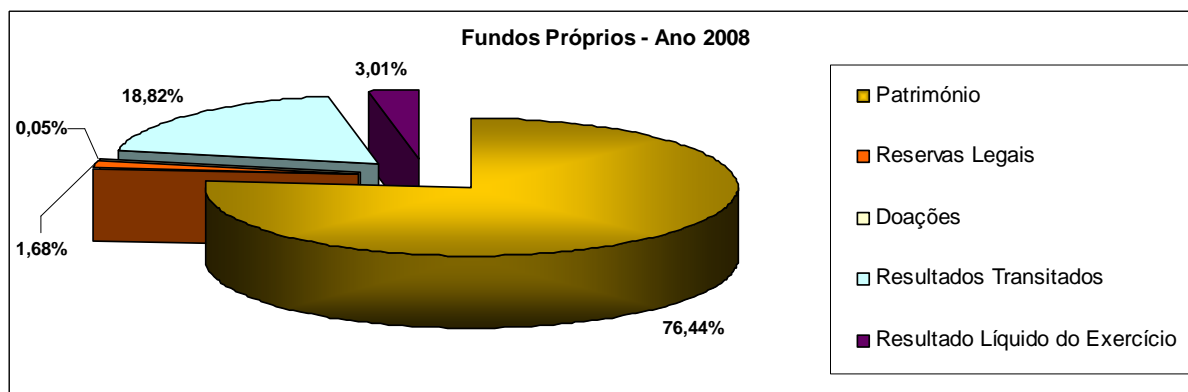
A composição do Capital Próprio e do Passivo no final do exercício de 2008, expressa um acentuar do peso relativo dos Fundos Próprios face ao Passivo.

Apurado o Capital Próprio e o Passivo à data de 31/12/2008, verifica-se um aumento no valor dos Fundos Próprios que se cifra em € 1.314.129,92 (3.35%).

Verifica-se ainda que o Resultado Líquido do Exercício 2008 sofreu uma diminuição de cerca de 52,56% comparativamente ao exercício anterior, cifrando-se em 1.351.590,25 €.

Na estrutura dos Fundos Próprios destaca-se o Património que representa 76,44% do mesmo.

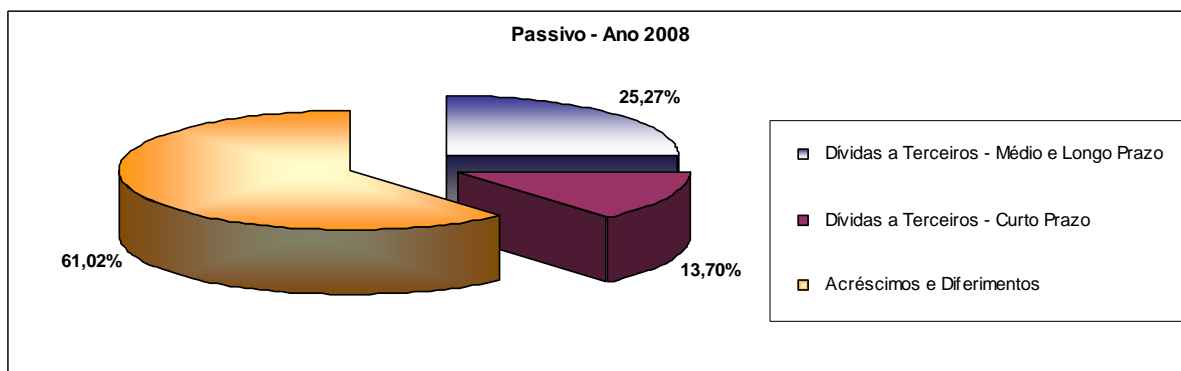
Gráfico nº 41



O Passivo registou uma redução de € 728.566,15 (-1,39%) face ao ano 2007, apresentando uma composição repartida entre as Dívidas a Terceiros e os Acréscimos e Diferimentos, estes com o reflexo das participações obtidas no âmbito de financiamentos, que se encontram por regularizar.

De notar que as Dívidas a Terceiros sofreram uma redução, tanto nos valores com exigibilidade de Curto Prazo (-3,58%), bem como nos valores com exigibilidade de Médio e Longo Prazo (-8,07%).

Gráfico nº 42



5.2 Análise da Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados apresenta os resultados económicos das operações realizadas no exercício. Assente no princípio da especialização do exercício, reconhece os custos no ano em que são reconhecidos os proveitos que lhe estão associados.

Para melhor compreensão da evolução do desempenho do Município, o próximo quadro apresenta a estrutura da Demonstração de Resultados referente ao exercício económico de 2008 em comparação com o período homólogo de 2007, evidenciando as variações apuradas.

De destacar a redução verificada ao nível dos resultados apurados, num movimento de correcção da forte subida verificada no ano anterior.

Quadro nº 72

Demonstração de Resultados

(em euros)

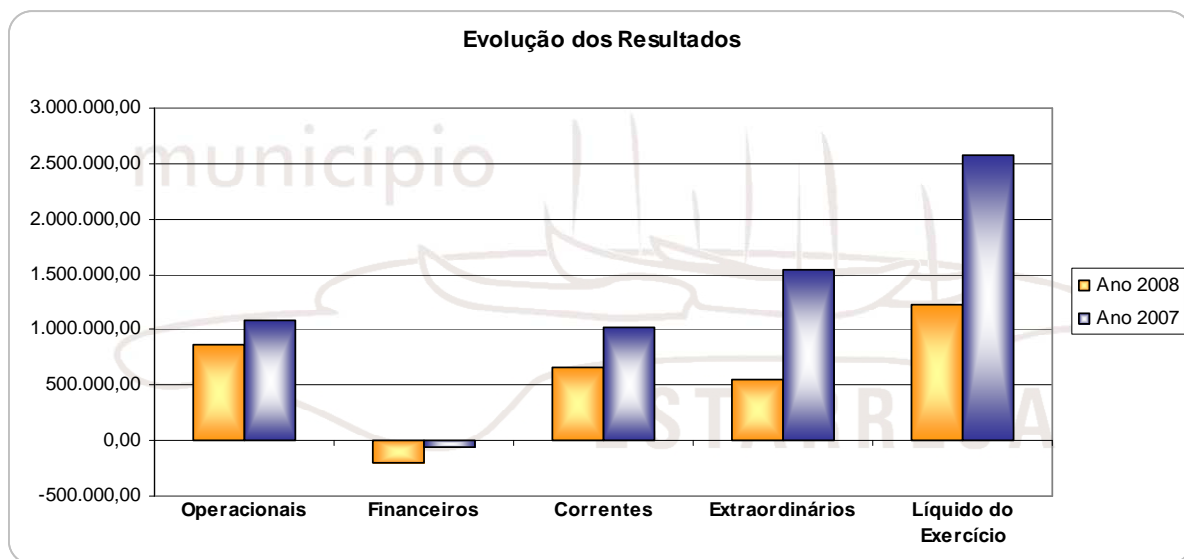
Designação	2008		2007		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos e Perdas						
Custo Mercadorias Vendidas e M. C. (CMVMC)	416.850,79	2,80%	374.823,00	2,60%	42.027,79	11,21%
Fornecimentos e Serviços Externos	4.420.236,86	29,73%	4.325.326,11	29,95%	94.910,75	2,19%
Custos com Pessoal	4.917.363,14	33,07%	4.765.658,94	33,00%	151.704,20	3,18%
Amortizações do Exercício	2.624.126,03	17,65%	2.375.363,18	16,45%	248.762,85	10,47%
Provisões do Exercício	0,00	0,00%	5.926,02	0,04%	-5.926,02	0,00%
Transferências /Sub Concedidos	1.078.384,89	7,25%	905.487,20	6,27%	172.897,69	19,09%
Outros Custos e Perdas Operacionais	15.820,09	0,11%	24.316,69	0,17%	-8.496,60	-34,94%
Custos e Perdas Operacionais (A)	13.472.781,80	90,62%	12.776.901,14	88,47%	695.880,66	5,45%
Custos e Perdas Financeiras	724.235,68	4,87%	547.540,13	3,79%	176.695,55	32,27%
Custos e Perdas Correntes(C)	14.197.017,48	95,49%	13.324.441,27	92,27%	872.576,21	6,55%
Custos e Perdas Extraordinários	670.701,79	4,51%	1.116.894,70	7,73%	-446.192,91	-39,95%
Total dos Custos e Perdas (E)	14.867.719,27	100,00%	14.441.335,97	100,00%	426.383,30	2,95%
Proveitos e Ganhos						
Vendas e Prestações de Serviços	2.981.384,32	18,53%	2.604.183,25	15,31%	377.201,07	14,48%
Impostos e Taxas	3.876.751,49	24,10%	3.995.369,19	23,48%	-118.617,70	-2,97%
Proveitos Suplementares	11.678,35	0,07%	20.944,46	0,12%	-9.266,11	-44,24%
Transferências /Sub Obtidos	7.458.897,41	46,36%	7.240.604,19	42,56%	218.293,22	3,01%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	5.769,41	0,04%	796,87	0,00%	4.972,54	624,01%
Proveitos e ganhos Operacionais (B)	14.334.480,98	89,10%	13.861.897,96	81,48%	472.583,02	3,41%
Proveitos e Ganhos Financeiros	526.794,76	3,27%	491.584,02	2,89%	35.210,74	7,16%
Proveitos e Ganhos Correntes (D)	14.861.275,74	92,38%	14.353.481,98	84,37%	507.793,76	3,54%
Proveitos e ganhos Extraordinários	1.226.195,06	7,62%	2.659.195,77	15,63%	-1.433.000,71	-53,89%
Total dos Ganhos e Proveitos (F)	16.087.470,80	100,00%	17.012.677,75	100,00%	-925.206,95	-5,44%
Resultados Operacionais: (B-A)	861.699,18		1.084.996,82		-223.297,64	
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	-197.440,92		-55.956,11		-141.484,81	
Resultados Correntes: (D-C)	664.258,26		1.029.040,71		-364.782,45	
Resultados Extraordinários:	555.493,27		1.542.301,07		-986.807,80	
Resultado Líquido do Exercício (F-E)	1.219.751,53		2.571.341,78		-1.351.590,25	
Total dos Custos e Perdas +RLE	16.087.470,80		17.012.677,75		-925.206,95	

Analisando o quadro poderemos constatar que a evolução negativa dos resultados correntes resultam de um crescimento mais acentuados dos custos, quer operacionais quer financeiros, relativamente ao incremento apurado nos proveitos operacionais e financeiros, respectivamente. Por outro lado, o decréscimo dos resultados extraordinários resulta de uma redução mais acentuada ao nível dos proveitos relativamente aos custos desta natureza.

► ESTRUTURA DOS RESULTADOS

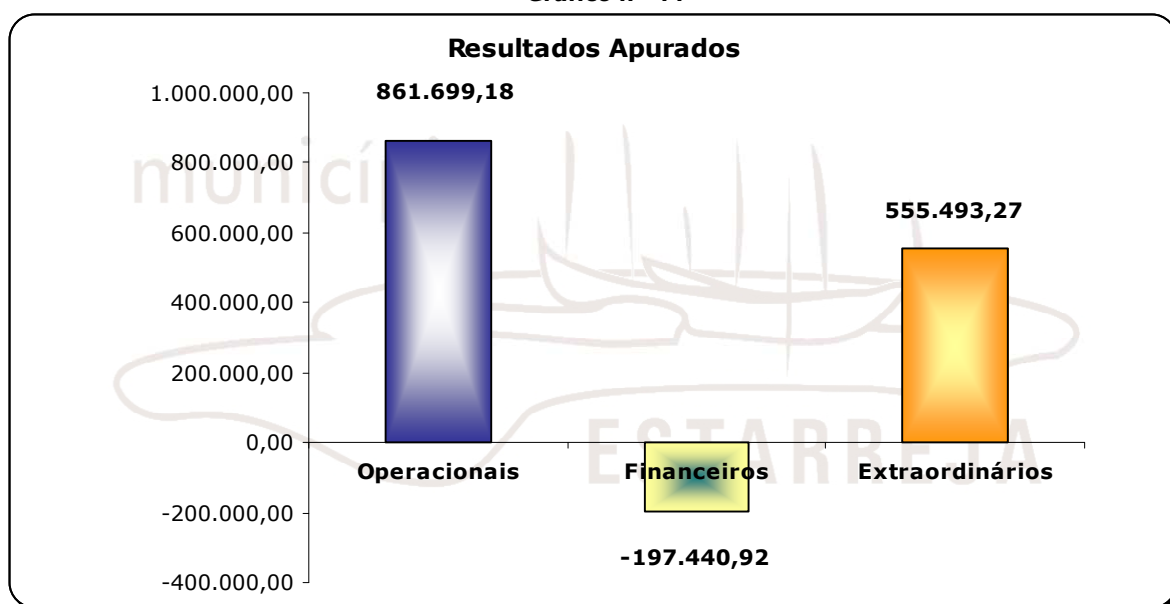
No exercício económico de 2008 o Resultado Líquido diminuiu € 1.351.590,25, devido à quebra acentuada de € 986.807,80 apurada nos resultados extraordinários e à redução verificada nos resultados correntes de € 364.782,45.

Gráfico nº 43



A figura seguinte próximo gráfico aborda numa perspectiva gráfica o apuramento dos resultados.

Gráfico nº 44

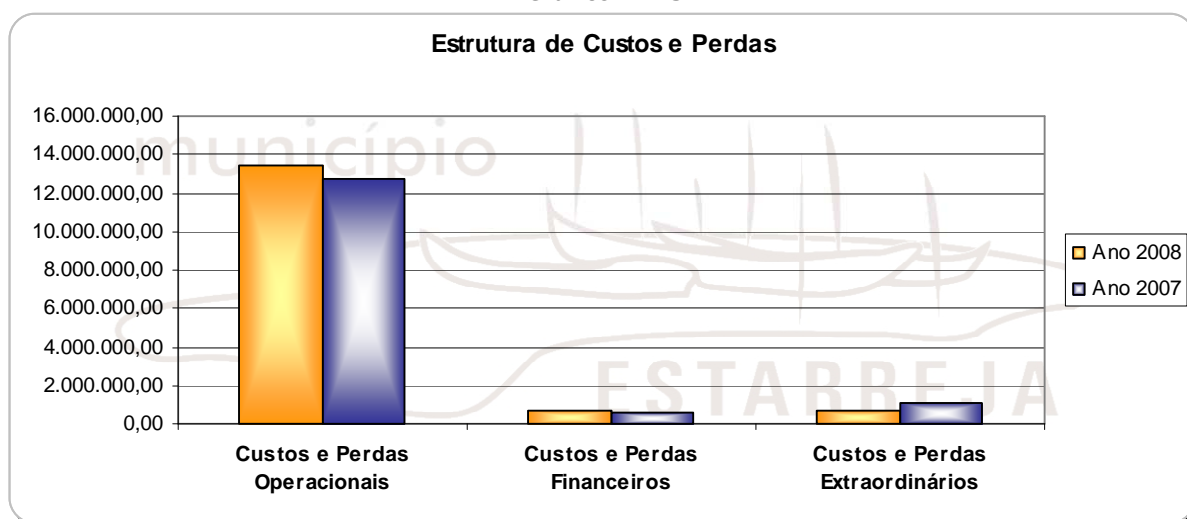


► ESTRUTURA DOS CUSTOS E PERDAS

Analisando a estrutura de custos e perdas verifica-se que cresceram € 426.383,30, o que corresponde a um incremento de 2,95% face ao exercício anterior, reforçando os Custos e Perdas Operacionais o seu peso no total de Custos e Perdas para 90,62%.

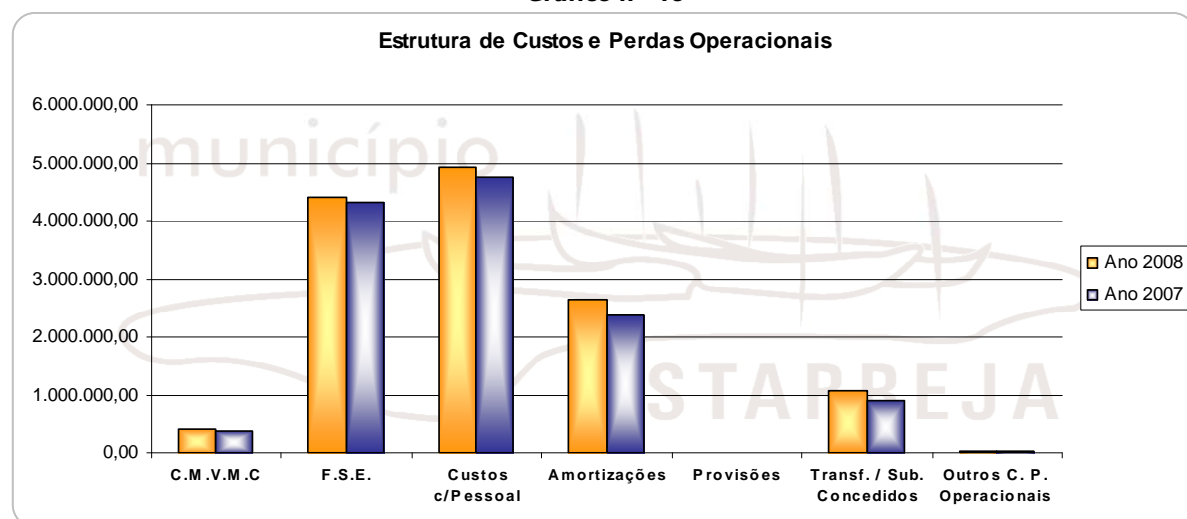
Este reforço é reflexo do seu crescimento e da menor contribuição dos Custos e Perdas Extraordinários que passaram a representar 4,51%, contra os 7,73% do ano anterior.

Gráfico nº 45



Os Custos e Perdas Operacionais totalizaram no exercício em análise € 13.472.781,80, destacando-se a rubrica de Despesas com o Pessoal representando 33,07% do total de Custos e Perdas, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos representativa de 29,73, bem como a rubrica de Amortizações do Exercício que absorveu 17,65% da totalidade dos Custos e Perdas do exercício.

Gráfico nº 46

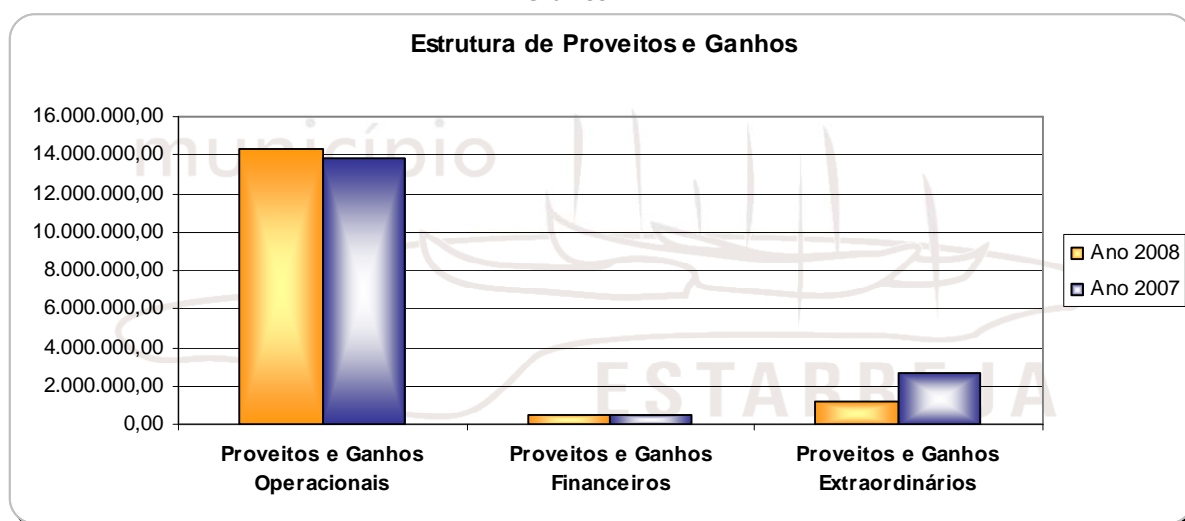


ESTRUTURA DOS PROVEITOS E GANHOS

Os Proveitos e Ganhos apresentaram uma redução de € 925.206,95, o que corresponde a uma quebra de 5,44% face ao exercício anterior. De destacar a subida do peso dos Proveitos e Ganhos Operacionais que passaram a contribuir com 89,10% do total dos custos contra os 81,48% do ano anterior.

Para este reforço concorreu o seu crescimento em 3,41% e a menor contribuição dos proveitos e ganhos extraordinários que, em consequência da sua forte quebra de 53,89%, passaram a representar 7,62%, contra os 15,63% de 2007.

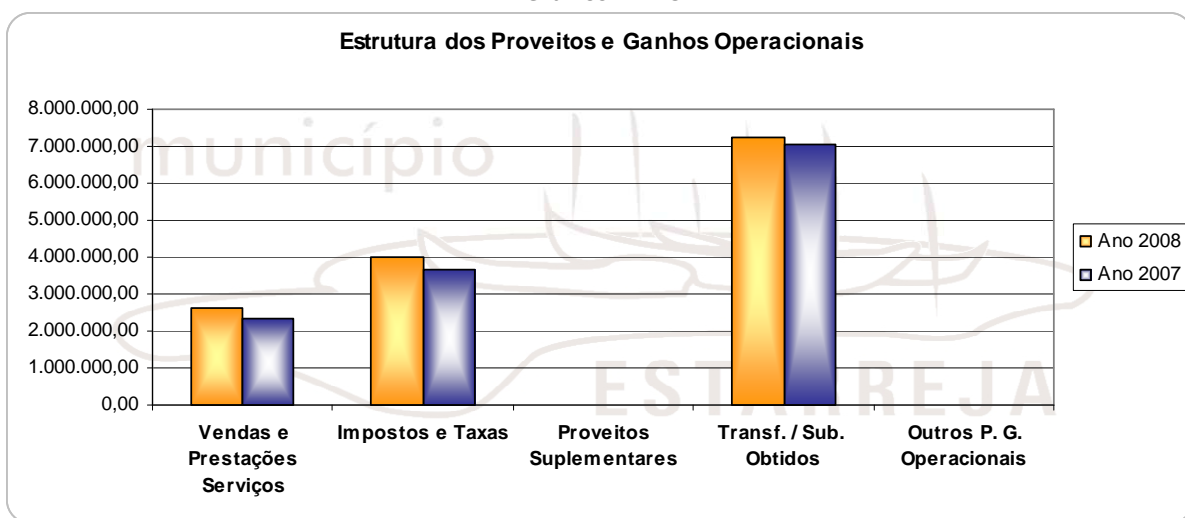
Gráfico nº 47



Os Proveitos e Ganhos Operacionais totalizaram € 14.334.480,98, reflexo de um crescimento de 3,41% face ao ano anterior, sendo de destacar a forte subida de 14,48% verificada na rubrica de Vendas e Prestações de Serviços, que passou a contribuir com 18,53% do total de Proveitos e Ganhos, contra os 15,31% de 2007. Adicionalmente, a rubrica de Transferências/Subsídios Obtidos cresceu 3,01% reforçando a sua posição de liderança no contributo com 46,36% para o total dos Proveitos e Ganhos desta natureza.

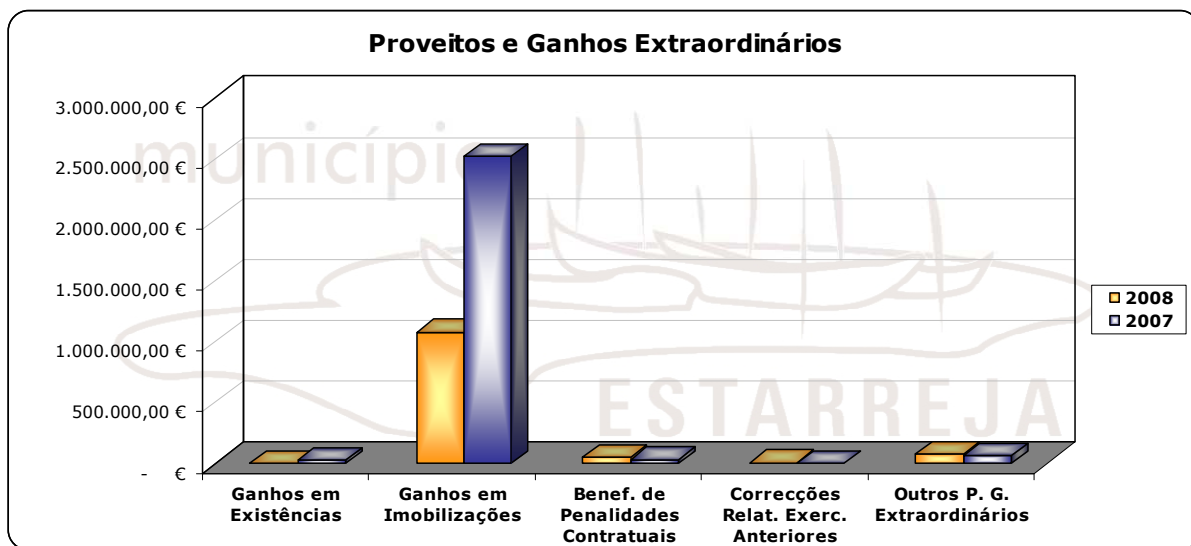
Em contraponto, importa salientar que o crescimento dos Proveitos e Ganhos Operacionais foi limitado pela quebra de 2,97% verificada na rubrica de Impostos e Taxas representativa de 24,10% do total de Proveitos e Ganhos.

Gráfico nº 48



Os Proveitos e Ganhos Extraordinários sofreram uma forte quebra de € 1.433.000,71, correspondente a uma descida de 53,89% face ao exercício económico anterior.

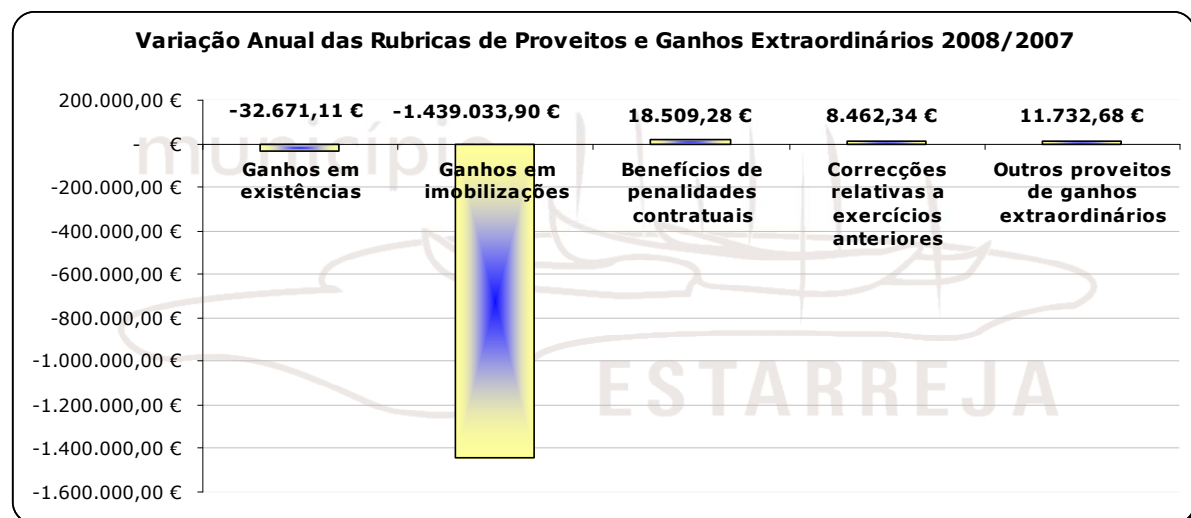
Gráfico nº 49



Para a redução verificada nos Proveitos e Ganhos Extraordinários contribui, na quase totalidade a redução nos Ganhos em Imobilizações, ligeiramente complementada por uma diminuição dos ganhos em existências.

Em sentido contrário, e minimizando esta quebra, regista-se a subida dos benefícios resultantes de penalidades contratuais, das correções relativas a exercícios anteriores e da rubrica respeitante a outros proveitos extraordinários.

Gráfico nº 50



6. INDICADORES DE GESTÃO

6.1 Indicadores Orçamentais

Quadro nº 73– Resumo dos Indicadores Orçamentais (unidade monetária : Euros)

RÁCIOS DE ESTRUTURA DA RECEITA (%)					
Designação	2004	2005	2006	2007	2008
Imp Directos / Rec Correntes	30,4%	29,1%	28,9%	28,1%	25,6%
Imp Directos / Receita Total	17,8%	17,0%	18,4%	17,6%	15,6%
Imp. Indirectos / Rec. Correntes	3,1%	2,8%	2,6%	2,6%	3,1%
Transferências / Receita Total	51,1%	49,1%	53,0%	47,1%	58,7%
Venda de Bens de Investimento/Rec Total	0,3%	1,8%	1,5%	15,7%	4,4%
Passivos Finac/Rec Correntes	23,2%	26,1%	11,0%	1,2%	0,4%
Passivos Finac/Rec Capital	32,6%	36,7%	19,2%	1,9%	0,6%
Passivos Finac/Rec Totais	13,5%	15,2%	7,0%	0,7%	0,2%
Rec. Correntes / Rec. Totais	58,5%	58,5%	63,5%	62,6%	60,7%
Rec. de Capital / Rec. Totais	41,5%	41,5%	36,5%	37,4%	39,3%

RÁCIOS DE ESTRUTURA DA DESPESA (%)					
Designação	2004	2005	2006	2007	2008
Pessoal/ Desp Correntes	49,1%	50,3%	45,8%	43,6%	41,7%
Pessoal/ Desp Totais	22,4%	24,3%	26,2%	24,3%	23,1%
Aquisição Bens e Serviços/Desp Corrente	38,8%	36,5%	41,3%	42,2%	42,7%
Aquisição Bens e Serviços/Desp Total	17,7%	17,6%	23,6%	23,5%	23,6%
Transferências(despesa)/Despesa Total	7,3%	7,1%	7,6%	8,4%	9,8%
Investimentos / Desp. Capital	85,7%	87,6%	84,6%	83,8%	81,6%
Investimentos/ Desp Totais	46,6%	45,4%	36,2%	37,1%	36,5%
Desp Correntes/ Desp Totais	45,7%	48,2%	57,2%	55,8%	55,2%
Desp. de Capital / Desp Totais	54,3%	51,8%	42,8%	44,2%	44,8%

RÁCIOS FINANCEIROS (%)					
Designação	2004	2005	2006	2007	2008
Pessoal/ Rec Correntes	38,6%	41,4%	41,1%	38,7%	38,0%
Pessoal/Fundos Municipais	60,9%	63,8%	69,1%	69,2%	70,9%
Pessoal/F.E.F.+ F.S.M.+ P.F.IRS Cor	101,4%	106,3%	115,2%	104,5%	108,4%
Fundos Municipais / Desp. Totais	36,9%	38,1%	38,0%	35,2%	32,5%
Amort +Juros/ Rec Totais	5,6%	5,3%	6,0%	6,6%	6,9%
Receita Total/Despesa Total	99,4%	100,3%	100,6%	100,6%	99,9%
Rec Correntes/ Desp Correntes	127,2%	121,6%	111,6%	112,8%	109,8%
Rec de Capital / Desp de Capital	76,0%	80,4%	85,9%	85,1%	87,7%
(Imp Directos+Fundos Municipais)/Rec Total	54,8%	55,0%	56,1%	52,5%	48,1%
PassivosFinanceiros/Investimentos	28,9%	33,7%	19,5%	2,0%	0,6%
Recursos Próprios/Rec Total	86,5%	84,8%	93,0%	99,3%	99,8%
Recursos Próprios/Desp Total	85,9%	85,0%	93,6%	99,8%	99,7%

Da análise dos rácios acabados de expor pode-se tecer os seguintes comentários:

1. A evolução dos Impostos Directos (RECEITAS FISCAIS) mantém a tendência de descida que iniciou no ano 2006, assistindo-se no ano 2008 a um decréscimo um pouco maior, devido

fundamentalmente ao decréscimo de arrecadação de despesas do Imposto Municipal sobre Transmissões e da Derrama.

2. A expressão do recurso a crédito bancário (Passivos Financeiros) nas receitas do município, que durante alguns anos representou um importante contributo de financiamento, tem conhecido progressivamente uma diminuição de peso nas receitas totais arrecadadas pelo município. No entanto no ano económico de 2007, registou-se uma redução muito significativa de peso no conjunto das receitas arrecadadas, assinalando-se no ano 2008 nova diminuição.
3. De realçar o forte peso das transferências via Fundos Municipais (do Orçamento de Estado), Fundos Comunitários e Contratos-Programa de Cooperação Técnica e Financeira, tendo no ano 2008 atingido os 58%.
4. As RECEITAS DE CAPITAL inverteram a tendência de decréscimo da sua expressão nas RECEITAS TOTAIS, com um ligeiro aumento iniciado em 2007 e mantida essa tendência ligeira em 2008.
5. As DESPESAS COM PESSOAL apesar de terem diminuído o seu peso nas Despesas Correntes, continuam a ter grande expressão neste tipo de receitas. Verifica-se, igualmente, a continuidade de expressão das despesas de pessoal no cômputo geral das despesas, assistindo-se, no entanto, a uma tendência de diminuição do seu peso nas Despesas Totais.
6. Os INVESTIMENTOS continuam a ter uma grande expressão quer nas despesas de capital quer nas despesas totais, apesar de registarem uma ligeira diminuição da sua expressividade nas Despesas de Capital e nas Despesas Totais.
7. De realçar, o um acréscimo do peso das Despesas Correntes relativamente às Despesas Totais.
8. O grau de cobertura das despesas com pessoal por receitas de natureza corrente tem vindo a diminuir, tendo-se registado neste exercício económico uma diminuição, representando os ENCARGOS COM PESSOAL 38,0% das receitas correntes arrecadadas, ou seja, 38,0% das receitas correntes obtidas são utilizadas em pagamentos de vencimentos e outros encargos com pessoal.
9. Por outro lado o peso das despesas com Aquisição de Bens e Serviços tem aumentado na estrutura das despesas correntes e despesas totais, por contrapartida da diminuição do peso das despesas com pessoal.
10. Durante o ano de 2008, os Fundos Municipais Correntes continuaram a não ser suficientes para pagar o valor de Encargos com Pessoal, situação que já se verifica desde o ano 2000. No entanto os Fundos Municipais financiaram 70,9% das despesas com pessoal.
11. Ao longo dos anos, a Autarquia tem constituído uma relevante POUPANÇA CORRENTE, ou seja, as RECEITAS CORRENTES têm financiado DESPESAS DE CAPITAL. Neste ano económico, o grau de cobertura de despesas de capital por receitas de capital conheceu um ligeiro aumento, evidenciando uma diminuição de Poupança corrente, situação que ocorre quando as despesas de capital são cobertas por receitas correntes.
12. As receitas oriundas de transferências de fundos do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Directa e Variável no IRS) representam, no ano 2008, 32,5% das Despesas Totais, ou seja, os Fundos Autárquicos permitem suportar cerca de 32,5% das Despesas efectuadas pelo município.
13. A cobertura de despesas de Investimento por receitas originadas por Passivos Financeiros confirmou a tendência de descida verificada em 2006, registando uma quebra acentuada, tendo o Investimento sido financiado por capital bancário (alheio) em cerca de 0,6%.
14. Decorrente do ponto anterior, relacionado com a diminuição do recurso a crédito bancário (Passivos Financeiros), o peso dos Recursos Próprios na Receita Total aumentou, passando a representar 99,8%, contra os 84,8% verificados no ano 2005 e os 93,0% do ano 2006. Consequentemente, a percentagem da Despesa financiada por Recursos Próprios manteve-se nos 93%.

6.2 Indicadores de Gestão patrimonial

Quadro nº 74

Rubricas	2008	2007
1. Fundos Próprios	40.530.449,12	39.216.319,20
2. Capitais Alheios de Médio e Longo Prazos	13.039.045,65	14.183.993,79
3. Capitais Alheios de Curto Prazo	7.070.736,12	7.333.396,44
4. Capitais Alheios Totais	20.109.781,77	21.517.390,23
5. Passivo Total	51.595.666,12	52.324.232,27
6. Capitais Permanentes	53.569.494,77	53.400.312,99
7. Activo Fixo	87.297.975,53	82.382.106,43
8. Activo Circulante	4.713.252,14	8.929.003,20
9. Passivo Circulante	7.070.736,12	7.333.396,44
10. Activo Total	92.126.115,24	91.540.551,47
11. Activo Total excluindo Bens de Domínio Público	52.055.336,63	52.862.487,55
12. Imobilizado Líquido	87.297.975,53	82.382.106,43
13. Existências	275.192,71	262.983,87
15. Resultado Líquido do Exercício	1.219.751,53	2.571.341,78

Quadro nº 75

Indicadores	2008	2007
- Estrutura de Endividamento (3/4)	35,16%	34,08%
- Endividamento (4/1)	49,62%	54,87%
- Solvabilidade (10/4)	458,12%	425,43%
- Solvabilidade Ajustada (11/4)	258,86%	245,67%
- Autonomia Financeira (1/10)	43,99%	42,84%
- Grau de Cobertura do Imobilizado (6/12)	61,36%	64,82%

O endividamento do Município de Estarreja diminuiu cerca de 6% no exercício em análise, verificando-se que esta autarquia se financia em capitais alheios (fornecedores e empréstimos) na ordem dos 50%.

De referir, que 35,16% dos capitais alheios têm uma exigibilidade de curto prazo (fornecedores conta corrente e fornecedores de imobilizado de curto prazo).

O município de Estarreja apresenta um elevado grau de solvabilidade, significando que o seu activo é mais que suficiente para garantir a liquidação do seu passivo. De notar que este indicador saiu reforçado no ano 2008, representando o Activo Total 458,12% dos Capitais Alheios Totais, o que compara com os 425,43% apurados em 2007.

Atendendo à especificidade desta entidade que lhe confere a titularidade de Bens do Domínio Público, será pertinente analisar este mesmo indicador de forma ajustada. Para este efeito, se expurgarmos o valor dos bens de Domínio Público do Activo Total, concluiremos por uma cobertura dos Capitais Alheios Totais de 258,86%, também este superior aos 245,67% apurados no ano anterior.

A taxa de financiamento do activo total por capitais próprios é de 43,99%, sendo o restante financiado por capitais alheios.

O imobilizado líquido é financiado em 61,36% por capitais permanentes (Capitais Próprios mais Capital alheio de médio e longo prazo).

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Com base no Balanço em 31/12/2008 e na Demonstração de Resultados do exercício económico de 2008, verifica-se que o Resultado Líquido do Exercício de 2008 se cifrou em € 1.219.751,53.

De notar que a aplicação do Resultado Líquido do Exercício é condicionada pelo disposto nos pontos 2.7.3.1 a 2.7.3.5 do POCAL, que referem:

2.7.3.1- A aplicação do Resultado Líquido do Exercício é **aprovada pelo órgão deliberativo, mediante proposta fundamentada do executivo.**

2.7.3.2- No início de cada exercício o Resultado Líquido do Exercício anterior, é transferido para a conta 59 - "Resultados Transitados".




2.7.3.3. - Quando houver saldo positivo na conta 59 - "Resultados Transitados" o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço do património;
- b) Constituição ou reforço de reservas.

2.7.3.4 - É obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 - "Património" corresponda a **20% do activo líquido.**

2.7.3.5 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, deve constituir-se o reforço anual da conta 571 - "Reservas Legais" no **valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.**

Nesta conformidade, e atendendo aos seguintes dados:

	Valor da Conta 51	30.979.537,04 €
	Valor do Activo Líquido	92.126.115,24 €
	20% do Activo Líquido	18.425.223,05 €

Verifica-se que o valor da conta 51 PATRIMÓNIO reflecte, em 31/12/2008, mais de 20% do valor do activo líquido, pelo que se propõe a seguinte aplicação do Resultado Líquido do Exercício 2008:

- Transferência de 5% do Resultado Líquido do Exercício para a conta 571 - "Reservas Legais", ou seja, o reforço de reservas legais no valor de € 60.987,58, mantendo-se o remanescente do Resultado Líquido do Exercício apurado, € 1.158.763,95, na conta 59 - Resultados Transitados.